



JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

**Territorialização e Resistência de “Camponeses Irrigantes” na Chapada do Apodi -
Ceará**

SÃO PAULO

2018

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

Territorialização e Resistência de “Camponeses Irrigantes” na Chapada do Apodi - Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha e pesquisa “Campesinato Capitalismo e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

Co-orientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Cassundé, José Ricardo de Oliveira.

C345 Territorialização e resistência de “camponeses irrigantes” na Chapada do Apodi-Ceará / José Ricardo de Oliveira Cassundé. – São Paulo, 2018.

177 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes.

Co-orientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2018.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Ceará. 4. Reforma agrária – Ceará. 5. Agricultura e Estado – Ceará. 6. Trabalhadores rurais – Brasil. 7. Reforma agrária – Brasil. 8. Agricultura e Estado – Brasil. I. Título.

CDD 301.35098131

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA CASSUNDÉ

Territorialização e Resistência de “Camponeses Irrigantes” na Chapada do Apodi - Ceará

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha e pesquisa “Campesinato Capitalismo e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Maçano Fernandes.

Co-orientador: Francisco Amaro Gomes de Alencar

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Bernardo Maçano Fernandes (Universidade Estadual Paulista)

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Universidade Federal do Ceará)

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (Universidade Federal do Ceará)

São Paulo, 09 de outubro de 2018.

Á luta dos camponeses e camponesas!

AGRADECIMENTOS

À Deus como fortaleza e a certeza que seus projetos são divinos... foram momentos de muitas angústias que tive que enfrentar com todas as forças.

Ao MST pela coragem de construir junto aos camponeses (as) a organização de uma proposta diferenciada dentro do PRONERA para disputar a Universidade. E por me confiar à participação no referido curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – pelo apoio (Código de Financiamento 001).

Com muita gratidão a todos os camponeses que fazem a Brigada Zumbi dos Palmares e em especial aos acampados (as) do Acampamento Zé Maria do Tomé, sem vocês não teria conseguido avançar em meu trabalho e em tantos aprendizados obrigado a todos (as) pela confiança.

Em especial a minha companheira Andréa Lima, por todo o apoio nas madrugadas e horas difíceis, acima de tudo por assumir a tarefa de mãe com dedicação, mais sempre sonhando juntos, e aos meus queridos e amados filhos Nicolas e Kaiowá que nos acompanhou fielmente nesse processo.

As incansáveis guerreiras (os) que foram os nossos professores (as) que buscaram construir com muito afinho sua valorosa contribuição na construção de conhecimentos compartilhados e apreendidos durante as aulas, além de toda sua dedicação para dar esse diferencial ao nosso curso, como também da compreensão pelas nossas fragilidades e dificuldades com respeito à dinâmica dos Movimentos Sociais.

As companheiras combatentes Dejacira e, como também o professor Bernardo Mançano nas suas vigilâncias com relação o papel do MST no referido curso, como também suas insistências que foram abrindo os devidos caminhos dentro da Universidade, e as boas acolhidas aos nossos professores.

A todos aqueles que contribuíram com as tarefas burocráticas e administrativas para que o curso se realizar-se. Com destaque para os coordenadores do curso e todos que fazem o IPRRI e o TerritoriAL.

Em especial ao Professor Orientador Dr. Bernardo Mançano Fernandes, pela compreensão nas ausências e desencontros, pela consideração com a minha situação e ainda vir conhecer o meu território pesquisado e contribuir com a resistência dos camponeses (as) da Chapada do Apodi e de vários espaços onde tem atuação do MST. Acima de tudo por sua orientação e paciência com o militante pesquisador, aos professores participantes da banca

examinadora pelo tempo dedicado e por suas valiosas colaborações e sugestões, em especial aos companheiros Levi Furtado e Amaro da UFC a quem os importunava sempre.

Aos colegas do Curso, pelas colaborações, partilhas, trocas de saberes, empenhos e esforços em animar uns aos outros. “Como se esquecer dos acalorados debates com os colegas de quarto e a todos os demais por tantos momentos vivenciados e partilhados”. Além da troca de experiências sobre os Movimentos Sociais, nossas culturais e histórias de vida.

Aqueles amigos (as) que sempre foram ouvintes das minhas angustias mais que sempre me trouxeram ânimos para acreditar Claudemir (Demir), Bernadete, Diego Gadelha, Camila Dutra, Pe. Junior, Cícero, Clarice-MST, entre tantos a vocês muito obrigado por estarem no meu círculo de pessoas que me encorajaram tanto.

Ao professor Leandro Cavalcante da UECE pela força em horas difíceis e pelas formatações essenciais em horas de desespero.

Aos companheiros militantes que contribuem com a nossa Escola Nacional Florestan Fernandes por todos os momentos de partilha e de solidariedade com toda a turma e seus professores, a todos e todas somos muito gratos.

A minha família, mãe, irmãs, cunhados e sobrinhos e sogra, pela força tarefa de nos apoiar quando o fardo pesava, pois a real dificuldade desse processo vivenciava-se com essas pessoas que compreendiam o porquê de nossos esforços.

A todos e todas o nosso muito obrigado!

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve ser parecer impossível de mudar.

Bertolt Brech

RESUMO

Há políticas agrárias que fomentam a territorialização do agronegócio nacional e internacional através de megaprojetos, que com uso intensivo de insumos químicos produzem em grande escala para exportação. Estes grandes projetos impactam os territórios das populações locais, ampliando as desigualdades com a expropriação dos agricultores familiares que são submetidos à proletarização precarizada. E há políticas agrárias que fomentam a territorialização da agricultura familiar e camponesa através de projetos de assentamentos e de fortalecimento da agricultura local. Ainda há a luta pela terra que resiste aos processos de subordinação e desterritorialização, procurando minimizar as desigualdades. Nesta pesquisa, estudamos um exemplo desta resistência camponesa na Chapada do Apodi, no estado do Ceará, polo da fruticultura irrigada para exportação com aporte estratégico de políticas do Estado para o agronegócio. Nosso objetivo é analisar os desafios da territorialização e da resistência de camponeses irrigantes na Chapada do Apodi, por meio de restrições pelo Estado à Política Nacional de Irrigação ao campesinato. Mesmo em condições de negação aos meios de produção: terra e água, os camponeses constroem, apesar destas adversidades, diversas experiências de luta pela terra para produção com foco na transição agroecológica. A partir do debate paradigmático, analisamos o agroextrativismo como modelo de exploração do agronegócio e utilizamos do procedimento de vivência em campo para realização de entrevistas com agricultores familiares, trabalhadores acampados e funcionários das empresas; pesquisa bibliográfica e documental, técnicas de registro visual para analisar esta realidade.

Palavras-Chave: Territorialização; “Camponeses Irrigantes”; Resistência.; Perímetros Públicos de Irrigação; Transição Agroecológica.

ABSTRACT

There are agrarian policies that foster the territorialization of national and international agribusiness through mega-projects, which with intensive use of chemical inputs produce on a large scale for export. These large projects impact the territories of local populations, widening inequalities with the expropriation of family farmers who are subjected to precarious proletarianization. And there are agrarian policies that foster the territorialization of family and peasant agriculture through settlement projects and the strengthening of local agriculture. There is still the struggle for land that resists the processes of subordination and deterritorialization, seeking to minimize inequalities. In this research, we studied an example of this peasant resistance in the Chapada do Apodi, in the state of Ceará, a pole of irrigated fruit production for export with a strategic contribution of State policies for agribusiness. Our objective is to analyze the challenges of territorialization and resistance of irrigating peasants in the Chapada do Apodi, through restrictions by the State to the National Policy of Irrigation to the peasantry. Even in conditions of the negation of the means of production: land and water, the peasants, build, despite these adversities, diverse experiences of the struggle for land for production with a focus on the agroecological transition. From the paradigmatic debate, we analyze agroextractivism as a model of agribusiness exploration and use the field experience procedure to conduct interviews with family farmers, camped workers and company employees; bibliographic and documentary research, visual recording techniques to analyze this reality.

Keywords: Territorialization, Irrigating Peasants; Resistance; Public Perimeters of Irrigation; Agroecological Transition.

RESUMEN

Hay políticas agrarias que fomentan la territorialización del agronegocio nacional e internacional a través de megaproyectos, que con uso intensivo de insumos químicos producen a gran escala para exportación. Estos megas proyectos impactan los territorios de las poblaciones locales, ampliando las desigualdades con la expropiación de los agricultores familiares que son sometidos a la proletarización precarizada. Y hay políticas agrarias que fomentan la territorialización de la agricultura familiar y campesina a través de proyectos de asentamientos y de fortalecimiento de la agricultura local. Todavía hay la lucha por la tierra que resiste a los procesos de subordinación y desterritorialización, procurando minimizar las desigualdades. En esta investigación, estudiamos un ejemplo de esta resistencia campesina en la Chapada del Apodi en el estado de Ceará, polo de la fruticultura irrigada para exportación con aporte estratégico de políticas del Estado para el agronegocio. Nuestro objetivo es analizar los desafíos de la territorialización y de la resistencia de campesinos irrigantes en la Chapada del Apodi, por medio de restricciones por el Estado a la Política Nacional de Riego al campesinado. Incluso en condiciones de negación a los medios de producción: tierra y agua, los campesinos vienen construyendo, a pesar de estas adversidades, diversas experiencias de lucha por la tierra para producción con foco en la transición agroecológica. A partir del debate paradigmático, analizamos el agroextrativismo como modelo de explotación del agronegocio y utilizamos el procedimiento de vivencia en campo para realizar entrevistas con agricultores familiares, trabajadores acampados y funcionarios de las empresas; investigación bibliográfica y documental, técnicas de registro visual para analizar esta realidad.

Palabras Clave: Territorialización; Campesinos Irrigantes; Resistencia; Perímetros Públicos de Riego; Transición Agroecológica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Situação de Paralisação da Reforma Agrária (imóveis desapropriados).	36
Figura 2 - Situação de Paralisação da Reforma Agrária (áreas)	37
Figura 3 - Recorte espacial e territorial do estudo.....	44
Figura 4 - Representação cartográfica da área relativa de cada município do Brasil ocupada por pivôs centrais em 2014.....	49
Figura 5 -Localização da região do Baixo Jaguaribe.	50
Figura 6 - Localização do Perímetro, Empresas e Comunidades.....	56
Figura 7 - Propaganda da Del Monte	71
Figura 8 -Entrada da área da Empresa BANESA.....	82
Figura 9 - Bananicultura na empresa BANESA.....	82
Figura 10 -Reportagem do Sind Justiça sobre os acusados do assassinato do Zé Maria do Tomé.	87
Figura 11 -Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo. (a)	97
Figura 12 - Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo. (b).....	97
Figura 13 - Plantio de Arroz Agroecológico no Assentamento Sepé-RS.....	98
Figura 14 - Embalagem do Arroz com a marca Terra Livre	98
Figura 15 - Placa na residência de Dona Iracema em sua reafirmação territorial.....	99
Figura 16 - Mapa de localização da área do Acampamento Zé Maria do Tomé	103
Figura 17 - Manifesto contra a pulverização aérea	106
Figura 18 -Mobilização no Tabuleiro de Russas, 2015.....	108
Figura 19 -Ocupação nas obras da Barragem do Figueiredo, 2015.....	108
Figura 20 - Faixa da Entrada da Área da Ocupação em Maio de 2014.	111
Figura 21- Reivindicações da Ocupação da Chapada do Apodi, Maio de 2014.....	112
Figura 22 - Bandeira do MST, demarcando a ocupação na Chapada do Apodi.....	113
Figura 23 -Dia seguinte da ocupação ao lado do canal.	114
Figura 24 - 1ª Assembleia de Camponeses acampados da Chapada do Apodi - CE.	114
Figura 25 - Coletivo de infraestrutura do acampamento (cozinha coletiva)	124
Figura 26 - Coletivo de produção do acampamento (hora do núcleo do Tomé)	124
Figura 27 - Coletivo de produção - Orientação sobre plantio de hortaliças.....	125
Figura 28 - Coletivo de infraestrutura (Barraca da Ciranda Infantil).	126
Figura 29 -Realização de assembleia de mulheres no acampamento.....	129
Figura 30 -Realização de reunião da Coordenação dos Núcleos de famílias no acampamento	

.....	129
Figura 31 - -Territórios em disputas na Chapada do Apodi	144
Figura 32 -Visão parcial do acampamento Zé Maria do Tomé.	145
Figura 33 – Consórcio de culturas	147
Figura 34 – Cultivo diversificado	147
Figura 35 – Cultura da Banana	147
Figura 36 - Cultura do Mamão	147
Figura 37 -Organograma da diversidade produtiva do Acampamento Zé Maria do Tomé, 2018	148
Figura 38 - Utilização de restos vegetais (entre as fileiras de plantas).....	150
Figura 39 - Sistema de Condução do Meloeiro e Tomateiro.	151
Figura 40 – Sistema alternativo de irrigação com garrafa pet.....	152
Figura 41 - Bomba d’água usada para irrigação.....	152
Figura 42 - Irrigação com Motor a gás	152
Figura 43 - Reservatório para armazenamento (bombeamento) e criatório de peixes.	152
Figura 44 - Criação de Patos (Avicultura)	154
Figura 45 - Criação de Porcos Confinados (Suinocultura).....	154
Figura 46 - Criação de Porcos Semi-confinados (Suinocultura).....	154
Figura 47 - Animais de Serviço (Asininos)	154
Figura 48 –Comercialização nas feiras da Reforma Agrária.....	155
Figura 49 - Comercialização nas feiras da Reforma Agrária.....	155
Figura 50 – Comercialização nas feiras da Reforma Agrária.....	155
Figura 51 - Comercialização nas feiras da Reforma Agrária.....	155
Figura 52: Produção do Quintal Produtivo dos camponeses Raimundo Caminha e Dona Leuzimar.....	157
Figura 53 – Espaços de Formação com os camponeses e camponesas	158
Figura 54 – Espaços de Formação com a Juventude	158
Figura 55 - Espaços de Formação com as mulheres camponesas	158
Figura 56 - Espaços de Formação com os sem terrinha.	158
Figura 57 - Identidade e Território.....	159
Figura 58 - Pertença e Território.....	159
Figura 59 - Companheiros na Cozinha Coletiva do Acampamento	159
Figura 60 - Diálogo de saberes entre camponeses e camponesas.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Origem das famílias acampadas.....	136
Gráfico 2 - Atividades desenvolvidas anteriores ao acampamento.	138
Gráfico 3 - Empresas da Chapada (% de trabalhadores envolvidos).	138
Gráfico 4 - Situação dos trabalhadores acampados quanto ao trabalho nas empresas.	139
Gráfico 5 - Análise das fontes de financiamentos agrícolas das famílias.....	146
Gráfico 6 –População do Acampamento e suas atribuições por segmentos.....	149
Gráfico 8 - Condições de realização da pecuária antes do acampamento	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perímetros Públicos de Irrigação do Ceará.....	54
Tabela 2 -Diagnóstico Preliminar das Famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé.	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIJA	Associação dos Ex-Irrigantes do Projeto Jaguaribe Apodi
ADECE	Agência do Desenvolvimento do Estado do Ceará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIDA	Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRS	Comunidades de Resistência e Superação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FAPIJA	Federação dos Agricultores do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IFCE	Instituto Federal do Ceará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIN	Ministério da Integração Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NF's	Núcleos de Famílias
OEA	Organização dos Estados Americanos
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos
PROCEAGRI	Programa Cearense de Agricultura Irrigada

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Ceará
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
TRAMAS	Trabalho Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO NO CEARÁ.....	30
2.1	A Questão Agrária no Ceará	30
2	O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: AS CORPORações TRANSNACIONAIS E NACIONAIS.....	58
2.1	Estrangeirização da Terra: Novo Elemento da Questão Agrária	58
2.2	Del Monte e Fyffes	65
2.2.1	<i>As mudanças significativas no cotidiano camponês a partir da inserção da Del Monte Fresh</i>	<i>72</i>
2.2.2	<i>E no chão da fábrica ...? Ou melhor, no campo de produção da Del Monte Fresh?.....</i>	<i>79</i>
2.3	Banesa e Frutacor	81
3	O CAMPESINATO NA DISPUTA TERRITORIAL DO PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE-APODI.....	89
3.1	A Agroecologia como modelo de Desenvolvimento Camponês	89
3.1.1	<i>A agroecologia foi o que nos salvou aqui ... pode acreditar!!!</i>	<i>94</i>
4	DE PROLETÁRIO A CAMPONÊS.....	131
4.1	Por Que Ainda Trabalhamos Para O Capital?	131
4.2	A Renda Camponesa e as Condições De Vida.....	140
4.3	As Sementes foram plantadas... Eis alguns Frutos	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	165
	APENDICE A – ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO	172
	APENDICE B - QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONÔMICO E ORGANIZATIVO – ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ.....	175
	APENDICE C - ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO.....	177

1 INTRODUÇÃO

Em meados do século XX, o campo brasileiro foi submetido a uma nova fase da lógica de reprodução capitalista, de forma articulada, através da denominada “revolução verde” que atingiu proporções globais, sob a égide de uma racionalidade que intensificou o uso de agrotóxicos. No Ceará, como também em outros estados brasileiros, este modelo segue desterritorializando camponeses, indígenas, quilombolas e demais povos do campo, desta vez a partir da implantação dos polos de agricultura irrigada com as instalações dos perímetros irrigados em regiões estratégicas para o fortalecimento do agronegócio associado ao monopólio de empresas transnacionais que produzem monoculturas e coloca em risco a biodiversidade.

Nesse cenário, conforme afirma Delgado (2010), a estratégia foi de relançar, nos moldes da modernização conservadora do período civil e militar (1964 – 1985), os grandes empreendimentos agroextrativistas com vistas à geração de saldos na balança comercial, sem alteração na estrutura fundiária.

As transformações mundiais ocorridas desde o início do século XXI, a partir do avanço neoliberal, fortaleceram as estratégias de controle e expansão dos mercados com a mediação do Estado e a espoliação da classe trabalhadora, estabelecendo a subordinação estrutural do trabalho e da produção camponesa ao capital que se aprofundou. Evidente, que esta ofensiva torna inevitável a manifestação dos camponeses e trabalhadores porque enraíza diversas crises com o aumento das desigualdades.

Este processo de espoliação e subordinação continuou na segunda década do século XXI em uma questão agrária marcada por violentos conflitos territoriais, ocasionado pela ação dos capitalistas rentistas que a todo custo buscam a manutenção do monopólio de classe sobre a terra, perpetuando assim, a concentração fundiária no campo. Ação que ganha concretude em práticas e pactos políticos e estratégias territoriais perversas materializadas por todo o território nacional, como: grilagem, expropriação e expulsão de camponeses, assassinatos e genocídios de nações indígenas, mantendo praticamente intacta a desigualdade na distribuição e acesso à terra (MOREIRA; TARGINO, 1997; MEDEIROS, 2003; OLIVEIRA, 2001a, 2003, 2007; CHAVES, 2016; FREITAS, 2018).

Baseado em uma fase financeira neoliberal do capitalismo, em que no Brasil, as suas características de dependente e subordinado ao capital internacional, encontram-se dentro de um cenário mundial refletido nas expressões de parcerias e integrações que permitem altos índices de exportações através da concentração de terras, de riquezas e forte exploração de

mão de obra dos trabalhadores. A concentração da propriedade da terra, da renda e com isso a destruição da natureza, torna-se para esta análise um ponto crucial à luz dos desafios da luta pela realização de uma política pública de fixação do homem e da mulher no campo, contra o processo de retratação da agricultura camponesa que, “despossuídos” vão aos poucos se transformando ou se metamorfoseando em empregados ou “colaboradores” do agronegócio. Centralizamos as resistências na defesa de uma proposta de reforma agrária que contemple as aspirações camponesas, onde a mesma confronte com os interesses dos capitalistas rentistas.

Neste trabalho de investigação definimos como recorte temporal a partir do ano de 1989 quando inicia os trabalhos de implantação das infraestruturas do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi¹ aos dias atuais, pois com a ocorrência de lutas e estratégias produtivas de resistências dos camponeses da Chapada do Apodi no Ceará², como também nos diversos perímetros públicos de Irrigação da região, mais com especificidade nas resistências do Acampamento Zé Maria do Tomé³, que surge na madrugada do dia 05 de Maio de 2014, a

¹ O Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi está localizado na Chapada do Apodi, no Estado do Ceará, mais precisamente no município de Limoeiro do Norte, entre as coordenadas 5° 20' de latitude Sul e 38° 5' de longitude Oeste. O acesso ao perímetro irrigado é feito pela BR116, totalmente pavimentada, até a cidade de Limoeiro do Norte e pela CE 209 até o perímetro irrigado. O perímetro irrigado iniciou sua implantação em 1987, e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram seu início no ano de 1989. A Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi – FAPIJA é a entidade responsável pela administração, organização, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação do perímetro. (ADECE, 2011).

² No Ceará, a Chapada do Apodi compreende uma área de 2.421,8 km², englobando terrenos dos municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama. Neste trabalho, o recorte contempla os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré em virtude da implantação do Perímetro Público de Irrigação nestes municípios, mais especificamente em Limoeiro do Norte. A Chapada é constituída de arenitos da formação Açú e calcários da Formação Jandaíra, sendo este último responsável pela cobertura da parte superior da Chapada, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. A permoporosidade das rochas sedimentares permite a infiltração d'água durante as chuvas, contribuindo para a alimentação do Aquífero Jandaíra. A vegetação, de porte arbóreo, atualmente foi substituída por uma cobertura vegetal de menor densidade em razão da intensidade do desmatamento causado por conta da expansão da agricultura moderna, da extração de calcário e da produção de carvão que abastece a indústria ceramista regional (SOUZA, 2002; MAIA, 2005; COSTA, 2009).

³ O mesmo traz o nome do Zé Maria do Tomé por ter sido um camponês combatente na defesa das terras para quem nelas trabalham, para que as águas da chapada não fossem todas envenenadas, para que fosse proibida a pulverização aérea, para que os pequenos agricultores fossem irrigantes do Jaguaribe Apodi onde o mesmo ajudou na fundação da Associação dos Ex-Irrigantes do Jaguaribe Apodi, e atuava sempre na defesa de que a chapada e o perímetro (que ele sempre dizia o canal) não fossem usados apenas pelos empresários. Na ocasião por sempre ser destemido e ia a todos os meios de comunicação local para denunciar esses descasos das grandes empresas naquele território, ocorreu a tentativa de silenciar seus gritos e parar sua luta quando o mesmo foi assassinado a mando de empresário da fruticultura da região com 19 tiros na comunidade do Tomé próximo de sua residência. E como ele sempre pedia que continuássemos suas lutas. Nasce o acampamento Zé Maria do Tomé regado a rebeldia de camponeses sedentos de justiça e contra a impunidade e a injustiça até nossos dias, e acima de tudo pra buscar construir outra perspectiva de desenvolvimento baseado na

partir da unidade dos movimentos sociais, das pastorais sociais e demais segmentos da classe trabalhadora da região dentre eles: Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, MST, MAB, CPT, CSP – CONLUTAS às diversas paróquias da região, a FAFIDAM, alguns sindicatos entre outras organizações que no bojo das injustiças no campo, das negações da reforma agrária e outras políticas de apoio aos pequenos produtores, somaram-se todos os esforços para a articulação das várias famílias de camponeses nas diversas comunidades da Chapada e demais localidades vizinhas para a materialização do referido acampamento. Dessa unidade das organizações o acampamento resiste em torno das tentativas de territorialização enquanto “camponeses irrigantes” no enfrentamento ao Estado (representado nas estruturas do DNOCS, FAPIJA e outros) e as empresas multinacionais do agronegócio na Chapada do Apodi.

No caso do Ceará, que a maior parte dos recursos dos bancos e fundos estaduais agrícolas se destina a fortalecer a fruticultura irrigada cearense, que se apresenta como uma potencialidade empresarial. Numa perspectiva regional, a fruticultura é vista como uma mola propulsora do desenvolvimento das atividades produtivas e geradoras de riquezas, constituindo-se em um polo de fruticultura irrigada para a produção de commodities na região do Baixo Jaguaribe.

Neste cenário a implantação do Perímetro Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi, encontra-se inserido neste pacote do modelo que se instaurou nas chapadas e tabuleiros que se fixam nos territórios com a bandeira da geração de emprego e renda para a população que vivia nas comunidades da agricultura familiar.

E ainda como motivação para a pesquisa, em um caráter interventivo, é a de construir junto ao acampamento Zé Maria do Tomé, a resistência com todos os camponeses e suas formas de acesso aos bens da natureza, colocando-os a serviço das famílias como garantia de sobrevivência e reprodução. E construindo de forma participativa a organização desses camponeses explorados que saíram do controle empresarial, mudaram seus tempos e vidas, vivenciando o relógio camponês e suas formas de gestão no território camponês.

Nesse sentido, trazemos algumas indagações que nortearam nossas investigações durante os processos, dentre elas podemos citar: como construir processos que fortaleçam a autonomia camponesa a partir das experiências produtivas no acampamento? Existem parâmetros na Política Nacional de Irrigação que contemplem o campesinato? Essas experiências estão servindo de base para um processo de transição agroecológica? Como garantir a resistência do campesinato numa região tão conflituosa para que não adentrem a

lógica das “piores parcerias” com o agronegócio? Na continuidade das investigações os questionamentos perduravam pela necessidade de compreender que mesmo com a precariedade da política de reforma agrária, havíamos que lutar para que ela contemple também áreas irrigadas, carecendo ser uma luta de todos os camponeses, pois terra e água não devem ser privilégios do agronegócio. Esta realidade traz à tona a questão da reforma agrária com suas contradições, como se estabelecem os conflitos e desafios na construção de experiência com “camponeses irrigantes” em áreas “destinadas para o agronegócio da fruticultura irrigada”.

Suscitadas estas indagações, vemos que inúmeras delas ainda necessitarão de muitas pesquisas e lutas para que possamos garantir o lugar do campesinato, por sua vez os “camponeses irrigantes” da Chapada do Apodi, a existência e reprodução com dignidade em seus territórios. Nessa busca de contribuir com essa trajetória e subsidiar os processos construímos alguns objetivos nos orientou na condução de nossa pesquisa entre os quais citamos:

- Discutir as dificuldades e resistências dos camponeses acampados e suas condições de reprodução;
- Analisar as políticas de irrigação e suas restrições ao campesinato;
- Compreender as estratégias de dominação utilizadas por algumas corporações transnacionais e nacionais no território da região em estudo;
- Caracterizar os processos produtivos (formas de uso da terra e sistemas de produção) no acampamento com foco numa perspectiva de transição para uma agricultura de base Agroecológica;

Baseados nos objetivos propostos, trazemos presente o território em análise que compreende o Acampamento Zé Maria do Tomé situado na Chapada do Apodi –Ceará nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, considerando que a área a ser destinada para consolidação do assentamento de reforma agrária abrange esses municípios

Trata-se de uma região que abriga de longas datas as imigrações de outros estados do Nordeste, por via da fixação de diversos sitiantes e proprietários de terras e criadores em grande parte bovinos de leite, nas ribeiras do Rio Jaguaribe. As fixações ribeirinhas trazem sempre vantagens de uma adaptação á disponibilidade de água corrente e a fertilidade de seus solos que atraíam fortemente as rancharias e guaridas nas margens do referido rio.

A região também tem sua importância histórica por ter sido berço da resistência indígena, a exemplo da Confederação dos Cariris. É fato que a região em questão já tem si

tornado um berço de pesquisas diante das disputas territoriais e os diversos e fenômenos emblemáticos que têm sido noticiados com vistas nas investidas do capital na região.

Significativos estudos (SOARES, 1999, ELIAS, 2002, CHAVES, 2016, FREITAS, 2018, entre outros) foram e estão sendo realizados sobre os conflitos socioterritoriais, a negação de direitos, injustiças ambientais, dentre outras questões que assolam os territórios dessa região. Na continuidade dessa caracterização regional, trazemos presentes as contribuições de Soares (1999) que retratam a história da ocupação na região compreendida entre os séculos XVI e XVIII, aonde veio a se consolidar com a produção pecuária (extensiva para corte), e que favoreceu as grandes comercializações de carne bovina salgada os charques.

Somada a estas se acrescentam em períodos de chuvas ou de invernos mais regulares os cultivos de algodão, forte plantio da carnaúba para extração da cera para o mercado internacional (formando grandes extensões para o cultivo da referida palmeira, originando os senhores dos carnaubais na região), e comumente os plantios de milho, feijão e mandioca que vão sendo agregadas a produção camponesa e familiar como fonte daquelas famílias que trabalhavam em sistemas de arrendamento das terras em condições distintas entre proprietários e arrendatários, meeiros nas relações regionais e locais com a terra.

Considerando todas essas características regionais, temos reunidos diversos fatores de incentivo agrícola que trazem para o cenário das disputas territoriais, um celeiro de possibilidades exploratórias e conseqüentemente de conflitos agrários com vista na expulsão dos povos tradicionais que habitam nesses territórios. Nessa perspectiva, já salientava Martins (1991, p. 45): “[...] são inúmeros os conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios, por causa da terra. Violências de toda ordem tem sido cometida contra essas pessoas para assegurar a sua expulsão da terra”.

Nas condições atuais, e mais especificamente na referida região, afirmamos que mesmo que consideramos que sempre houve uma perseguição desumana as diversas formas de organização camponesa, como nos diz Carvalho (2012), que nos diversos períodos históricos e nas diferentes sociedades estas têm sido tratados com desdém, humilhação e violência. A Chapada do Apodi tem sido uma expressão dessas amordaças numa nova roupagem, pois as estratégias de marginalizar os camponeses para anunciar como progresso a empregabilidade precária tem sido uma perseguição perversa aos camponeses acampados no Acampamento Zé Maria do Tomé. Estas ações se configuram como uma das faces da relação de afastamento dos camponeses, de forma acordada, em alguns casos com propostas irrisórias de compras das áreas em que às vezes não se paga. Negociam favores (emprego), nas

expulsões camponesas que levam o campesinato a desterritorialização. Por isso tende-se a reafirmar a categoria de camponeses irrigantes para que sua condição de beneficiário contemple o acesso à água como forma de se manter na terra como continuidade da vida.

Foi considerando estas realidades e adentrando nestes caminhos que se despertou o interesse pelas questões vinculadas ao campo e mais precisamente com a defesa da reforma agrária, quando da formação acadêmica do presente autor. Os estudos no Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), quando da conclusão do Curso de Tecnólogo em Recursos Hídricos/Irrigação (2004) e da Graduação em Geografia (2013) levaram-me a trabalhar como profissional em um acampamento que disputava as áreas irrigáveis já destinadas para o agronegócio. É neste cenário, no contato direto com a luta dos camponeses irrigantes, que nasceu minha militância junto ao campesinato que permanece na resistência e a condição técnica e organizativa foi determinante para minha inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Posteriormente na condição de militante técnico, com atuação nas áreas de reforma agrária e extensionista nos assentamentos rurais da Microrregião do Baixo Jaguaribe, construindo à luz do MST, uma assessoria técnica diferenciada a partir das vivências e lutas junto aos trabalhadores, onde na condição de profissional realizamos diversos trabalhos para os camponeses assentados, tais como: elaboração e acompanhamento de projetos agropecuários no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); oferta de serviços ATER, de cursos, oficinas e palestras; acompanhamento em reuniões/encontros com entidades diversas ligadas ao campo e à elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA).

Simultaneamente, cursava Licenciatura Plena em Geografia e atuava no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente - SPCMA-MST na elaboração, coordenação e execução de projetos e ações junto às famílias assentadas como é o caso dos projetos de convivência com o semiárido, de construção e fortalecimento da agroecologia, nas escolas de ensino fundamental com a experiência do projeto crianças construindo soberania alimentar, construção dos campos experimentais nas escolas de educação do campo, entre outras ações, considerou-se um momento ímpar para o amadurecimento e a compreensão das diversas abordagens teóricas de interpretação do campo, bem como dos primeiros passos para a formulação da problemática aqui tratada.

É nesse movimento simultâneo entre teoria e prática que se gesta o objeto desta pesquisa. Entretanto, um fato é marcante para a aproximação definitiva foi quando o MST

decide no ano de 2014 ocupar áreas pertencentes a implantação da 2ª etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Naquela ocasião, nasceu a minha intenção de pesquisa, buscar aprofundar os referidos desafios enfrentados por esses camponeses que ousam romper fronteiras ao ocupar áreas destinadas para as empresas transnacionais da fruticultura irrigada, buscando construir territórios alternativos na defesa de uma alimentação saudável (mas, ainda atingidos pela intensa pulverização aérea de agrotóxicos). Ou seja, vislumbrar as experiências produtivas com ênfase na transição agroecológica como ações contra hegemônicas a esse modelo de desenvolvimento que fomenta inúmeras disputas territoriais entre campesinato e agronegócio.

Nesse sentido, a minha trajetória traz essas experiências das vivências na militância técnica e política junto ao MST do Ceará. Enfrento o desafio de interpretar as premissas que norteiam a Política Nacional de Irrigação e porque nas suas atribuições não está incluído o agricultor familiar e camponês, restando aos mesmos vivenciar uma profunda estiagem, em meio a canais de irrigação fartos para a produção do agronegócio, em detrimento de um amplo contingente de camponeses sem terra e sem água, submetidos a uma proletarização precária e uma devastação ambiental incontável. Esta pesquisa foi ao encontro das resistências e estratégias do MST, em buscar soluções para as famílias acampadas no Acampamento Zé Maria do Tomé, que na condição de “camponeses irrigantes” vão desnudando realidades junto ao perímetro irrigado Jaguaribe Apodi e construindo territorialidades camponesas em defesa da transição agroecológica.

Em suma, está participando do TerritoriAL representa todo o esforço e dedicação que os movimentos socioterritoriais tiveram junto a UNESP e seus professores comprometidos com um projeto alternativo de sociedade e de educação, a serviço da classe trabalhadora, por tanto faz-se necessário entender essa realidade tão presente nas “repúblicas das bananas” latino-americana e caribenha no intuito de fortalecer uma geografia mais combativa, abrangente e estratégica no cenário atual.

No estabelecimento dos caminhos metodológicos de construção dessa pesquisa buscamos compreender que o método é um caminho, no qual vamos traçando um percurso em que muda no caminhar, mais tendo-o como base para se construir as análises na construção do conhecimento. Nessa trajetória, pretendeu-se buscar o entendimento das relações contraditórias, compreendendo que o conhecimento da realidade é um diálogo com a teoria.

Teoria e empiria se relacionam, complementando-se e negando-se. Ressaltamos que os conceitos não são estáticos e podem ser modificados a partir do encontro com a realidade.

Portanto, as contribuições que se encontram no conhecimento do real, muitas vezes vivenciado e experimentado subsidiam os caminhos para as definições teóricas.

Não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas suas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX, 2002, p. 19).

Parte-se da compreensão que não existe qualquer possibilidade de neutralidade num processo de investigação científica. Portanto, a escolha da temática, dos objetos de estudo e dos caminhos trilhados teoricamente neste trabalho demonstra a opção a priori do pesquisador, opção essa que nasce da sua visão de mundo, de como interpreta o real, portanto, já aqui demonstra que não há espaço para neutralidade no processo de produção do conhecimento.

Nesse sentido, nos apoiamos na reflexão realizada por Löwy (1995, p. 102) quando este afirma que “de maneira nenhuma Marx, pretende que sua crítica da economia política seja neutra, pura, objetiva, imparcial, desvincula-a de qualquer ponto de vista de classe. Ele afirma claramente que o ponto de vista que ele defende é vinculado a uma classe social determinada”.

Ainda segundo o autor, um princípio essencial contido na dialética é a ideia de que a história não chegou ao fim, que nada está acabado, mas sim, que tudo está diante do movimento histórico da sociedade.

A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história (LÖWY, 1995, p. 14).

No tocante a metodologia de pesquisa (os instrumentos e/ou técnicas) para à realização da pesquisa de campo, utilizamos: a pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, entre outros) e documental em fontes primárias e secundárias; realização de entrevistas semiestruturadas com acampados (as), ex-funcionários das empresas, moradores mais antigos da região, construções de rodas de conversas, observações a partir das atividades orgânicas da comunidade (reuniões de núcleos, coordenações, mutirões, assembleia entre outros), anotações do caderno de campo e registros fotográficos. Para a realização da pesquisa ressalta-se que para melhor aprimoramento da investigação contamos com os diversos instrumentos citados anteriormente que auxiliaram no desenvolvimento desse

trabalho, dentre eles alguns ocorreram concomitantemente de acordo com a realidade e as vivências do pesquisador.

Uma das características fortes da metodologia que se considerou indispensável foi a participação em algumas reuniões internas no acampamento, como também as visitas aos camponeses, pois foram momentos de grandes aprendizados e de onde se extraíam naturalmente as contradições e resistências de uma gente que luta e acredita.

Na construção desse trabalho buscamos construir uma abordagem a partir da pesquisa militante, engajada e comprometida com a transformação da realidade envolvida. Pretendendo fortalecer que essa forma de construir a pesquisa vai para além do compromisso, há uma intenção de fortalecer uma metodologia que considere os processos vivenciais e alguns casos interventivos.

Considerando que uma pesquisa militante nos aproxima e constrói espaços de sociabilidade mais confiável e profunda da realidade, o que nos fará no decorrer da construção desse trabalho entender o que ponderamos como pesquisador militante, e seus entraves. Ainda assim reflete-se acerca do que nos diz Santos e Adams (2013) quando nos referimos a esses pesquisadores:

Os pesquisadores militantes são aqueles que não só se envolvem com o campo científico como também com o campo político e social. As questões de uma pesquisa militante necessariamente surgem do campo das práticas, da intervenção social, ou seja, das práxis do pesquisador que é também sujeito da realidade que pretende transformar. Neste caso, a pesquisa possui um objetivo claro: refletir sobre determinado contexto e contribuir para a sua transformação. (SANTOS e ADAMS, 2013, p. 02)

Por se tratar de uma pesquisa militante, na qual o pesquisador encontra-se envolvido no cotidiano das resistências e das relações estabelecidas no território em questão, serão realizados momentos dessa construção numa dinâmica real vivenciada na perspectiva da interação camponês e pesquisador, onde as condições reais dessa interlocução se dará na capacidade de recolher todas as questões e situações necessárias a elaboração de sua pesquisa.

Outro momento que se considera essencial, que exige um profissionalismo qualificado e, mais precisamente quando estamos nos relacionando com a ciência geográfica, é quando tratamos das realidades que defendemos e tão sempre presentes em nossas investigações. Nesse sentido, tornam-se indispensáveis algumas precauções para não cairmos nos vícios do empirismo exacerbado que acaba nos deixando limitado de uma estruturação teórica e conceitual. Faz-se necessário observarmos as devidas reflexões dos autores abaixo:

Desde os primórdios da Geografia, os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos [...] Entretanto, se esta herança foi fundamental para a consolidação da Geografia como ciência, legou também uma forte marca empirista. Assim, nos primórdios, o trabalho de campo que era parte fundamental do método, aos poucos vai se transformando no próprio método, isto é, de parte do método, torna-se o método, fruto do predomínio de uma concepção empirista que despreza a teoria e atribui à descrição da realidade a condição de critério de verdade (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 53).

Nessa perspectiva de contemplar o campo, ater-se aos percalços advindos da realidade constatada, estar subsidiando sempre com a teoria, recorreremos às palavras de Lacoste (1985) onde observa que é fundante na valorização de uma consistência teórica, tudo que nos permita teorizar e extrair das entranhas do empírico, o necessário:

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas (LACOSTE, 1985, p. 20).

Foi assim que nas entrevistas semiestruturadas, nas rodas de conversas e demais ações metodológicas realizadas durante esse processo, colocamos pressupostos aos participantes cujas respostas foram se constituindo nas questões de pesquisa. Considerando a existência de um grande acervo literário sobre as referidas temáticas, como também algumas experiências relacionadas a pesquisa, tornou-se indispensável uma sistematização compartilhada com base no olhar camponês e do pesquisador engajado, como construção e partilhas dos saberes, sempre com foco na mudança de realidade.

Com base na referida metodologia citada constrói-se a referida escrita que além da introdução, optou-se por construir a referida dissertação em quatro capítulos, onde no primeiro foram construídas breves análises acerca da questão agrária no Ceará, considerando as resistências camponesas, os movimentos de luta pela terra, como também as primeiras ações de lutas sindicais e religiosas em defesa da reforma agrária, a formação dos primeiros assentamentos de reforma agrária, e a chegada do MST no Ceará e suas importantes lutas e conquistas. Em outro momento ainda na perspectiva do nosso estado direcionamos um olhar sobre as políticas públicas de irrigação no Ceará com ênfase no Baixo Jaguaribe e mais especificamente na Chapada do Apodi, onde refletimos sobre como o Estado, que norteado pela Lei Nacional de Irrigação vai se apoderando dos perímetros públicos de irrigação e colocando toda a infraestrutura de caráter estatal, a serviço das grandes multinacionais do agronegócio.

No segundo capítulo, debruçou-se nas relações entre o agronegócio e a questão agrária atual a partir das corporações transnacionais e nacionais, baseado nas estratégias do agroextrativismo capitalista quanto a sua dominação e exploração dos trabalhadores da Chapada do Apodi, diante do atual modelo de desenvolvimento implantado pelas empresas.

Nesse sentido, construir-se um breve histórico das ações e impacto causados pelas empresas transnacionais com ênfase na Del Monte e a Fyffes, em seguida a BANESA e a FRUTACOR com seus mecanismos de dominação dos mercados locais. Por fim, elencamos as diversas mudanças que ocorreram nas dinâmicas de vida dos camponeses da Chapada com a inserção da Multinacional Del Monte Fresch, por ser essa primeira multinacional de grande parte a se instalar na Chapada do Apodi.

No terceiro capítulo, trazemos uma atenção mais voltada para o campesinato e a questão agrária atual, considerando a história e formação do acampamento Zé Maria do Tomé, que culmina com uma resposta as diversas denúncias da questão fundiária e a problemática do uso dos agrotóxicos na Chapada do Apodi.

Em contraponto a estas injustiças advindas do modelo do agronegócio dedicamos a reafirmar a importância das experiências de produção agroecológicas como estratégias de territorialização e resistência dos camponeses em perímetros públicos de irrigação. Por sua vez em conflitos constantes com a gestão do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi sob responsabilidade da FAPIJA. Também enfatizamos a estratégia do MST na organização da produção e a resistência dos camponeses.

No quarto capítulo, buscamos construir um percurso desses camponeses proletários das empresas e suas ramificações junto ao acampamento como locus de reprodução camponesa, na tarefa de melhorar suas rendas, acessar a terra, a água como garantia de sua permanência explicitando as diversas experiências desse campesinato.

Por fim as considerações finais, onde realizamos os remates da problemática dos camponeses irrigantes que fazem história a sobre a Chapada do Apodi, mostrando que se faz necessário realizar a distribuição das terras irrigáveis também aos camponeses, muitas vezes os já remanescentes das referidas áreas, por entender que é a inserção dos camponeses que tem materializado na prática uma expressão viva da produção sustentável e com relações de trabalho justas e garantia de sustento das famílias camponesas em suas terras.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS DE IRRIGAÇÃO NO CEARÁ

2.1 A Questão Agrária no Ceará

A questão agrária cearense não difere muito de outras regiões de nosso país. O processo de colonização ocorreu através da disputa territorial, prevalecendo a concentração fundiária e a exploração pelo binômio gado-algodão (ANDRADE, 1988). As primeiras apropriações das terras do Siará Grande trataram de vencer a rusticidade das terras semiáridas: “um carrascal de plantas xerófitas, macambiras, cabeças-de-frade, cardeiros, mofumbos, cipós entrelaçados, florestas de xiquexiques, de arbustos carranchentos [...] (LIMA, 1997, p. 30). Os invasores enfrentaram os nativos que resistiram em seus territórios para que controle da região não fosse assumido pelos colonizadores (FREITAS, 2010). Considerando as referidas atividades como bases de sustentação econômica no início do século XX, desenvolveu-se no sertão adentro o que Oliveira (1978) definiu como “Nordeste agrário não-açucareiro”, por exemplo as regiões que expandiram fortemente a produção de algodão para atender uma demanda mercadológica internacional.

Assim formou-se o campesinato cearense pelas resistências e diversas formas de sobrevivência produzindo para seu sustento, como também as aquelas subordinadas á produção dominada pelos interesses da exportação algodoeira nordestina e outros ramos da agropecuária. Nessa perspectiva, destacamos no Ceará esta configuração das questões agrárias e agrícolas que somadas ao algodão, ao charque, as plantações de café, cana de açúcar entre outros, regados à sujeição dos negros trazidos pelos senhores escravocratas, que em regime de exploração desumana construía a acumulação de riquezas da burguesia agrária. Restou ao campesinato, o que chamamos hoje dos pequenos sítios, quintais, fundos de pastos, algumas pequenas vazantes ao lado dos riachos intermitentes, muitas delas interrompidas pelos períodos das secas prolongadas, dando origem as realidades sociais flageladas e miseráveis que se submetem as relações adversas com relação a terra subjugados aos efeitos coronelistas na imposição dos poderes político, econômico e social.

Como nos mostra Souza (2004), ao referenciar a dominação do latifúndio sobre as populações camponesas nos diversos espaços produtivos.

[...] Tem como uma de suas principais características a formação de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupam posições assimétricas em termos políticos e econômicos. Tais relações são baseadas na troca de bens e serviços de natureza distinta: o patrão ou o chefe político fornece terra, moradia, emprego, cuidados médicos e proteção; os clientes,

em contrapartida, fornecem mão-de-obra, serviços e votos. Estes últimos, na verdade, não era necessariamente a principal contrapartida esperada pelos coronéis, já que suas clientelas incluíam um largo segmento de não-eleitores (analfabetos) e havia a possibilidade de uso da violência para vencer a competição política com facções rivais. Vale notar que a violência coexistia com relações baseadas no cálculo e no interesse, bem como na lealdade e na gratidão (SOUZA, 2004, p. 411).

Com base nesta formação desses ramos produtivos, datamos desde o século XVII sua concentração fundiária consolidada pelo regime de sesmarias. Considerando as reflexões de Oliveira (2005) sobre suas características de ocupação cearense, a partir das sesmarias:

Com a doação de grandes extensões de terras voltadas para a pecuária no sertão semiárido favoreceu a constituição de uma elite agrária sertaneja. As fazendas de gado se multiplicavam rapidamente, não ocupando na mesma proporção a mão de obra que estava se formando na área. A produção do vaqueiro ocupou pouca mão-de-obra e teve a figura do vaqueiro um ator principal (OLIVEIRA, 2005, p. 133).

Este modelo de estrutura fundiária mantém a concentração como um problema inacabado, principalmente com as investidas do capital no campo em que o domínio das terras de tabuleiros, chapadas e nas ribeiras de rios e riachos são os espaços escolhidos pelas grandes produtoras de commodities para o agronegócio. Não apenas no Ceará, mais a questão fundiária habita como um problema herdado do conservadorismo brasileiro e da estratégia latifundiária dominante desde o processo de colonização, aos quais mantinham seus territórios sob o domínio dos coronéis da época. Nesse sentido, as diversas regiões da América Latina que por vezes apresenta altos índices de pobreza, miséria e demais mazelas causadas pela concentração das terras, não poderiam ser atribuídos apenas às cíclicas secas, mas a um problema de estruturação social, a partir das relações da servidão impostas pelas oligarquias semifeudais centradas na grande propriedade, na hegemonia do coronelismo e do colonialismo (MARIÁTEGUI, 2010).

Ao analisarmos a disparidade da atual questão agrária há que se considerar que na estrutura fundiária brasileira, os trabalhadores sem-terra são também sujeitos desterritorializados, ou seja, privados do acesso ao território. Tendo em suas entranhas as capitâneas hereditárias que a cada geração mantinham pela hereditariedade de suas riquezas e concentração das terras a garantia de manutenção, ancorado pelo processo das sesmarias que contribui para legitimar os donatários como “senhores “donos” das terras”, daí passava-lhe o direito de expulsar, explorar e oprimir os pequenos agricultores e demais trabalhadores em regime de servidão e também escravidão em vários casos, condição esta imposta a todos os que não tinham terras e outras formas de sobrevivência. Como nos afirma Oliveira (2007, p.

06) “os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo” marcado pelo genocídio e etnocídio.

É fato que a questão agrária nunca foi resolvida sempre será questionada por todas as suas contradições, aos quais também trazemos presentes o não cumprimento de suas legislações quando da defesa dos movimentos socioterritoriais quanto à realização ou busca de concretização de uma reforma agrária mais abrangente no território brasileiro. Na ocasião trazemos presentes negações desse Estado que legítima as intenções ruralistas e que não realiza as desapropriações por diversos motivos, citando uma das ações mais fortes que a legislação poderia avançar que é o caso da atualização dos índices de produtividade em que o Estado mantém essa condição como descaso, em seu não cumprimento a mais de duas décadas de massacre com aqueles que lutam e estão nos acampamentos, sofrendo diversas ameaças, despejos e até emboscadas que acaba em chacina de camponeses a espera das desapropriações.

Trazemos presente às contribuições de Távora (2013), no Núcleo de Estudos e Pesquisas Legislativas:

Analisando a reforma agrária à luz da legislação agrária (arts. 184 a 186 da CF e Lei 8.629/93 e alterações), entende-se que as desapropriações de terras para reforma agrária, nos últimos vinte e cinco anos, foram realizadas principalmente por não atendimento aos parâmetros de produtividade, que não são atualizados desde 1980 e está baseada no Censo Agropecuário de 1975. Mesmo a existência clara de comando na legislação não foi suficiente para que tais parâmetros fossem atualizados (art. 11 da Lei 8.629/93) (TÁVORA, 2013, p. 21).

Outras medidas também foram aprovadas ou pelo menos reconhecidas também como tentativa de ir se somando na tentativa de alterar essa questão agrária não resolvida, para que se somassem aos parâmetros da desapropriação para fins de reforma agrária com relação à função social, onde foram acrescentadas as questões ambientais e trabalhistas (no caso do trabalho escravo), mais também essas não dão conta das distorções dos proprietários de terras, pois são dribladas de forma escancarada na maioria dos casos.

Ademais, outros critérios que compõem o conceito de função social (art. 186 da CF) só passaram a ser reforçados com a edição do Parecer Conjunto/CPALNPCGAPJP/CJ/MDA/Nº 011/2004 (VAF/JMPJ), a partir de 2004: o descumprimento a preceito trabalhista e ambiental para fins de desapropriação de terras para reforma agrária, e, a partir de 2008, propriedade flagrada utilizando mão-de-obra análoga à escrava (CORREIO BRAZILIENSE, 2008).

No caso do Ceará também se iniciou com as diversas resistências indígenas e suas batalhas num Nordeste disputado, como se pode ver:

Os conflitos agrários no território do Ceará iniciam com os índios Paioku, Íkos, Jundauí e Karatiu, que foram os primeiros a enfrentar a implantação das fazendas nos sertões do Ceará, no século XVII. As batalhas da Confederação dos Kariris, que tinha como objetivo a reterritorialização das terras indígenas ocorreu no período de 1683 a 1713, envolvem os índios dos Estados de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, que se organizaram e enfrentaram o conquistador português. (ALENCAR, DINIZ, 2009, p. 134).

Na história do campesinato cearense há várias semelhanças e especificidades quanto a formação social camponesa brasileira, o inimigo secular, que foi se ramificando, se travestindo das várias roupagens mais que gerou os diversos conflitos agrários. Esses ocorridos inicialmente em algumas regiões por parte das resistências e insurreições dos povos do campo e também do mar. Ressalta-se que grande parte das lutas por terra “já em uma forma coletiva de resistir”, foram travadas nas regiões dos sertões cearenses e por sua vez estende-se em áreas do litoral como emblemáticas resistências de posseiros e rendeiros.

Mesmo assim são inúmeras as violações de direitos em que são submetidos os camponeses, pois os assassinatos de camponeses nos diversos conflitos por água, terra e das diversas situações destacadas nos cadernos de conflitos da CPT, que dão conta das áreas ainda em conflito, as violências contra a exploração e a posse da terra, situações desde o desrespeito trabalhista, o trabalho escravo e a superexploração, violências contra as pessoas e os camponeses ameaçados de morte, entre outras injustiças cometidas em negação a realização da reforma agrária.

Os inúmeros conflitos por terra que ocorreram no interior cearense relacionam-se as situações de exigências de rendas aos posseiros, pois as condições eram ameaçadoras, partindo desde o atear fogo nos pastos, colocar o rebanho do proprietário para pastar antes do término da colheita, ao ser preciso coagir a família com castigos trabalhistas, quando não usavam da violência.

Nesses conflitos, a violência esteve sempre presente: destruição das plantações, proibição de plantar na propriedade, de usar a água dos açudes e poços, destruição das cercas, invasão ou derrubada das casas, como também quebra dos objetos dos moradores, agressões físicas e verbais, prisões ilegais, uso de torturas e assassinatos de várias formas. (ALENCAR, DINIZ, 2010. p.135)

Em meio a esta realidade ver-se que as diversas formas de exploração sempre ocorreram, pois ao relacionarmos com as estatísticas nacionais de resquícios de exploração

escravocrata, relata-se que no Brasil registra-se 46 mil trabalhadores libertados em condição de escravos (GLOBO G1,13/05/2014).

Olha nós aqui é quase escravo né ... Por que nós tínhamos que dar a renda do que produz né, cuidava dos animais, nós concertava as cercas, as vezes ele até dava o leite das crianças mais tudo era relatado, aquilo prá nós era sempre uma humilhação. Quando não tinha carroça ele era que fazia nossas compara né... ai nós só ficava devendo. Mais agente precisava muito dele né ...mais quando vieram fazer as reunião dos “sem terra” por aqui eu num acreditava não [...] a mulher que ia lá assistir mais foi o melhor prá nós ... hoje nós somo é livre (Informação Verbal⁴).

Para Alencar e Diniz (2010), os conflitos surgiram em virtude do pagamento da renda da terra aos proprietários rurais que cobravam dos moradores a metade do que produziam e ainda exigiam a obrigação de trabalhar três dias para o patrão. Os conflitos ocorridos com os camponeses são retratos de uma história nem sempre tão detalhada porque se sabe que houve outras formas de abusos e várias situações de violência Para com os trabalhadores, desde as diversas expulsões e despejos e opressões que não se revelam.

Em suma, na sociedade brasileira os camponeses sempre foram destratados e perseguidos:

Os camponeses têm sofrido perseguições políticas e sociais, opressões ideológicas e religiosas e formas diversas de exploração econômica. É difícil se encontrar um período da história humana sem que o tratamento dispensado aos camponeses não fosse rebaixado pelo desdém, desprezo e humilhação social [...] (CARVALHO, 2012.p.1).

Segundo Barreira (1992), as desavenças desenrolaram-se de forma isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos, no interior de cada fazenda e tinham como características comuns, o confronto direto dos moradores de condição e os proprietários das fazendas. Nesse cenário, constituíam as riquezas alicerçadas sobre as diversas formas de subalternidade dos trabalhadores que produziam as fortunas, pela posse, venda e troca, venda ou obrigatoriedade do emprego de sua força de trabalho. Realidade esta que assola a mente, o coração e a vida de muitos camponeses que por muito tempo estiveram sob o julgo desses “capatazes, jagunços e capitães do mato”, a serviço de um regime que mantém intocável a estrutura fundiária.

Como reflete Oliveira (2007):

⁴ Entrevista com Ex-morador de fazenda e assentado da reforma agrária em Potiretama-CE, em outubro de 2017.

A instituição da propriedade privada da terra no capitalismo e a incorporação dos pacotes tecnológicos romperam de forma intensa a convivência equilibrada populações com o ambiente. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz no seu âmbito transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo (OLIVEIRA, 2007p.23).

A questão agrária no Ceará, ainda reside sob os moldes da concentração fundiária, onde permeia um campo incorporado pelos latifundiários e empresários rurais que materializam sua hegemonia sobre a expansão das empresas transnacionais para a produção de commodities que são exportadas para o exterior, considerando que essas são responsáveis pelo ranking da exportação cearense.

Alencar (2005), ao analisar a ação do estado na implementação das políticas fundiárias de 1971 a 2003 vemos que não há grandes avanços para os anos petistas (2003 a 2014), registra que os programas não atingiram sequer a desigual estrutura fundiária, e mais, “se por um lado agiam de maneira suave para abrandar a população camponesa descontente, por outro, viabilizam e recompensam os latifundiários, com políticas públicas compensatórias e econômicas”. Para ele o Estado ao “[...] operacionalizar instrumentos compensatórios como programas de assentamentos, cria mecanismos para recompensar ou para manter as formas agrárias, como os projetos de incentivo ao agronegócio e ao biodiesel” (Ibidem, p.275).

No início da gestão do Lula esteve em questão o modelo de reforma agrária que deveria ser adotado. Norteada pela tentativa de proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentada em 2003, pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, mesmo tendo ciência de que o mesmo não foi aceito e nem seria com o parlamento ruralista predominante, tendo em vista que o referido plano considerava todas as formas de obtenção de terras, desapropriação, permuta, compra e venda, e tinha como meta assentar um milhão de famílias entre os anos 2004 e 2007.

A luta pela terra no Ceará caminha a passos desiguais, no tempo e no espaço nas diversas regiões do Estado, sendo que não é possível mensurar avanços significativos, pois é recorrente os retrocessos na concentração fundiária. Percebe-se que com o forte conservadorismo se representa em números que não modificam a estrutura fundiária, que segundo o (INCRA, 2018) em sua página, afirma a existência de 457 assentamentos federais no estado, num contingente de 916.172,98 hectares, envolvendo um montante de 21.587 famílias, destas 17.554, ou seja, temos 82,9% das famílias distribuídas em 379 P.A's que se localizam em regiões semiáridas.

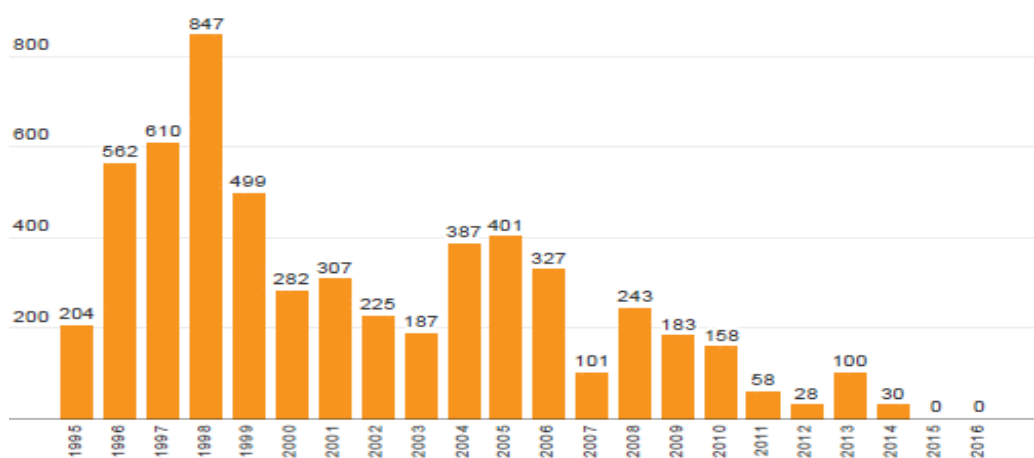
Daí reside fortemente, o que consideramos como a precariedade da política de reforma agrária, uma vez que grande parte destas famílias, vivem em dependência de carro pipa (que só atende as necessidades básicas), ainda somada as diversas negações quanto as políticas de educação, saúde, cultura e lazer que em sua maioria são vistas como segmentos que não se considera prioritária.

Esses assentamentos, na sua maioria, estão localizados em áreas de sertões, de depressões sertanejas, ou do semiárido. Isso significa que eles estão inseridos sobre solos, vegetações, clima e água que corresponde, em geral, aos sertões que equivale aos pedaços de terras com deficiência desses recursos naturais. Ou seja, os territórios dos assentamentos têm como assoalho os solos que apresentam limitações de uso em virtude de serem rasos, pedregosos, susceptíveis a erosão, á deficiência d'água, e ao baixo índice pluviométrico distribuído irregularmente ao longo do ano (ALENCAR, 2005).

Fernandes acrescenta que a precariedade da reforma agrária e das políticas agrícolas para o setor camponês – marca iniludível de todos os governos que assumiram o Estado brasileiro – está expulsando famílias assentadas. No lugar dessas famílias excluídas surgem novas famílias assentadas. O problema não se resolve em si, se reproduz em si (FERNANDES, 2010). Nesse sentido, vemos que na realidade desde os anos de 2015 a 2018, vem ocorrendo fortemente o que nos afirma Cosme (2015), quando afirma que tem ocorrido no Brasil uma antirreforma agrária, pois seus índices de desapropriação e fortalecimento dos atuais investimentos na política de reforma agrária têm ocorrido cortes drásticos.

Figura 1 - Situação de Paralisação da Reforma Agrária (imóveis desapropriados).

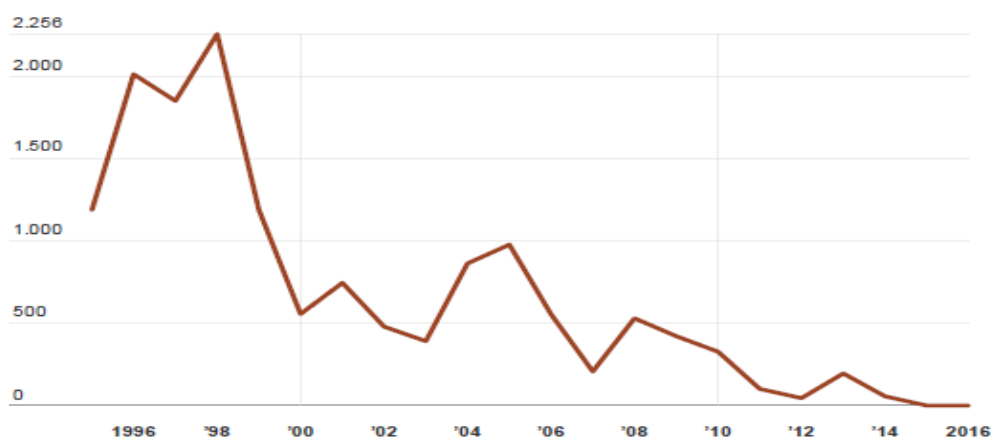
Número de imóveis desapropriados



Fonte: INCRA, 2016.

Traz-se presente esta reportagem exibida na Folha de São Paulo em 2016 que marca profundamente essa negação: “2015 é o primeiro ano sem nenhum decreto de desapropriação de terras para a reforma agrária desde a redemocratização do país: uma mancha em nossa história” As figuras 01 e 02 mostram como está paralisada a reforma agrária explicitando o quantitativo de áreas e imóveis desapropriados mostrando esse indeferimento da política de reforma agrária.

Figura 2 - Situação de Paralisação da Reforma Agrária (áreas)
Área total (em mil hectares)



Fonte: INCRA, 2016.

Afirma-se que o Brasil defendido pelo governo Lula e Dilma não passou de meros comprometimentos com a classe camponesa para fins de campanhas. Ou melhor, essas esperanças resumem-se também no que nos reflete Cosme (2015):

Em linhas gerais, aqueles governos terminaram sem cumprir as metas estipuladas no II PNRA e sem se quer ensaiar uma proposta de elaboração do III Plano; consolidou o apoiou irrestrito ao agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, por meio de vultosas levas de recursos financeiros; não ousou interferir nos interesses dos latifundiários - ação materializada na não atualização dos índices de produtividade da terra e não revogação de medidas provisórias que criminalizam a luta pela terra, aprovadas no governo FHC (p. 126).

Sem desmerecer avanços e algumas melhorias houve claramente a instauração de uma negação da reforma agrária, optando por legalizar a grilagem de terras por meio dos mesmos recursos das MPs (OLIVEIRA, 2007, 2010). Na realidade mesmo com governos que se diziam progressista estacionou as desapropriações chegando a ocorrer anos com marco zero em repasse de áreas para camponeses, ocorrendo de fato a contrarreforma agrária (OLIVEIRA, 2010) ou como discutira Fernandes (2003) sobre a correlação de forças possível

para pressionar o governo Lula na realização da reforma agrária. De fato, a correlação desigual levou ao fortalecimento do modelo da concentração fundiária, com a expansão da estrangeirização da terra (FERNANDES, 2011).

Diante desta realidade agrária, a cada dia se torna mais difícil a possibilidade de realização de mudanças estruturantes nesse cenário. Tendo em vista que as poucas iniciativas ensaiadas pelos movimentos socioterritoriais em seus enfrentamentos, muitas vezes sendo descaracterizadas por outras estratégias governistas, que por vezes até reforçam a necessidade de combinar adequadamente a grandeza das ações de desconcentração da propriedade fundiária com ações dirigidas a assegurar a melhoria da qualidade dos assentamentos. Para tanto este avanço permanece mediado por recursos técnicos que na maioria das vezes não estão á disposição das famílias assentadas. Acrescida de leis condicionantes que vão sendo sancionadas pelo Estado que recria diversos indicadores sociais para dificultar o acesso a algumas políticas, que vão estrategicamente fundamentando ainda mais a precariedade da política de reforma agrária.

Percebendo-se ser necessário criar as devidas condições para que os camponeses assentados possam explorar economicamente a terra e auferir renda suficiente para viverem com dignidade. Em outras palavras, a distribuição de terras, precisa atingir rupturas paradigmáticas eficientes e suficientes para provocar modificações na estrutura agrária do país. Pois ao contrário, os mecanismos de regressão dessa construção continuarão a operar, permanecendo mais pobreza, miséria e exclusão social no meio rural. Antes, porém, é necessário afirmar que entendemos a propriedade da terra como uma relação social, porque no capitalismo ela significa “um processo que envolve trocas, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação” (MARTINS, 1981) e sua apropriação, controle e particularmente sua concentração por uma determinada classe, pode e quase sempre significa o domínio político-econômico de um determinado lugar, região, país, etc.

Entende-se também, que o desenvolvimento do capitalismo é desigual e contraditório. Na medida em que acontece o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. Desta forma, o capital se apropria do trabalho “livre” para a sua reprodução. Desenvolve-se uma relação em que, de um lado, o capitalista compara a força de trabalho, pois esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, de outro, o trabalhador vende a força de trabalho, por isto se torna essencial para sua sobrevivência. Cria-se assim a propriedade capitalista e o trabalho assalariado. Contudo, a reprodução ampliada do capital não acontece somente desta forma, ou seja, por ser desigual e contraditório o capitalismo, não

domina somente de modo real as relações de trabalho e produção. Isto significa que o capitalismo não se desenvolve e se expande de forma linear.

Dentre estas realidades conflitantes que assolam os diversos segmentos camponeses, o golpe de estado que ocorre no Brasil traz prejuízos a classe trabalhadora, como nos mostra o relatório do DATALUTA 2018, quando referência os diversos efeitos do golpe político-jurídico-midiático-ruralista que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016.

[...] O golpe político atingiu o campesinato, os povos indígenas e outros povos tradicionais que foram excluídos de políticas públicas e constam como estorvos na agenda política do governo golpista. A exclusão das classes populares do campo faz parte da razão neoliberal que defende privilégios econômicos para os ruralistas, drenando, cada vez mais, recursos estatais para o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, financiando as corporações do agronegócio. [...] sobretudo, pela desigualdade na correlação de forças, sendo que o Estado passou não somente a coadunar e ser financiador da agenda neoliberal, mas também organizador do processo repressivo sobre as organizações contra hegemônicas (NERA, 2018).

No seu desenvolvimento e expansão, o capitalismo implanta relações de trabalho assalariado e/ou condiciona e subordina de modo formal outras relações como, por exemplo, as relações de trabalho e de produção, regulando também o trabalho familiar, a parceria, entre outras formas.

Aqui nós só temos os braços né, para trabalhar, porque a terra é deles, o trator é deles, até as fardas e botas que eles dão, se nós sair, é deles, pois nós tem que devolver para eles, né [...] nós pequenos que tinha as terras e vendeu, pressionado [...], porque num tinha como investir né? Então, ou vendia, ou arrendava, ou ia trabalhar para eles, ou ficava amarrado [...] (Informação verbal⁵).

É fato que essas realidades de exploração e dominação foram sempre se ampliando e materializando as diversas injustiças contra os trabalhadores, e esses não possuindo a terra vão sendo inseridos nestas situações de subordinação perante as condições de trabalho e vida no campo. Por sua vez, essas iniquidades para com os camponeses foram se transformando numa realidade não aceita em algumas propriedades onde começavam a ocorrer algumas insurreições de camponeses quanto às formas de exploração, de renda e condições de trabalho junto às fazendas em especial nos sertões cearenses, onde se inicia mesmo que ainda timidamente organizada as primeiras ações em defesa da reforma agrária. Vale ressaltar que nesse período com diversos medos e clandestinidades por parte das questões da ditadura militar, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) que

⁵ Depoimento de um funcionário de empresas da Chapada do Apodi realizado em outubro de 2019.

apoiavam os camponeses na luta pelo pagamento da renda da terra, conforme previa o Estatuto, dos direitos adquiridos e negados pelos patrões (ALENCAR *et al*, 2013).

No cenário cearense a luta pela reforma agrária teve seus marcos históricos na conquista de territórios camponeses que denotam a união dos trabalhadores rurais em momentos importantes de coragens e bravuras. Trazemos presente a realização de ações encabeçadas pelas ideias da teologia da libertação, vinculados a Comissão Pastoral da Terra. Essas práticas vivenciadas por padres comprometidos com as questões fundiárias e em defesa da reforma agrária.

Por sua vez destacamos as iniciativas de Dom Aloisio Lorscheider, Dom Frágoso entre outros, que com o propósito de “comemorar” o aniversário de 15 anos do estatuto da terra reúne em Quixadá no ano de 1979, após articulação anunciado nas rádios junto às comunidades, paróquias e sindicatos acompanhados conseguem reunir naquela época 12 mil pessoas. Com essa multidão na rua tornou-se possível estabelecer para as autoridades e sociedade que não se tem o que comemorar e sim criticar e exigir o cumprimento do estatuto que em seus quinze anos de criação não realizaram a reforma agrária no Ceará prevista no estatuto da terra, construindo fortes tensões nos municípios de Quixadá e Quixeramobim. Essa multidão de trabalhadores advindos dos diversos segmentos de camponeses articulados junto aos sindicatos, associações de agricultores entre outros foram esclarecidos sobre a real situação fundiária de nosso estado e como se comportavam os governantes e fazendeiros com relação à propriedade da terra. Ainda assim o ato de configurou como uma denúncia a contrarreforma agrária e que vinha prejudicando diversos trabalhadores que vivem das rendas nas fazendas.

Com o advento das reflexões e encaminhamentos do ato em Quixadá, presidentes dos sindicatos e os demais espaços sempre questionavam que a situação deveria ser mudada, como nos mostra uma sindicalista e filha de moradora de fazenda no município de Quixeramobim.

Depois daquele período nas nossas reuniões do sindicato sempre eles puxavam sobre a reforma agrária e quando que o INCRA vinha, além disso, os trabalhadores e moradores de fazendas nas reuniões começaram a se questionar sobre as rendas que eram altas e ameaçavam não pagar mais, só que naquela época nós ainda não tinha o MST viu, era o pessoal da CPT que ajudava muito nessas coisas da reforma agrária. (Informação verbal⁶).

⁶ Entrevista com M. M, assentada, 51 anos, realizada em setembro de 2017.

Ainda embalados por essas ideias, disseminadas pela CPT e por seus padres nas diversas paróquias na região iniciam-se em 1984 as romarias da terra, pois elas são consideradas como espaços de reivindicação, denúncia e mobilização de trabalhadores.

Vale ressaltar que as romarias já existiam e que possuem suas origens a partir das fortes crenças ao Padre Cícero em Juazeiro do Norte-CE, em que os fiéis realizavam peregrinações em agradecimentos pelas graças alcançadas ou pedidos feitos segundo suas formas de cultuarem a fé, conforme Ramos (2015), quando trata da origem das romarias no Ceará

[...] está relacionado ao conhecido milagre de Juazeiro. Padre Cícero ganhou fama após a hóstia ser transformada em sangue quando a Beata Maria Madalena do Espírito Santo de Araújo recebe a comunhão de uma missa celebrada por ele. Os sertanejos passaram a alimentar crianças sobre o poder do Padre Cícero criando rituais e narrativas em torno das forças dos sagrados que aliviam os Sofrimentos do viver (RAMOS, 2015, p. 345).

No caso das romarias da terra, traz presente a questão agrária em foco, ressignificando sua intenção, segundo Silva (2003), no Ceará, o movimento das Romarias da Terra surgiu em 1984, quando ocorreu, pela primeira vez, no município de Canindé, considerado um reduto de romarias religiosas tradicionais ao santuário de São Francisco das Chagas. No percurso das romarias vão se afirmando os lugares de onde falam os camponeses e em que condições vivem aqueles trabalhadores que produzem comida e criam animais que movimentam as feiras e mercados da região, na ocasião destacamos a romaria da terra em Canindé que demarca mais um fato de luta pela reforma agrária, pois ela começa a despertar sobre a necessidade de organizar os camponeses para discutir a situação das rendas e do uso da terra. No ano seguinte dando continuidade aos gritos que ecoaram da romaria da terra, realiza-se uma marcha em defesa da reforma agrária que amplia debate nas bases sindicais e demais entidades que defendiam a luta pela terra, como nos mostra ALENCAR, et al., 2013:

[...] a “Campanha Nacional pela Reforma Agrária Já”, em 1985. Essa campanha resultou em uma das maiores passeatas realizadas em Fortaleza e uniu diversas entidades: FETRAECE, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Estudo do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria - Esplar, Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra-CE), Fase, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – Regional Nordeste I, Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais, entre outros. (ALENCAR, et al., 2013, p. 47)

É ainda na década de 1980, que nesse período acontece as diversas lutas e conflitos entre camponeses e latifundiários no Ceará, como as disputas pelo pagamento da renda da terra, que para além dos conflitos, segundo (Alencar, et al, 2013) foram muitas ações

judiciais, despejos onde alguns chegaram à desapropriação por interesse social, a exemplo das fazendas: Jardim, município de Aratuba (1979 a 1981); Monte Castelo, município de Choró Limão (1978 a 1983); Santo Antônio, município de Caridade (1980 a 1984); Mato Grosso, Bandeira Velha e Cachoeira Cercada, município de Itatira e Canindé (1978 a 1987).

Em virtude de um conjunto de fatores como as transformações do campo, uma forte revigoração dos movimentos sociais, casada com um levante pela redemocratização do país, trazemos a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985-1989, I Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará – I PRRA-CE, o qual consegue naquele período na desapropriação por interesse social de 132.771 ha, atendendo a 3.168 famílias, distribuídas em 33 assentamentos rurais (ALENCAR, 2005).

Nesse contexto de diversos conflitos na luta pela terra, surge atuação do MST no estado do Ceará, onde são enviados os (as) militantes Fátima Bezerra e José Rainha que se somam as incansáveis companheiras Maria Lima e Irmã Tereza que eram coordenador das CEB's na região do Sertão Central e a Irmã Cleide que coordenava a CPT do Sertão Central naquele período e que numa região semiárida de várias submissões de trabalhadores aos fazendeiros. Esses militantes constroem com base no catolicismo que bebia fortemente na teologia da libertação, a organização da revolta e conscientização dos diversos camponeses (as) que não suportavam mais as explorações nas fazendas e muitos deles desocupados devido aos problemas no cultivo do algodão que desempregava muito trabalhadores.

Na ocasião, o MST organiza a partir da sua estratégia de ocupação das terras improdutivas as diversas famílias que viviam sobre o julgo dos patrões e na madrugada de 25 de Maio de 1989 enfim corajosamente a primeira bandeira do MST no Ceará anunciando a defesa da reforma agrária na “lei ou na marra”, por sua vez, na antiga Fazenda São Joaquim nos municípios de Madalena e Quixeramobim, onde hoje é um território de camponeses batizado de Assentamento 25 de Maio com mais de 250 famílias e seus agregados (FERNANDES, 2000, p.116).

A partir desse evento eclodiram diversas ocupações de terra nos sertões e no litoral, e mais timidamente nas regiões do Baixo e médio Jaguaribe, devido a existência grandes e extensas das áreas de várzea (permanência histórica dos pequenos sitiantes), grandes extensões de tabuleiros e chapadas (áreas de cultivos em sequeiros), todas elas ainda sem o advento das modernas tecnologias de irrigação como perímetros públicos, barragens, grandes açudes, poços profundos entre outros.

Mesmo assim as realidades agrárias ainda permanecem precarizadas, pois ainda há um cenário inegável, quanto as políticas públicas mais aprofundadas, o que não se apresenta

diferente quando observamos diversas realidades no meio rural brasileiro. Pois as políticas de compensação social enveredaram pelas instituições rurais e atenuam conflitos para assegurar no “tempo do estado” e nas suas prerrogativas os interesses latifundiários.

Uma das estratégias das classes dominantes para garantir que a Reforma Agrária não se realizasse, consistiu na conjugação das iniciativas de pressão política sobre o Congresso Nacional para que se mantivessem as leis que limitam o processo desapropriatório de latifúndios que não cumprem com a função social da terra; sobre o Poder Judiciário para que interpretassem as leis que favoreciam a Reforma Agrária segundo os princípios péticos de defesa da propriedade privada, constantes do Código Civil; sobre o Poder Executivo para que limitassem os recursos financeiros para as desapropriações de terras. Ademais, através de programas governamentais que configuram o amplo espectro de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento rural, realizam parcerias com movimentos e organizações sociais e sindicais de trabalhadores rurais para que se tornassem executores de políticas públicas compensatórias, e, portanto, dependentes de verbas públicas para garantirem a sua reprodução como organizações supostamente autônomas da sociedade civil (CARVALHO, 2006. p.02).

Ressalta-se ainda o poder e forte conservadorismo das elites cearenses que possuem fortes influências nas regiões estratégicas do Estado. Consistindo em manter uma questão agrária cearense como mais uma dívida social aos camponeses (as), como ampliação da negação de direitos por parte dos vários governantes que o assumem suas direções nos diversos períodos da história, são sempre alheios as pautas da reforma agrária, acarretando diversos conflitos e garantido o fortalecimento dos no setor pecuário e da fruticultura irrigada.

1.1 Breve Histórico das Políticas de Irrigação no Ceará e no Baixo Jaguaribe

Para introduzir o debate da irrigação no Estado do Ceará e na referida região, traz-se presente os conflitos por água, pois se tratou de expulsar os ribeirinhos que tiravam sua sobrevivência ao longo dos rios, que seriam os povos indígenas que utilizavam as águas sem se preocupar com a irrigação moderna propriamente dita. Pois o Vale do Jaguaribe fora o primeiro a ser, efetivamente, colonizado. Iniciou com a sesmaria doada em 1681 a Manoel de Abreu Soares e seus 14 companheiros, fato este que constituiu o marco da ocupação da região do Baixo Jaguaribe.

Os denominados “homens do Rio Grande do Norte” receberam as sesmarias por terem combatido os índios na chamada “Guerra dos Bárbaros” (LIMA,1997). Por terem forte identidade com seus territórios, os índios lutaram bravamente em sua defesa. A exemplo,

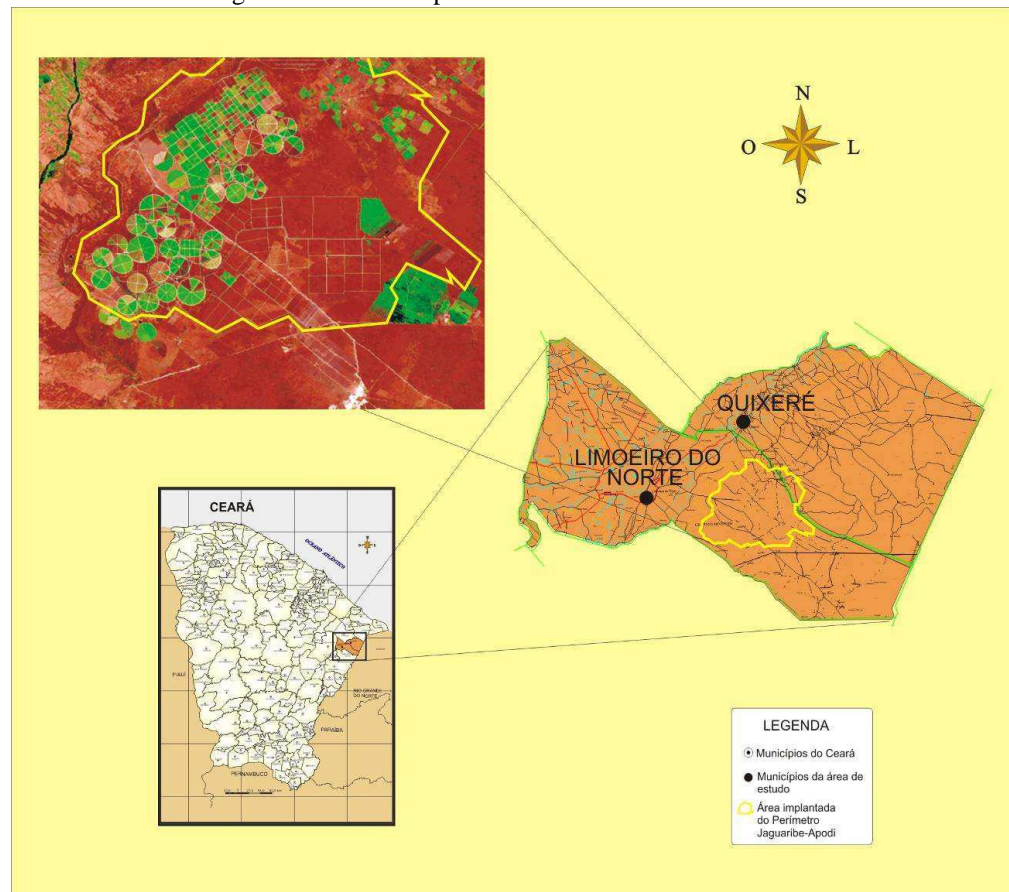
pode-se mencionar os índios Paiacus, da aldeia Genipapoassu, localizados na ribeira do Jaguaribe.

Buscando adentrar-se o território da Chapada do Apodi, parafraseando com Freitas (2010), era denominada por uma região em que pouco se habitava e produzia, era uma área de caça, extração de mel (devido à rica flora apícola que se mantinha em grande parte conservada) e em alguns períodos a região servia de retirada de madeira de forma esporádica para auxiliar no madeiramento das moradias rústicas construídas abaixo da Chapada com base na retirada de forquilhas e carnaúbas para sustentação de casas.

Até 1930, a Chapada era dominada por uma “mata fechada”, com poucos habitantes dispersos na longa planura, com limitadas atividades produtivas. Ao ocorrer intensos períodos de inverno entre as décadas de 1930 e 1940, em Quixeré, parte de seus moradores (da Várzea) subiu à Chapada para fazer queimadas e lá plantar algodão, milho e feijão, além de desenvolver outras atividades, como a criação e extração de madeira. (FREITAS, 2010, p. 75)

Com vistas na figura 03 (esboçada abaixo) que mostra onde se localiza a área em estudo, o qual se configura como um território em disputas pelas corporações do agronegócio.

Figura 3 - Recorte espacial e territorial do estudo.



Fonte: IPECE (1988); INPE (2005); organizado por Freitas (2010)

Nesse cenário em que se aborda a conjuntura de um Estado que vem aportando às diversas políticas gerenciadas pelo agronegócio brasileiro, no qual destacamos o Vale do Jaguaribe pela forte expansão da fruticultura irrigada. Porém com a implantação das estratégias políticas de irrigação desde o Nordeste, sendo mapeada também a referida região como espaço seletivo dos recursos hídricos do Estado do Ceará.

No âmbito das políticas de irrigação na qual o Estado brasileiro realizou as devidas concessões com SUDENE, DNOCS, ministérios dos recursos hídricos e da integração nacional e demais instâncias, fomentando os possíveis direcionamentos políticos e governamentais a serviço dessa política como pilares de desenvolvimento regional corroborase com (NETO, 2013), quando analisa que o Estado discorre sobre a justificativa da implantação dos Perímetros Públicos de Irrigação no qual concebe esta modalidade agrícola como alternativa para romper com o atraso e promover o desenvolvimento regional, considerando inclusive, como principal alternativa de combate ao fenômeno das secas.

No período sobre o domínio dos governos militar, quando ocorre o chamado “milagre brasileiro”, o planejamento assume força no âmbito do Estado com a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I, II e III PND's). A agricultura irrigada adquire impulso e maior efetividade com a criação do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) em 1968, cujos estudos permitiram uma atuação mais sistemática, a partir de 1971, com a divulgação do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), documento que estabelece as diretrizes nacionais para a política de irrigação no país. Este programa representou um marco na mudança de orientação do Estado brasileiro em relação à agricultura irrigada, pois, estabelece metas a serem perseguidas pelo Estado e busca a ampliação do conhecimento sobre os recursos disponíveis, resultando na elaboração de diversos estudos de viabilidade técnica e econômica.

O documento considerou a necessidade de investimentos estruturais, a organização do processo de comercialização e os aspectos políticos, institucionais e legais, estabelecendo também, parâmetros para gestão dos recursos humanos. O PPI define uma geografia para a política nacional de irrigação, circunscrevendo suas ações prioritariamente pela região Nordeste, envolvendo todas as bacias hidrográficas, e pelas regiões Sudeste e Sul, na bacia do rio Paraná.

Baseando-se nas estratégias de direcionamentos que ocorrem na Política Nacional de Irrigação, valem ressaltar que essa política adotou alguns contornos específicos na região do

Nordeste brasileiro, como é caso das experiências no Vale do São Francisco, onde foram repicadas com seus detalhamentos e intencionalidades na região em estudo.

Vale ressaltar que se observarmos como se estabeleciam as relações de poder junto as classes dominantes e ainda reforçados com o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento estabelecido pelo padrão vertiginoso da sina da “revolução verde”, que permitiu sob os auspícios de uma ditadura civil e militar de forma contínua foram gerenciando todos os empreendimentos agroindustriais na agricultura brasileira.

Nesse caso, no Vale do São Francisco, no Vale do Jaguaribe e demais regiões com rios perenes e longos corpos hídricos, a instalação dos perímetros públicos de irrigação veio a calhar com as diversas investidas do grande capital financeiro e especulativo internacional, ou seja, essa “revolução” abre portas para esses investimentos em nossa região, amparado pelo Estado e oligarcas locais e regionais que acordavam seus interesses. É fato que estas relações eram construídas com as permissões estatais:

O Estado agenciou e gerenciou os destinos desses capitais, utilizando de seu poder de intermediador para inserir os mecanismos de desapropriação e desalojamento de muitos camponeses de suas terras já a partir dos finais de 1960 e daí em diante fixando os grandes projetos de irrigação (AMORIM, 2015, p.94).

É sabido que os princípios e a lógica que orientam as políticas e ações objetivam em nível maior a inserção regional nos moldes de acumulação ampliada de capital, promovendo transformações espaciais e reproduzindo relações capitalistas de produção, conforme concebe Bursztyn.

[...] O Estado tem um papel decisivo na expansão capitalista, através da criação de enclaves no Nordeste. Nestes ‘lôcus’ privilegiados pela ação planejada, novos grupos sociais aparecem, enquanto outros se reduzem. E essa mudança não se limita à esfera dos trabalhadores, onde os assalariados são cada vez mais importantes em relação aos parceiros, moradores e arrendatários. Também no topo da hierarquia social o Estado cria novos grupos: uma parcela dos velhos latifundiários tornam-se capitalistas modernos e uma ‘pequena burguesia’ rural outrora inexistente, começa a aparecer como produto direto dos programas de desenvolvimento regional. Tal é o caso tanto dos colonos dos ‘Perímetros Irrigados’ como dos ‘Pequenos Negócios’ das aglomerações humanas do interior, que são o alvo da ação do Estado em busca de satisfazer a necessidade do capital de contar, a nível local, com uma classe capaz de fazer a mediação entre o trabalho e o próprio capital (BURZTYN, 1987: 165-166).

Esses pressupostos demonstram o grau de dirigismo exercido pelo Estado e indicam a representatividade de suas ações na conformação do espaço regional, e no alcance dos

propósitos institucionais que se confundem com os interesses das frações de classes que detêm o poder político, pois, segundo Carvalho,

[...] os investimentos e as ações dos Estados abrangidos pelo planejamento regional terminaram orientando-se para viabilizar a expansão capitalista, a modernização e a interação monopolista da economia nordestina. Principalmente pela criação das condições de infraestrutura necessárias, pelo levantamento dos recursos naturais existentes, pela reestruturação e modernização do aparato estatal na região e pelos subsídios mais diretos ao capital, que se tornaram especialmente mais importantes no pós-64 [...] (CARVALHO, 1987: 81- 82).

Na perspectiva da modernização tecnológica e de materialização de uma plataforma obrigatória para adentrar o mundo do agronegócio, a irrigação se projeta como ferramenta indispensável à agricultura de países em desenvolvimento, com vistas na minimização de custos e com grandes potenciais de exportação, gerando divisas para os empresários investidores. Acrescentando-se que nesse caso a irrigação mais moderna do momento é a que se configura a partir dos gigantes pivôs centrais:

No caso das culturas irrigadas de soja, milho, café, feijão e outras, o sistema de irrigação mais utilizado é o pivô central, em que a área é irrigada por um sistema móvel, constituído por uma barra com aspersores que se movimenta em torno de um ponto central fixo. A barra pode movimentar-se em torno do eixo, tanto no sentido horário quanto no anti-horário, formando uma área irrigada com formato circular. Além de água, a estrutura também é usada para a aplicação de fertilizantes, inseticidas e fungicidas (BRAGA; OLIVEIRA, 2005).

No caso desse sistema de irrigação por meio de pivôs, que vêm desde o pacote da modernização do campo nos 1970, e que é defendido dentro dos diversos programas de governo nesse período. Na ocasião ver-se que o mesmo tem sido vinculado como o impulsionador das grandes produções de commodities agrícolas em nossas regiões até os dias atuais mesmo sendo considerado um sistema que consome muita água para garantir o seu funcionamento.

O sistema chegou ao Brasil na década de 1970, tendo se consagrado como sistema de irrigação nas décadas seguintes, impulsionado, principalmente, por programas governamentais como o PROINE (Programa de Irrigação do Nordeste), PROFIR (Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação) e o PRONI (Programa Nacional de Irrigação), dado o custo relativamente baixo, a facilidade de operação e a eficiência entre 70 e 90% no uso da água (CHRISTOFIDIS, 2002; SCHMIDT *et al.*, 2004).

Na realidade as instalações dos perímetros de irrigação e demais infraestruturas vêm mostrando tamanha barganha de terras, águas e riquezas brasileiras, conforme a pesquisadora Elena Landau da Embrapa milho e sorgo do Estado de Minas Gerais que em maio de 2016:

Com cerca de 20 mil pivôs centrais irrigando uma área de 1,275 milhão de hectares, o Brasil está entre os dez países com maior área irrigada no planeta. Mesmo assim, o País tem potencial para aumentar em cinco vezes as lavouras com essa tecnologia de irrigação. Foi o que mostrou estudo feito pela Embrapa e pela Agência Nacional de Águas (ANA). O relatório publicado nesta semana revela um aumento de 43% no uso de pivôs entre 2006 e 2014 (EMBRAPA, 2016).

É pertinente evidenciar que as regiões que têm concentrado os diversos projetos de irrigação, abrangem aquelas que possuem densidades populacionais consideráveis e com um teor de industrialização bem avançado, fatores esses que são bem explicativos quanto ao volume de água requerido para esses fins, corroborando-se com Landau *et al* (2015) que afirma que nessas áreas é alta a demanda pelo consumo de água para irrigação bem como para a geração de energia e abastecimento para o consumo humano entre outras atividades.

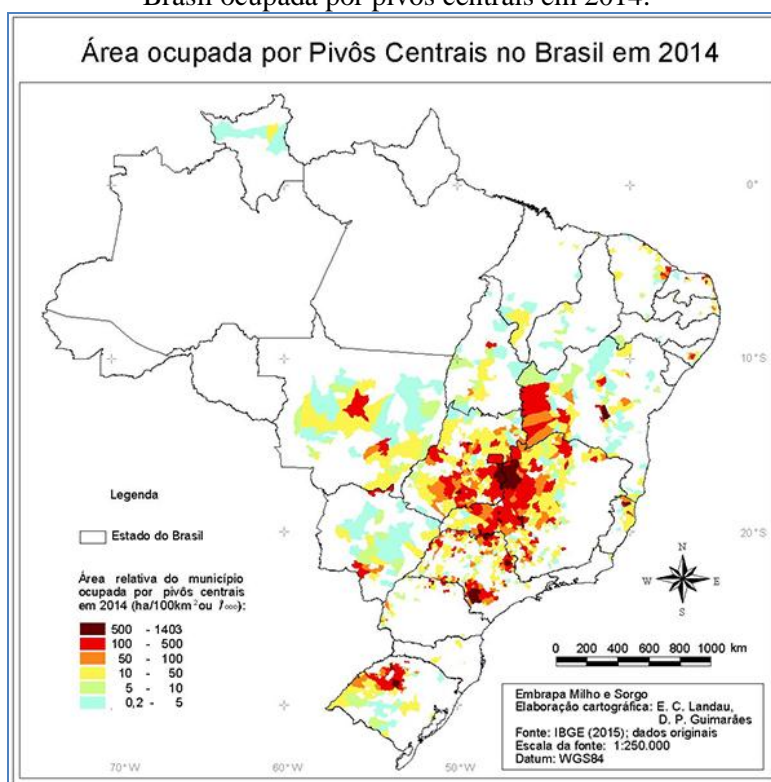
Salienta-se que junto a esse sistema que é só um composto da política de irrigação brasileira, se analisa a crescente utilização (concentração sob domínios empresariais) das terras para a instalação de pivôs, e observa-se que em todos esses estados o número de pivôs aumenta e conseqüentemente suas áreas de plantio. Como nos mostra a figura 04, sobre a área ocupada por essas estruturas no ano de 2014, tendo vista que o Ceará não entra nos destaques dos grandes números de pivôs centrais mais que se soma consideravelmente no contingente de áreas ocupadas e consumo de água pelo referido sistema de irrigação utilizado nos plantios da fruticultura cearense.

No âmbito das variações quanto às áreas, quantidades e tamanhos dos pivôs observa-se o quanto o Brasil tem investido na expansão desses sistemas e áreas, ao passo que suas ramificações vão dando conta de uma parcela significativa de solos férteis e águas subterrâneas, pluviais entre outras em que sua dinamização espacial desses territórios de produção vai expulsando camponeses, destruindo comunidades tradicionais para dar lugar aos grandes projetos do capital no campo brasileiro.

É fato que a região em questão já tem si tornado berço de pesquisas diante das disputas territoriais e os diversos e fenômenos emblemáticos que têm sido noticiados com vistas nas investidas do capital na região. Significativos estudos foram e estão sendo realizados sobre a região. Enfatizam-se as contribuições de Soares (1999) que retratam fatos relevantes e de uma memória necessária com base na história da ocupação na região compreendida entre

os séculos XVI e XVIII, onde apresentava a pecuária (extensiva para corte) como uma das atividades econômica principais naquele período. Somada a estas se acrescentam em períodos de chuvas ou de invernos mais regulares os cultivos de algodão, forte plantio da carnaúba para extração da cera (formando grandes extensões para o cultivo da referida palmeira, originando os senhores dos carnaubais na região), e comumente os plantios de milho, feijão e mandioca que vão sendo agregados à produção camponesa e familiar, como fonte daquelas famílias que trabalhavam em sistemas de arrendamento das terras em condições distintas entre proprietários e arrendatários.

Figura 4 - Representação cartográfica da área relativa de cada município do Brasil ocupada por pivôs centrais em 2014.



Fonte: IBGE, 2015.

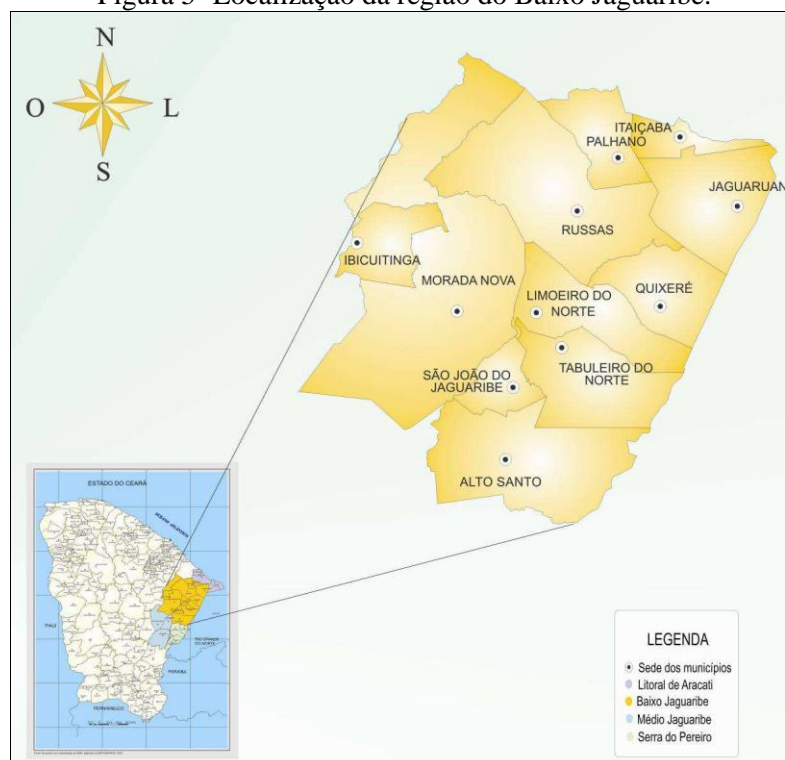
Também segundo Soares (1999), o processo de modernização da região só iniciou em 1920, com a criação do primeiro projeto de irrigação – idealizado a partir da fabricação e implantação do sistema de cata-vento – favorecendo a produção de frutas para consumo no mercado local. Vale lembrar que foram obras construídas com muita penosidade. Como nos conta Seu Nonato Costa agricultor e construtor e instalador de cata-ventos na região:

Olha na época que nós só tinha os cata-ventos era muito difícil, tudo era feito com carnaúbas, o poço era feito com um trado que só tinha seu Zé Jerônimo lá da Várzea da Cobra, aí ele vinha e nós ia cavar todo o barro e enfiar o trado até chegar a areia aí nós se juntava e colocava um diamante

(estrutura de ferro perfurada enxada com sebo de gado e realizava a perfuração). Nessa época não tínhamos canos, eram tubos de madeira com espessura de três polegadas que hoje é esse cano de 75 mm, tinha que saber selecionar a carnaubeira, nós tirava o miolo da madeira com muita precisão, perfurava a parte mais profunda para entrada de água, a estrutura do cata-vento era toda em carnaúba e os canais de distribuição eram todas de toras de carnaúbas perfuradas com escopo ou formão dando o formato de uma bica que carregava as águas até o começo das “levadas” (sulcos de irrigação). Era tudo feito por nós, depois foi que vieram os anéis de cimento e agora é tudo de cano, tudo mais fácil. Mais no nosso tempo era sofrido, mais nós produzíamos tudo porque esses cata-ventos tiravam muita água (Informação Verbal⁷).

Tempos depois, esse sistema é substituído por motores a gás e diesel. Vale ressaltar que essa iniciativa de projeção de uma irrigação como forma de melhor aproveitamento da energia eólica para canalização de maiores volumes de água para a produção de frutas permanece por bastante tempo materializado na formação de sítios produtivos as margens do Rio Jaguaribe e seus braços, ou seja, práticas resistentes que permeiam até nossos dias em vários pontos e comunidades sediadas a montante desses corpos hídricos, sendo um forte destaque para os “sítios de limões”. Os quais foram fortes geradores de rendas sazonais para parte dos filhos e mulheres agricultoras da região, que trabalharam nas referidas colheitas.

Figura 5 -Localização da região do Baixo Jaguaribe.



Fonte: Classificação do IBGE (1998); IPLANCE (1998); IPECE (2000); organizado por Freitas (2010).

⁷ Sr. Nonato, 63 anos, entrevista concedida em sua residência em 04 de Fevereiro de 2017.

Neste caso a microrregião do Baixo Jaguaribe (ver Figura 05), onde vemos a definição dos vários municípios suas ramificações e localizações estratégicas, onde se configura a primeira experiência de implantação de Perímetros Públicos de Irrigação no estado do Ceará, atraídas pela perenização do Rio Jaguaribe que corta a referida região, ainda galgada nas observações a partir dos grandes sítios agrícolas localizados na região puxados por motores a diesel e suas formas diversas de irrigação e o forte empurrão das oligarquias regionais que exerciam poder político e que foram definidores na sua efetivação.

Ressalta-se ainda que essa região se destacou fortemente no cenário estadual, com base no processo de reocupação do Ceará, no século XVII, quando se relaciona a ribeira do Jaguaribe á uma das principais vias de penetração dos colonizadores e invasores europeus. Segundo Freitas (2010), com a reocupação, foi sendo redefinida a arquitetura socioespacial da região. Marcada, a princípio, por conflitos entre os colonizadores e os indígenas e, em fases seguintes, pelos latifundiários e pequenos proprietários de terras, parceiros e meeiros.

Considerando as referidas transformações a partir da chegada desses empreendimentos agrícolas advindos das investidas do capital no campo que vão moldando as suas conformações regionais e denominando a partir de seus potenciais e infraestrutura de regiões polos. Nesse sentido, o polo do Baixo Jaguaribe, primeiro a política de irrigação se instalou na área de planície (1970), como acompanhamento do processo de modernização do Nordeste, sob o comando da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), expandindo-se, após duas décadas, à Chapada do Apodi, baseada no novo modelo neoliberal, alterando completamente a organização socioespacial daquele território. No auge das transformações, as políticas de irrigação na referida região se despertam como desafios históricos em que ver-se o estado como mediador dessas nuances de um cenário questionável por parte dos direcionamentos das tecnologias advindas com a grande produção.

Ao observar as paisagens das regiões semiáridas nos sertões de “sequidão sem fim”, que é uma expressão costumeira usada por camponeses, ao se depararem com lagoas, barreiros, baixios, açudecos e demais estruturas naturais de armazenamento de água, sem o referido recurso e veem aquela imagem de solo trincado, numa dimensão muito extensa, ao qual associava “sem fim” nessa relação pronunciava uma sequidão sem fim, afloram-se as visões que só o sertanejo entende quando se fala de esperança de bons tempos, ou “períodos de chuvas”, e como contemplação ver-se resistir uma caatinga que se mantém em reservar parte da sua beleza para a preservação de espécies e abrigo de tantas vidas.

Associados, nos últimos anos, estão os diversos camponeses em convivência com uma semiaridez contradizendo os dados de estatísticas. Resta aos chefes de estado recorrer às políticas alternativas para manutenção desses grupos humanos em seu bioma, como é o caso da construção de inúmeras cisternas de placas próximos as suas moradias, ações estas que não reverterem a dependência mais vão amenizando e conscientizando sobre a importância da captação e armazenamento da água.

Analisar as políticas de irrigação que permearam a história da região, que vem de uma ribeira a partir do Rio Jaguaribe, ver-se que a irrigação sempre teve seu mote nas experiências remotas e criativas deste século. Sendo que não se pode desmerecer a evolução das técnicas de uso da água em uma região semiárida, como é o caso da área em estudo.

A irrigação é uma técnica praticada desde a antiguidade, cujo aperfeiçoamento acompanhou o desenvolvimento do progresso técnico-científico. Sua utilização na agricultura consiste numa forma particular de uso da técnica no processo produtivo viabilizando a própria reprodução da sobrevivência do homem. O esforço humano para o desenvolvimento da técnica e a sua efetiva utilização, realiza-se por meio do trabalho humano, componente essencial na mediação das relações da sociedade com a natureza. (NETO, 2005. p. 3506)

Nesse cenário, como estratégia para justificar a vinda de água para a região é que nos deparamos com diversas famílias sem o acesso a água para suas necessidades básicas, e verem nascer amplos canais construídos em cimento e concreto, a margear ou dilacerar as estradas, transportando água, as quais são canalizadas desde os rios, açudes e barramentos públicos, que são armazenados em piscinas e destinados a lotes de terra já direcionados para a prática da irrigação. Essa é a geometria dos perímetros irrigados como reflete o Dossiê dos Perímetros Irrigados (2015):

[...] A geometria traçada pelos canais não delimita apenas as fronteiras dentro das quais opera o aparato técnico e institucional dos perímetros irrigados, mas orientam também profundas redefinições sobre o modelo de desenvolvimento planejado para a região, demandando uma análise que os situe enquanto estratégia geopolítica de expansão seletiva da fronteira agrícola no semiárido [...] os perímetros irrigados têm atuado como verdadeiros vetores de indução do processo de modernização agrícola na região.

Em uma relação de “troca de favores” o Estado dispõe de todos os atrativos fiscais (isenções), locacionais, disponibilidade de mão de obra de baixo custo, flexibilização ou ausências das legislações e/ou fiscalizações trabalhistas e ambientais. Além dessas

vantagens, somam-se aos benefícios naturais dos vales úmidos que são ofertados como fertilidade de solos, insolações prolongadas propícias ao cultivo das diversas frutas, e como vetor principal a disponibilidade de água nos corpos hídricos regionais.

O Baixo Jaguaribe é formado por vários municípios que são interceptados pelo Rio Jaguaribe como artéria hídrica vital das áreas irrigadas seja de sítios e pequenas propriedades e na atualidade dos perímetros irrigados. Nessa mesorregião que comporta o Vale do Jaguaribe é que destacamos o Baixo Jaguaribe como localização mais específica de instalação dos perímetros.

Nessas condições é que os perímetros irrigados são implantados em meio a essas estratégias nas quais as empresas âncoras são atraídas pelos incentivos a sua instalação, na ocasião o Estado se coloca como financiador dos responsáveis pela promoção do desenvolvimento regional, nessas condições resta ao campesinato que são a reserva de acumulação capitalista disponibilizar sua força de trabalho a serviço da racionalidade das multinacionais do agronegócio que sujeitam os mesmos a uma proletarização precária e condicionada.

No âmbito das prioridades governamentais, junto às políticas hidroagrícolas com ênfase no desenvolvimento de regiões semiáridas verem-se o avanço do agronegócio como expressão do modelo de desenvolvimento sendo implantado como “redenção local e regional” em detrimento de uma proposta sobre a gestão dos recursos hídricos, as condições de educação, saúde e saneamento da população local, e acima de tudo a negação da reforma agrária como estratégia da concentração fundiária e subordinação do campesinato.

Conforme Bursztyn (1985) e Diniz (2009), a irrigação pública implantada pelo Governo Federal no Nordeste tinha, principalmente, como objetivos: introduzir um novo modelo de produção agrícola nessa região, via modernização da agricultura e incentivo a culturas agrícolas de maior rentabilidade, com destaque para a fruticultura irrigada, e minimizar os conflitos fundiários, desviando o debate da reforma agrária para a proposta de colonização que se desenvolveria por meio da seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos.

Dentro desta proposta, inúmeros camponeses que visibilizaram os perímetros como a redenção para a sua lavoura, animaram-se em concorrerem em incongruentes licitações públicas que definiam critérios qualitativos e quantitativos, para quem deveriam ser destinados os lotes, desanimarem. Alguns deles até, foram sorteados, e destes poucos, alguns foram esmagados pela frágil e estratégica política pública para o desenvolvimento

dos pequenos, perdendo suas áreas ou comercializando-as a baixos preços. Ressaltam-se ainda aqueles que perderam suas terras para dar espaço aos perímetros na esperança de ter áreas irrigadas, e que mais tarde se tornam proletários rurais, trabalhadores do agronegócio, dentro dos perímetros.

Nesse sentido observamos o quanto se amplia essa territorialização do agronegócio, a partir da implantação dos perímetros irrigados, ao observarmos a tabela 1, ver-se que desde 1970 iniciam-se implantações de perímetros irrigados, ainda assim ver-se como a região em estudo é estratégica, pois possui as maiores áreas desapropriadas e o maior contingente de área irrigável do estado.

Ainda assim a região em que compreende os perímetros como maiores áreas irrigáveis, onde o principal monocultivo é a banana o qual se configura como uma das frutas que mais consome água hoje nos sistemas irrigados com altos índices de uso de agrotóxicos e com utilização de pulverização aérea que aflora ainda mais os conflitos com as famílias que moram a margem dos cultivos devido a sua exposição ao veneno.

Tabela 1 - Perímetros Públicos de Irrigação do Ceará.

Perímetros Irrigados	Municípios	Início (operação) ANO	Área desapropriada (ha)	Área sequeira (ha)	Área Irrigável (ha)
Araras Norte	Varjota e Reriutaba	1988	6.407,39	3.182,39	3.225,00
Ayres De Souza	Sobral	1977	8.942,80	7.784,80	1.158,00
Baixo – Acaraú	Acaraú, Bela Cruz, Marco	2001	9.612,72	-	8.335,00
Curu - Paraipaba	Paraipaba	1975	12.347,00	4.347,00	8.000,00
Curu - Pentecoste	Pentecoste e São Luiz do Curu	1975	5.016,00	3.836,00	1.180,00
Ema	Iracema	1973	352,03	310,03	42,00
Forquilha	Forquilha	1979	3.327,13	3.066,13	261,00
Icó - Lima Campos	Icó	1973	10.583,18	6.320,18	4.263,00
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro do Norte	1989	15.107,36	7.836,20	5.393,00
Jaguaruana	Jaguaruana	1977	343,08	141,08	202,00
Morada Nova	Morada Nova	1970	11.025,12	6.692,12	4.333,00
Quixabinha	Mauriti	1972	530,35	237,35	293,00
Tabuleiros de Russas	Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova	2003	18.915,00	3.148,7	14.508,00
Várzea do Boi	Tauá	1975	12.878,71	12.248,71	630,00

Fonte: DNOCS, adaptado por CASSUNDE, 2016.

Por esta e outras razões são as áreas de maiores conflitualidades com camponeses, amparadas pelos amplos barramentos como o que originou o Açude Castanhão que em nome da contenção de enchentes na região, configura-se como uma das maiores reservas de águas

pluviais do Ceará. Sendo responsável pelo abastecimento de perímetros públicos de irrigação, complexo siderúrgico do Pecém, abastecimento de Fortaleza e demais latifúndios e cervejarias que margeiam os canais da integração como logística estratégica do domínio das águas.

Nesse cenário de opção política em que o Estado focaliza suas obras a partir dos interesses de seus interlocutores, que adotaram um processo de subsidiarização estratégica para a irrigação brasileira que prioriza ações de caráter privado (empresas âncoras, por exemplo) que amenizam as intervenções estatais e vão construindo as parcerias entre público e privado em todas as dimensões de negociações do território e dos recursos naturais de nosso país.

Considerando estas questões estratégicas de governo com suas realocações de recursos para fortalecimento do agronegócio cearense, observamos que no estado Ceará essas ações possuem suportes orçamentários, jurídicos e locacionais com base nas definições realizadas pela a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE. Na ocasião a referida entidade é criada para executar o desenvolvimento econômico do Estado, com incentivos que atraiam novos negócios de investimentos de forma sustentável e equânime. (ADECE, 2014).

Nesse sentido, vemos que as políticas de irrigação no Ceará passam essencialmente pela seletividade do agronegócio, que agenciado pela ADECE criam uma diretoria do agronegócio e ainda criam as câmaras técnicas por áreas de desenvolvimento, cita-se que segundo a (ADECE, 2014) só a diretoria do agronegócio possui 10 câmaras técnicas, sendo: Carnaúba, Leite, Frutas, Flores, Mel, Caju, Camarão, Tilápia, Trigo e Ovinocaprina.

Nesse caso a região em estudo destaca-se por ser considerado polo de irrigação em potencial, compreendendo chapada e tabuleiro com suas características favoráveis como solos férteis, declividades amenas disponibilidade de água, vias de escoamento de fácil acesso entre outras questões que a tornam rotas de exportações do agronegócio cearense.

A região do Vale do Jaguaribe tem a maior importância da agricultura irrigada para o Ceará. Não só da tradição (está em Morada Nova o primeiro perímetro irrigado do Dnocs no Estado), mas principalmente do potencial e do crescimento registrado pelos perímetros-irrigados Jaguaribe Apodi (entre Limoeiro e Quixeré) e Tabuleiros de Russas (entre Limoeiro, Russas e Morada Nova). Eles respondem por mais da metade de todas as frutas frescas exportadas no Estado e, portanto, tem significativo peso no PIB cearense. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012).

Ainda nessa perspectiva de fortalecimento do agronegócio regional, reportagens mostram a importância destes perímetros para as exportações e seu crescimento, como nos mostra notícia do jornal Diário do Nordeste:

A pujança do agronegócio cearense está representada no perímetro novo e que mais cresce. De 2010 para 2011, o Valor Bruto da Produção do Perímetro Tabuleiros de Russas aumentou 59%, chegando a R\$ 53 milhões. Nesse período, a produção teve aumento de 40,9%, com 43,7 milhões de toneladas. O Distrito de Irrigação do Perímetro Tabuleiros de Russas (Distar) é, em miúdos, a "menina dos olhos" do agronegócio cearense. (DIÁRIO DO NORDESTE, 2012)

A figura 7 nos mostra especificamente o perímetro Jaguaribe-Apodi e suas comunidades envolvidas, e onde se localizam as empresas instaladas sobre o território da Chapada do Apodi.

Figura 6 - Localização do Perímetro, Empresas e Comunidades



Fonte: Freitas, 2010

Diante dos direcionamentos das políticas de desenvolvimento do Estado focamos no Estado do Ceará a questão da irrigação que para o agronegócio está focada na fruticultura, é fato que as referidas câmaras setoriais possuem tradição de diálogo direto com o governo, sendo esta a primeira câmara fundada dentro da estruturação do cenário de desenvolvimento e

alocação dos recursos hídricos, no entanto vemos que mesmo que cada estado possua sua jurisdição ela deve ser norteada pela Política de Irrigação Nacional.

Para tanto se traz presente alguns princípios da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013), em seus artigos 3º e 4º quando refletem sobre: O uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação; Incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis; Concorrer para o aumento da competitividade do agronegócio brasileiro e para a geração de emprego e renda; Incentivar projetos privados de irrigação, conforme definição em regulamento.

Ao reafirmar esses princípios, a referida lei, volta-se para os territórios em conflitos aos quais vivenciamos a negação profunda e escancarada dos descasos junto às implantações, pois são inúmeras as formas de concessão de uso comum deveria adequar-se a condição dos pequenos irrigantes, assim o que prevalece é a Parceria Pública Privada – PPP, que na verdade são braços estatais que adentram os territórios brasileiros com o discurso da geração de renda e da sustentabilidade e vão destruindo comunidades tradicionais e demais culturas para dar lugar às instalações das multinacionais do agronegócio.

Denota-se um cenário com uma ampla territorialização do agronegócio da fruticultura irrigada para a exportação na região das chapadas e tabuleiros, tornando-se cada vez mais explícito o aval do Estado, que legitima e promulgam processos e legislações para tal finalidade.

A agricultura de base camponesa/familiar vivencia um momento violento e tortuoso, no qual, os camponeses se encontram despossuídos, “homens livres” que não mais tem a terra, não tem o nome no lote, não tem a água. “Estão na condição de “reféns do agronegócio”, seja pela subordinação na relação de parceria com a empresa, seja no assalariamento precário ofertado pelas multinacionais”.

Mesmo vislumbrando tantas contradições e dominações, frações desse campesinato expulso e expropriado, vão constituindo, mesmo com fragilidades e enfrentamentos, o que consideramos à luz de Moreira (2007), “territórios de esperança”. Pois estamos nos referindo a camponeses (as) que por não se renderam a essas condições de exploração de sua força de trabalho e negação do acesso a terra para se reproduzir vão construindo junto aos movimentos sociais e demais organizações a esperança materializada na construção de espaços de direito à produção camponesa em perímetros públicos de irrigação com foco numa gestão e uso da água e da terra em que a razão final não seja apenas o lucro.

2 O AGRONEGÓCIO E A QUESTÃO AGRÁRIA ATUAL: AS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E NACIONAIS

2.1 Estrangeirização da Terra: Novo Elemento da Questão Agrária

A questão agrária tem como elemento estrutural a renda da terra que produz, entre outros efeitos, a desterritorialização do campesinato. Outros elementos têm relação direta com este elemento central como as políticas de desenvolvimento do campo que resultam em constantes conflitualidades entre o agronegócio e o campesinato. Por exemplo, a estrangeirização de terras, elemento recente da questão agrária, é um processo mundial de territorialização do agronegócio que promove a expropriação de camponeses e indígenas em que grandes extensões de terras são arrendadas e/ou comparadas por pessoas físicas e/ou jurídicas procedentes de países ricos e emergentes que investem grandes capitais em países pobres e emergentes (FERNANDES, 2011).

A chegada de uma empresa estrangeira muda rapidamente os espaços rurais na disputa territorial e de modelos de desenvolvimento (VINHA e PEREIRA, 2016). Ao tratarmos dessas mudanças e transformações das relações estabelecidas entre camponeses e a “chegada do estranho” (MARTINS, 1993) é possível entender estas relações de estranhezas quando uma empresa estrangeira chega e transfere para o cotidiano camponês a carga ideológica, cultural e patronal dominando territórios e mentes.

Ao nos referirmos a estrangeirização das terras sob o domínio das empresas transnacionais, discutimos as ações de territorialização da Del Monte Fresh, que possui diversos investimentos em regiões brasileiras. Suas estratégias causam fortes impactos ambientais e concentração de terras, expropriando camponeses que não conseguem gestar suas áreas por causa do endividamento como consequência da obrigatoriedade junto à adequação do modelo agronegócio, por suas ações em acordos com empresas nacionais e internacionais, procurando comprá-las ou arrendar como formas de dominação e controle do território.

Este processo é mais um elemento da questão agrária atual que prescinde de estudos, cuja dinâmica impõe um novo rearranjo espacial e reforça a territorialização do capital/agronegócio e a desterritorialização da agricultura camponesa. As políticas e modelos agrícolas passam a atender e favorecer o agronegócio, influenciando no tipo de desenvolvimento. (VINHA e PEREIRA, 2016. p. 267-268).

É fato que o processo de estrangeirização das terras se intensifica com as políticas neoliberais que também é uma das atualidades da questão agrária, pois se destinam diversas frações de território com cultivos de agricultura de base familiar e camponesa, amparados nos discursos da produção incipiente o que favorece as crises alimentares e ultimamente as crises agroenergéticas, que fomentam também os longos campos de oleaginosas como sustentáculo energético das economias centrais. Ainda assim vemos que a estrangeirização inicia um novo ciclo de expansão do capital, que tem como resultado o aumento dos números de conflitos territoriais e fundiários e a elevação dos preços das terras (SAUER, 2011).

Além dos altos preços, a estrangeirização também prioriza regiões com predominância de terras férteis e infraestrutura, tendo em vista que darão retorno aos seus investimentos. Segundo (VINHA e PEREIRA, 2016), aproximadamente 4,2 milhões de hectares de terras estão distribuídas em 3,6 mil municípios, considerando critérios de fertilidade grande parte delas encontra-se destinada á produção de grão. Na região em estudo, essas características também são consideradas como diferenciais na localização e compra mais por sua vez ao se apropriar das terras e por terem grandes extensões adotam técnicas de pousio e realizam recuperação dos solos, como exemplo a Del Monte Fresh domina os melhores solos para a fruticultura irrigada, fato relatado por agricultores corriqueiramente.

Ao analisar o processo de estrangeirização na região a Chapada do Apodi-CE, observamos as relações de subalternidades e condicionamentos que se estabelecem com a implantação da fruticultura irrigada que configura a disputa territorial entre camponeses e o agronegócio que por sua vez reconfiguram novas territorialidades e inserção de sujeitos distintos se deparando com novas lógicas e racionalidades rurais. No atual cenário de disputas territoriais e materialização de expropriação dos camponeses (as), vemos que mesmo com o desenfreado e subsidiado avanço do agronegócio no campo brasileiro e na América Latina, é de suma importância às articulações e resistências que garantem o crescimento da presença dos camponeses e agricultores familiares concretizada em escala internacional através da Via Campesina (2004). Refletimos sobre a atuação das empresas multinacionais como a Del Monte Fresh Produce Brasil, Meri Pobo, Syngenta Seeds e Amway Nutrilite do Brasil, com capitais internacionais essas empresas estrangeiras atuam no agronegócio cearense investindo em regiões seletivas no território cearense para aumentar seus dividendos a partir da implantação de grandes áreas destinadas ao cultivo de frutas irrigadas.

Com a estrangeirização, a produção para exportação, a concentração de terras e a monocultura mantém antigos elementos da questão agrária, como as velhas práticas coloniais, imperialistas e oligárquicas (OLIVEIRA, 2003) expandindo a produção de antigas

commodities, como a banana, e produzem novas commodities como as agroenergéticas (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2010). Este processo é parte de um movimento mundial que:

[...] “coloca o espaço geográfico diante do avanço e da magnitude da escala global. A estrangeirização de terras é uma das facetas do movimento de globalização que interage em cada lugar de modo peculiar. Entendida como uma nova fase do capitalismo mundial e como um processo de internacionalização do capital que visa a mercantilização e integração ao mercado mundial, [...] A estrangeirização de terras é expressão da globalização” (VINHA e PEREIRA, 2016, p. 260)

Os processos de estrangeirização da multinacional estadunidense Del Monte Fresh, não fogem aos princípios de acumulação, exploração e dominação dos territórios a partir da produção de commodities demandadas pelo mercado internacional.

2.1.1. O agroextrativismo: uma face do controle do agronegócio

A ideia de agroextrativismo neste trabalho tem como referência Petras e Veltmeyer, (2015) que analisa o extrativismo imperialista nas Américas como forma de exploração que propicia a apropriação dos recursos naturais de forma coordenada e ilimitada para garantir as condições da reprodução capitalista. Este cenário tem ameaçado e expropriado populações do campo, fortalecendo os processos de insustentabilidade e também de desigualdades sociais regionais no caso das estratégias agroextrativistas de algumas empresas do agronegócio.

Agroextrativismo como uma face do controle do agronegócio é um conceito que ajuda a compreender a estratégia do agronegócio em extrair, apropriar e transferir riquezas através de exportação de produtos in natura. Agroextrativismo, neoextrativismo ou, simplesmente, extrativismo significam a extração em grande escala de monocultivos para exportação na era neoliberal, como se pode observar nos diversos autores que trabalham com estes conceitos com quem dialogamos neste trabalho. Alertamos para não confundir o conceito agroextrativismo capitalista com o conceito de agroextrativismo das populações tradicionais, muito comum no Brasil.

Na tentativa de construir um olhar sobre o agroextrativismo capitalista hegemônico, que concentra terras e mantém controle territorial dos recursos naturais, Giraldo, (2015), sob o olhar da ecologia política nos alerta das estratégias de dominação da natureza que descaracteriza as origens da condição extrativa por meio de outras relações e modos de vida. Também nessa perspectiva voltamos para a ecologia política, que contribui na interpretação do agroextrativismo contemporâneo, que se reestrutura a partir das inovações

tecnológicas e de conhecimentos técnicos que se relacionam entre as re - significâncias do capitalismo moderno quanto as formas de reprodução e que vão de encontro ao modo de vida das pessoas. Temos como premissas para a referida análise, o entendimento do capitalismo como um modo singular de controle sociometabólico, incapaz de funcionar sem uma estrutura de comando adequada (MÉSZÁROS, 2002).

É fato que todas as facetas desse modelo de desenvolvimento encontram-se sujeitas a um conjunto de vulnerabilidades que atingem sempre a maioria dos trabalhadores, ameaçando a sustentabilidade e a soberania alimentar das populações do campo, da cidade, das florestas e mares. Essas iniciativas vão construindo as relações e acordos para explorarem com intencionalidades não reveladas, mas que ganham o ideário social, como é o caso das gerações de emprego temporário e precário e a garantia de uma exploração feita pelos nativos, ou seja, a mão de obra da classe trabalhadora regional, todos submetidos aos mandos da empresa agroextrativista exploradora e decisória.

Nesse cenário de disputas e apropriação desordenada dos recursos naturais, faz-se necessário enfatizar os desafios que se estabelecem quando nos referimos ao extrativismo. Na América Latina como nos mostra (SILVA, 2016) a ideia de desenvolvimento, está fortemente ligada á necessária e exacerbada exploração da natureza, e conseqüentemente, á apropriação privada da terra, da água e dos demais bens naturais de uso comum. Ainda, parafraseando (SILVA, 2016), a ideia hegemônica de desenvolvimento supõe um crescimento econômico, acompanhado de grandes obras, megaprojetos e toda uma infraestrutura para a reprodução do capital, que pouco ou nada tem relação com o desenvolvimento das condições materiais básicas e necessárias das populações e concretamente, se distanciam, sobretudo, da soberania alimentar.

Outra autora que também discute o conceito é Svampa, 2012, que define extrativismo como:

En el actual contexto, el extractivismo debe ser comprendido como aquel patrón de acumulación basado em la sobre-explotación de recursos naturales [natureza], em gran parte, no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como “improductivos”. Por ende, no contempla solamente actividades típicamente extractivas (minería y petróleo), sino también otras actividades (como los de agro-negocios o los biocombustibles), que abonan una lógica extractivista a través de la consolidación de un modelo-mono productor. Asimismo, comprende también aquellos proyectos de infraestructura previstos por el IIRSA (Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana), en materia de transporte (hidrovías, puertos, corredores biocénicos, entre otros), energia (grandes represas hidroeléctricas) y comunicaciones, programa consensuado por vários gobiernos latinoamericanos em el año

2000, cuyo objetivo central es el de facilitar la extracción y exportación de dichos productos hacia sus puertos de destino. (SVAMPA, 2012)

Também podemos chamar, considerando a modernização das formas de exploração como nos apresenta (SVAMPA, 2015) de neoextrativismo, trazendo presente as diversas formas de apropriação para fins de exportação onde tudo é visto como commodities. As corporações, no âmbito do neoextrativismo, tendem a concentrar as exportações dos diversos produtos primários, principalmente com investimentos de capital estrangeiro. Ainda, associado a uma perspectiva do agroextrativismo capitalista no campo brasileiro, voltamos para um olhar para o cenário latino americano quando nos deparamos com as análises contundentes da pesquisadora argentina, a socióloga Maristella Svampa (2015), quando reflete que a América Latina no ultimo decênio realizou uma passagem do Consenso de Washington que norteava seus propósitos no estabelecimento financeiro das economias dominantes, e passou a aderir o “Consenso de Commodities”, como foco na exportação dessas commodities em larga escala.

Pensar este consenso na América Latina, tendo clareza de que estas explorações de matéria prima não são processos novos na referida região, corrobora que o Brasil está na rota dos fornecedores em potencial, o que explica melhor o avanço do modelo do agronegócio nos últimos anos, o qual amplia consideravelmente as instalações dos grandes projetos agroextrativistas do capital financeiro em nossos territórios, permitindo o intenso extrativismo para exportação, em que não se permite a agregação de valor por meio de beneficiamento ou industrialização, por se tratar de uma dominação considerada nas estratégias do “Consenso de Commodities”. Pois o mesmo:

[...] sublinha a entrada em uma nova ordem, a virada econômica e político-ideológica apoiada pelo boom dos preços internacionais das matérias-primas e bens de consumo cada vez mais exigido pelos países centrais e potências emergentes, o que gera vantagens comparativas incontestáveis visíveis no crescimento econômico e o aumento das reservas de moeda, enquanto a produção de novas assimetrias e desigualdades profundas nas sociedades latino-americanas. (SVAMPA, 2013 p. 31)

Sob o prisma do extrativismo capitalista orquestrado pela dominação e demandas internacionais, é fato que o Consenso de Commodities traz consigo alguns desafios e várias ambivalências, que como afirma Maristella Svampa (2015), corroboram-se que são formas assumidas pelo estilo atual de desenvolvimento neoextrativista, e que passando pelas análises da ecologia política de Giraldo (2015) o mesmo nos traz muito desafios junto as organizações sociais em luta na América Latina. Pautar que o agroextrativismo - na atualidade - encontra

em nosso país um terreno fértil, quando analisado a partir das “vantagens comparativas” citadas por Svampa (2015), é conceber nossas terras de chapadas e tabuleiros, consideradas de espaços seletivos para essa produção de commodities, como no caso do Ceará, que estas se encontram a serviço capital para esse fim com infraestrutura financiadas pelo Estado, no caso mais específico da pesquisa os perímetros públicos de irrigação.

Mesmo considerando que as terras adquiridas na América Latina têm sido utilizadas para o plantio de culturas flexíveis, isto é, culturas multifuncionais que podem ser utilizados para alimentação humana ou animal, ou bioenergia materiais industriais, tais como de soja, óleo de palma, milho e cana-de-açúcar. E há outras culturas de interesse, tais como trigo, uva, arroz, banana, flores, café, cevada, abacaxi e cacau para construir lógicas econômicas exportação de matérias primas com baixo custo de produção e pouca industrialização o que agrega pouco valor a esses produtos.

[...] este processo reprimarização também é acompanhada por uma tendência para a perda da autonomia alimentar, um fator ligado à exportação de comida em grande escala que é destinado para o consumo animal ou, cada vez mais, a produção de biocombustíveis, que varia entre soja com palma plantações ou fertilizantes (SVAMPA, 2013 p.32).

Como parte das estratégias do agroextrativismo, baseado na lógica da acumulação, que usa da estrangeirização de terras e seus diversos mecanismos de dependência e dominação de todos os territórios, inclusive dos territórios camponeses.

Entre los elementos comunes de esta dinámica podemos destacar la gran escala de los emprendimientos, la tendencia a la monoproducción o la escasa diversificación económica y una lógica de ocupación de los territorios claramente destructiva. En efecto, en función de una mirada productivista y eficientista del desarrollo, se alienta la descalificación de otras lógicas de valorización de los territorios, los cuales son considerados como socialmente vaciables, o lisa y llanamente como «áreas de sacrificio», en aras del progreso selectivo (SVAMPA, 2013 p.32 -33).

E acrescenta-se

Olha, a gente aqui planta o que eles querem e dos jeito que eles dizem né ... porque o jeito que agente aprendeu se nós fizer as empresas deles lá não compara viu ... é tudo do jeito deles viu e se não fizer não produz como eles querem (Informação verbal⁸).

⁸ Depoimento de M.A.L 43 anos, camponês, acampado e funcionário da Del Monte Fresh, realizado em setembro de 2017.

É fato que essa forma de se apoderar dos recursos naturais, em princípio da terra, como garantia de suporte para as várias formas de controle territorial do agronegócio, ou seja, essa realidade que também não foge da corrida pela estrangeirização. Somado a isso, é fato que as demandas pelas alternativas energéticas têm dado sustentação desse modelo, como são as apropriações dos nossos minérios e demais produtos derivados da madeira entre outras fontes.

Este modelo de desenvolvimento produtor de desigualdades, que é a ditadura do agronegócio, traz consigo a expropriação dos camponeses e a criminalização dos movimentos socioterritoriais em luta pela terra e em defesa da reforma agrária, pois é:

[...] a ditadura do pensamento único em favor do agronegócio e da criminalização das lutas dos camponeses e suas organizações. Tempos atrás, muitos “decretaram” a caducidade da questão agrária e a inadequação da reforma agrária. Não satisfeitos, vaticinaram o iminente desaparecimento de trabalhadores rurais e camponeses. Sabe-se que essa visão permaneceu desde então até os dias atuais, com algumas variantes. [...] De fato, procedeu-se a “assepsia geral da questão agrária”, segundo a cartilha do Banco Mundial. [...] Foi assim abolida a luta de classes da realidade agrária com a consequente minimização dos conflitos entre capital e latifúndio versus trabalho e populações vitimadas pelo processo de “modernização” do campo. [...] (FERNANDES, 2008 p. 212).

O modelo hegemônico do agronegócio considera os camponeses incapazes e mesmo nas instituições públicas nacionais e estaduais:

[...] predominam análises em que o agronegócio é apresentado como totalidade em que não há possibilidade de outro modelo de desenvolvimento rural. “Excluindo qualquer tipo de crítica, o campesinato é compreendido como uma parte do agronegócio, de modo que a subalternidade e a expropriação aparecem como uma suposta ineficácia do campesinato e não como exploração do agronegócio” (SILVA, 2009. p. 213).

Como fruto desta dominação territorial, das relações de poder e essencialmente dos recursos que são destinados significativamente dos cofres do Estado brasileiro a serviço do agronegócio, vemos que são realidades totalmente projetadas para fomentar o suporte a esse modelo.

Como o agronegócio controla 85% dos recursos destinados ao crédito agrícola, 76% da área agricultável, produzindo 62% do valor bruto empregando cerca de 26% das pessoas, esses critérios são mais favoráveis que utilizar outras variáveis como: diversidade de oferta de trabalho e quantidade da produção regional [...] (FERNANDES, 2014).

Por conseguinte, mostra-se o real controle social nas diversas regiões em que esses megaprojetos amparados pelo Estado se instalam, pois estabelecem toda uma inversão da dinâmica de vida, consumo e demais aspectos culturais da população envolvida.

Seja na forma do Estado ou de grupos dominantes, “toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção delimita ao mesmo tempo um espaço político, uma dada projeção territorializada das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas” (COSTA, 2010, p. 29).

Nessa condição temos fortemente a presença em solos brasileiros e latinos de um agroextrativismo centrado da desterritorialização de camponeses destruindo sua cultura e consequentemente sua autonomia, fortalecendo a subalternidade as grandes empresas do agronegócio.

El agroextractivismo pone en juego diversos mecanismos discursivos y prácticos para desterritorializar a los campesinos, en muchas ocasiones sin necesidad de expulsarlos de sus tierras. Se utilizan herramientas de la ecología política con el propósito de explicar las distintas vías por las cuales el capitalismo moderno está territorializando su racionalidad dicotómica, mediante la irrupción de un régimen tecnológico, cultural y representacional de verdad, y la imposición de un mundo transformado en su lógica de homogeneidad, linealidad y disciplinarización de la naturaleza (GIRALDO, 2015 p. 641)

Sem dúvida segue fortemente essa iniciativa das empresas hegemônicas e privadas da vida dos camponeses, materializando as conflitualidades e a expulsão dos vários camponeses para dar lugar a um extrativismo capitalista e espoliador (SILVA, 2016). Que por sua vez, fomenta a degradação da natureza, dominando os territórios dos povos tradicionais, controlando as terras e as águas e produzindo em condições de semiescravidão amparado pela lógica da subserviência acordado nas entrelinhas do consenso de commodities.

2.2 Del Monte e Fyffes

A multinacional Del Monte Fresh, que no Brasil está registrada como Del Monte Fresh Produce Ltda, com sedes em Fortaleza, Limoeiro do Norte, Quixeré no Ceará e em Ipanguaçu no Rio Grande do Norte, surgiu em 1880, na cidade de Oakland, estado da Califórnia como distribuidora de alimentos que deu nome a uma mistura de café produzida com exclusividade para Hotel Del Monte. Durante o século XIX, diversificou sua produção, desde a produção de frutas, legumes frescos até a industrialização desses produtos e sua distribuição nos mercados mundiais. Em 1979 foi comprada pela R. J. Reynolds Indústrias,

sendo fatiada em seguida em três unidades: alimentos processados (Del Monte Foods EUA), frutas frescas (Del Monte Fresh Produce) e alimentos e bebidas (Del Monte International).

Após esse período, passou por diversas mudanças e atualmente, possui nome de registro oficial “Fresh Delmonte Produce Inc” e registro comercial “Del Monte Fresh Produce Company”, com principal escritório localizado nos EUA, no estado da Flórida (ALBANO, 2005, p. 138-141). Atualmente, a matriz localiza-se em Miami e atua em todos os continentes, atingindo cerca de cinquenta e oito países (Freitas,2008). A Del Monte é um império alimentar (Ploeg, 2008) que desenvolve estratégias para sua expansão com a exploração dos mercados estrangeiros e a diversificação da produção, construindo solidamente seu império agroindustrial, disputando e superando as demais empresas ficando os mais perversos acordos para garantir sua dominação.

Outro império alimentar que destacamos é a Fyffes Corporation que controla mercados relações de trabalho, territorializando-se no campo brasileiro. É uma das mais antigas do mercado frutícola mundial, produzindo banana, abacaxi e melão. A empresa, de capital irlandês, começou a funcionar em 1888, levando bananas das Ilhas Canárias para Londres. É a primeira companhia a ter navios especialmente construídos para o transporte de banana, já em 1901. É uma corporação bastante verticalizada, controla a produção, aquisição, transporte, beneficiamento, distribuição e comercialização. O seu foco maior é a aquisição e não a produção propriamente dita, uma vez que possui somente uma pequena parcela de fazendas em Belize; o resto da produção é comparado da Dole ou de outras fazendas menores em Belize, Suriname, Jamaica, Colômbia, Costa Rica, Panamá, Equador, Honduras, Ilhas Canárias e Brasil (ALBANO, 2005). Em 2005, a Fyffes começou a atuar no Brasil por meio da sua joint-venture Bananas do Nordeste S/A (BANESA), produzindo melão e melancia sem caroço para o mercado externo. O projeto da empresa BANESA trata-se de uma iniciativa voltada quase que exclusivamente para exportação. Essa empresa começou a operar no ano de 2005 no Ceará, no perímetro público Jaguaribe-Apodi, em Limoeiro do Norte. Recentemente, 80% da produção vai para o mercado externo – Europa, Estados Unidos e Mercosul. Os outros 20% abastecem as praças de São Luís, Belém, São Paulo, além de fábricas de doce do Nordeste.

Em 2006, a Fyffes ampliou sua área de produção, adquirindo 60% do capital da empresa brasileira Nolem Nordeste, que tinha fazendas de banana no Rio Grande do Norte e Ceará. Em 2009, assumiu o controle total das ações da Nolem, ao comprar os 40% restantes que pertenciam às famílias Rola e Gadelha (DIÁRIO DO NORDESTE, 2009). A entrada das empresas multinacionais gera emprego, aumento da cota de exportações e acentua as

desigualdades socioespaciais reveladas pela: privatização da terra, exploração da força de trabalho assalariada; expropriação das famílias que moram e produzem no campo, aumentam as doenças causadas pelos agrotóxicos que atingem os trabalhadores rurais mais pobres e a contaminação dos recursos naturais.

Essas empresas trazem o desenvolvimento como argumento para suas instalações, mais tudo regado ao roubo do suor e da exploração dos trabalhadores locais. Territorializando se pelos estados do Ceará e Rio Grande do Norte vão materializando uma região atrativa e funcional com arranjos espaciais seletivos para a fruticultura irrigada para a exportação.

A inserção desses espaços na lógica empreendedora capitalista não se traduziu, portanto, em benefício para a maioria de suas populações, nem de fato significou um verdadeiro desenvolvimento regional, uma vez que, os investimentos foram dirigidos às áreas e agentes econômicos, na maioria, já dotados de condições favoráveis a atender as necessidades demandadas pela produção agrícola modernizada (CHAVES; SANTOS, 2013, p. 126).

Corporações como Del Monte e Fyffes têm com estratégias o controle territorial para produção de frutas. A Del Monte também se estabeleceu na África, segundo BURBACH e FLYNN (1980), utilizando mão de obra barata, instalando-se em países onde o agroextrativismo com é uma forma de exploração com o nome de desenvolvimento:

[...] países como o Quênia tornaram-se o paraíso para as fábricas de enlatados cuja produção se destinava quase que exclusivamente aos países desenvolvidos. Um novo produto Del Monte aproveitou-se do trabalho barato em três diferentes regiões do mundo: o atum procedente das Filipinas e do Equador era embarcado em navios da Del Monte e beneficiado em fábricas de conservas de Porto Rico para exportação para os Estados Unidos. [...] nos países de Terceiro Mundo, a estratégia da Del Monte previa a exploração de mercadorias relativamente limitadas e oferecidas pelas classes média e superior. Fábricas na Venezuela, no México e no Brasil produziam principalmente para esses setores da população [...] (BURBACH e FLYNN 1980. p. 181).

Essas corporações desfrutam de garantias e vantagens nas concessões tarifárias que são ofertadas pelos estados e poderes locais, daí atraem suas instalações com as facetas do cuidado com o social, mais nas entrelinhas são sempre estratégias da lucratividade. Também realizam estratégias de diversificações internas, com algumas ramificações que passam por segurança privada, fornecimento de alimentos às empresas aéreas, hotéis, restaurantes, frutas frescas. Adquirem companhias aéreas de transportes para diminuir seus custos com escoamento de suas produções, como império - empresa mundial.

Em princípio da década de 1970 a Del Monte gabava-se de não ser apenas uma companhia de enlatados, mas uma empresa diversificada, dedicada á “atividade mundial de alimentar pessoas”. As estatísticas confirmavam essa pretensão: em 1973 pouco mais de metade de suas vendas procedia das fábricas de enlatados de consumo interno; as refeições rápidas, os serviços de alimentos para instituições e as atividades relacionadas a produtos frescos representavam 25% dos investimentos no exterior constituíam os outros 25% (BURBACH e FLYNN 1980, p. 182).

É fato que a Del Monte tem estratégias quanto as questões salariais, trabalhistas, articulações e parcerias que têm apresentado modelos de funcionamento seguidos por grande parte da indústria norte-americana. O combate ao sindicalismo ou qualquer organização trabalhista vem desde sua fundação. Outras características que se observa é que a Del Monte trouxe para a Chapada do Apodi as diversas estratégias utilizadas em várias regiões do mundo, características estas que a forjaram como império alimentar. Suas estratégias de repressão e manipulação sindical e a exploração dos recursos naturais, associados ás posturas de subalternidade dos governos, intensificam as desigualdades. Pois estas regiões são detentoras de realidades muito emblemáticas quanto á subalimentação, concentração fundiária e conseqüentemente a pobreza.

As empresas habitualmente se fazem passar por salvadores, sob a alegação de que seus fertilizantes, tratores, sementes híbridas e usinas de beneficiamento de alimentos contribuirão para a solução dos problemas mundiais, aumentando a produção mundial de alimentos e criando oportunidades de empregos. [...] exercem enorme controle sobre a vida econômica dos países onde funcionam, e com frequência dominam suas fontes mais importantes de divisas cambiais. Tem em seu poder vastas áreas territoriais, usadas para produzir culturas de exportação, ao invés de serem usadas na produção de alimentos básicos [...] como seus lucros dependem do controle de grandes propriedades e da exploração de mão-de-obra barata, essas empresas opõem se a mudanças progressistas no Terceiro Mundo e conseqüentemente se alinham com as forças mais conservadoras (BURBACH e FLYNN 1980, p.187).

A referida empresa fixa seus capitais em terras nordestinas a partir das concessões estatais atrativas às empresas a serviço do desenvolvimento regional. Iniciou suas inversões com as commodities da Banana Pacovan (*Musa paradisiaca*) e Melão. A banana não era vista como a commodity que só se inseriu na lógica da globalização plenamente, em 1993, pela Del Monte Fresh Produce. Segundo Chaves e SANTOS (2013), a corporação iniciou a sua produção no Brasil, no final da década de 1980, instalando-se no Município de Ipangaçu, no Rio Grande do Norte. Fixou primeiramente, por via de uma *joint-venture* pernambucana chamada de Diretivos Agrícola, que queria expandir sua área de produção com bananas para exportação.

No âmbito de suas ações de exploração e com a intencionalidade de um agroextrativismo de controle territorial.

A Del Monte iniciou a compra de terra (502,4 ha), por meio da sua *joint-venture*, em 1995, com a implantação no ano de 1996 e a colheita no ano seguinte, momento em que resolveu unilateralmente quebrar o contrato de parceria, trazendo uma série de prejuízos para a Diretivos Agrícola. Nesse contexto, a Multinacional instalou-se efetivamente em Ipanguaçu e expandiu sua área de produção para dois outros municípios vizinhos: Açu e Carnaubais (CHAVES e SANTOS (2013. p.131).

Acrescenta ainda que:

No ano de 2000, a empresa chegou ao Ceará, especialmente no baixo curso do rio Jaguaribe, instalando fazendas de melão no Município de Quixeré. Em 2001, passou a produzir abacaxi (*Ananas sativus*), em Limoeiro do Norte, área vizinha ao perímetro público Jaguaribe-Apodi, beneficiando-se da sua infraestrutura hídrica, viária, de eletrificação e telefônica. Além da Del Monte que produz uma área de 3.425 ha, entre melão, banana e abacaxi, a multinacional Fyffes Pineapples Limited que tem uma área de 2.700 ha e produz bananas, principalmente, para exportação também se apropriou dessas vantagens locacionais (CHAVES; SANTOS, 2013. p.131).

Ao tratarmos da atuação da empresa Del Monte Fresh no Nordeste, a sua atuação inicia nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, priorizando os vales úmidos, ou seja, selecionando áreas sobre a Chapada do Apodi nas vertentes e regiões de terras férteis nos dois estados, daí temos o Vale do Jaguaribe no Ceará e no Vale do Açu no Rio Grande do Norte. É na Chapada do Apodi e no Tabuleiro de Russas que a Del Monte Fresh estabeleceu as instalações de suas bases produtivas com foco na fruticultura irrigada. No caso do Ceará, atraído pelos Perímetros Públicos de Irrigação de interesse das empresas estrangeiras e ressaltado pelo estado brasileiro como mecanismos de indução de desenvolvimento. Aas corporações se apropriam das terras e infraestruturas para seus interesses dominando esses territórios como nos mostra Chaves e Santos (2013):

A expansão de empresas agrícolas entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará criou uma região funcional aos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da fruticultura para exportação. Empresas agrícolas, como as multinacionais Del Monte e a Fyffes, estão entre os principais agentes produtores dessa região. Mencionadas empresas não obedecem à divisão político-administrativa entre os Estados nem os interesses locais e regionais para se estabelecer, criando, assim, uma região criadora de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, fundamento para a existência e definição desse espaço da fruticultura (p. 139).

Nesse cenário vemos que a Del Monte Fresh interligada aos circuitos internacionais e globalizados pela exportação de commodities, em que nos estados do Nordeste, optou pela produção de frutas “in natura”, intensificando os domínios territoriais e fortalecendo uma rede de comercialização que envolve produção de máquinas e equipamentos, insumos, sementes transgênicas, agrotóxicos, consolidando-se como agroextrativismo extrator de matérias prima que realiza de forma verticalizada uma forma de integração entre “oferta de empregos” e “geração de renda para as populações locais” controlando o mercado, financiamentos e as decisões políticas devido ao fetiche do desenvolvimento regional.

A ocupação do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, pelas empresas multinacionais, explica objetivo do Estado com essas obras hídricas de grande porte para dar suporte ao agronegócio em detrimento da permanência de várias comunidades tradicionais de se manterem em seus territórios. Ou seja, toda essa megaestrutura fica a serviço das grandes empresas, é bom entendermos que mesmo que a Del Monte exerceu o monopólio da fruticultura irrigada sobre a Chapada do Apodi por um período, enquanto outras empresas foram abrindo caminhos, como é o caso da Fyffes que usando de codinomes disputa fortemente os territórios e condições junto aos órgãos estatais e demais parceiros.

No Ceará, especialmente no baixo Jaguaribe, as empresas agrícolas que produziam frutas para a exportação, sendo priorizado o mercado internacional, chegaram apenas na segunda metade dos anos de 1990, sendo a chapada do Apodi o subespaço privilegiado para a sua produção. No ano de 1996, instalou-se a empresa FRUPEC, no Município de Quixeré, área adjacente do perímetro público Jaguaribe-Apodi, que teve sua ocupação iniciada no ano de 1989. Uma das primeiras empresas voltadas à produção de frutas, a se instalar dentro do referido perímetro, foi a FRUTACOR, em 1998. As empresas da fruticultura também já estavam presentes nos primeiros anos de ocupação do Distrito de Irrigação Tabuleiro de Russas (DISTAR) Chapadão de Russas, que teve início em 2004. São aqui mencionadas duas delas – Agrícola Famosa e AGROSOL (CHAVES e SANTOS, 2013 p. 126)

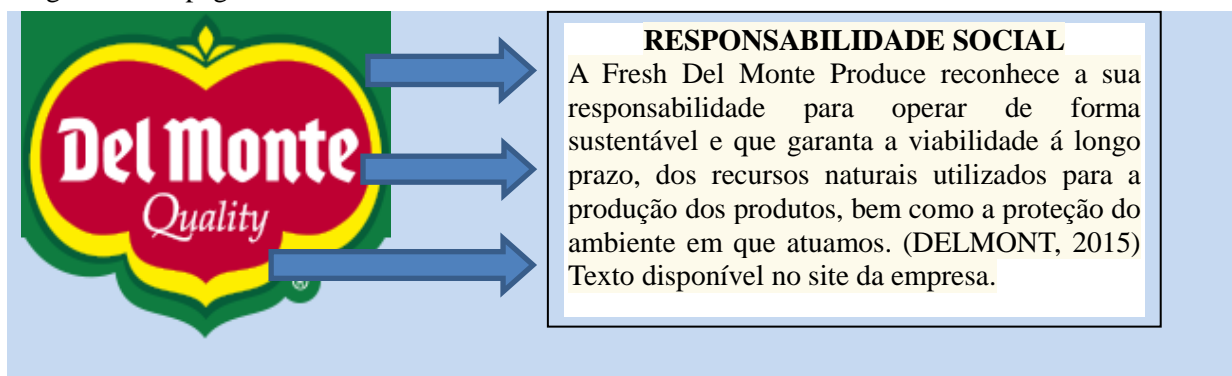
Na Chapada do Apodi no Ceará, o Perímetro Público de Irrigação Jaguaribe Apodi, em seus primórdios observa-se que duas empresas do agronegócio apregoavam as nuances das relações de produção e de poder em áreas internas e externas do Projeto Jaguaribe Apodi, dentre elas a Fruta Cor como empresa nacional na produção de banana (*Musa x paradisiaca*) e mamão (*Carica papaya*) e a multinacional *Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda*, que dominavam extensamente longos campos de abacaxi (*Ananas comosus*) e melão (*Cucumis melo*) que controlavam juntas as maiores áreas atendidas pelos recursos hídricos do referido projeto.

Em fins do ano de 2008, a empresa *Del Monte* – considerada a terceira maior multinacional do mundo no ramo de frutas frescas, possuía no Ceará área de 4.860 ha., dos quais 1.620 ha improdutivos e o restante com a produção de abacaxi (1.780 ha.) servida com água do perímetro de irrigação pública e 1.460 há, para a produção de melão e melancia, alimentados por 44 poços subterrâneos. No Rio Grande do Norte, produzia banana em 900 ha, tendo em torno de 1.100 ha improdutivas (FREITAS, 2010, p.124).

De acordo com Fernandes e Welch (2008, p. 49), o *sistema agrícola do agronegócio* é diferenciado do campesinato. No primeiro, a monocultura, o trabalho assalariado, a produção em grande escala e as finalidades essencialmente lucrativas, são algumas de suas referências. No *sistema agrícola camponês*, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais características. Isso significa que “o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio; todavia como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas etc., os camponeses estão subalternos [...]”; contudo, “evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital” (*Op cit.*).

Na condição de empresa que atende aos critérios de exploração e condições de instalação junto ao Brasil, com aquisição ilegal das terras, utilização de práticas danosas e até proibidas em cultivos localizados próximo as comunidades que ainda resistem, mais mesmo nestas condições de funcionamento a multinacional transmite sempre a mensagem de uma instituição que possui responsabilidade social, como mostra a figura 8, a seguir.

Figura 7 - Propaganda da Del Monte



Fonte: <http://delmontebrasil.com.br>, adaptação por Arquivo do autor., 2017.

Baseado nesta realidade quanto às situações em que a empresa Del Monte Fresh impõe ao se instalar nas regiões produtivas. Reflete-se sobre as condições de apropriação do território.

Apesar de se tratar de uma multinacional que se desmembrou e expandiu-se mundialmente, a organização do processo de trabalho e de produção espelha-

se na concepção taylorista/fordista, permitindo assim o uso de mão de obra barata, mesmo em trabalho complexo. Isso é notório na área de empacotamento; no campo, onde o trabalhador (que é um operário) é supervisionado por um “técnico de segurança” (que na verdade funciona como um “capataz”); e, no setor gerencial da empresa. A forma mecânica e rígida da divisão das tarefas, a presença da esteira no processo produtivo, a hierarquia das funções, as crises e os conflitos que levam à greve dos trabalhadores são exemplos desse modelo (FREITAS, 2010 p.125)

A instalação da Del Monte no Ceará, nos Municípios de Quixeré (2000) e Limoeiro do Norte (2001), resultado de sua territorialização em meio as diversas estratégias de aquisição de áreas para sua expansão processo esse que fora facilitado pela condição em que se encontravam os diversos colonos. Como dizem alguns dos colonos quando questionados sobre suas vendas “*olha na verdade a gente já estava endividado mesmo, porque enganaram agente aí nós num conseguia pagar o banco mesmo, aí vendia né*”⁹. Foram muitos os relatos que explicaram esta situação que consolida uma lógica de produção de caráter empresarial, em que as relações de trabalho preexistentes são completamente alteradas e mudam consideravelmente, intensificando a proletarização na região.

2.2.1 As mudanças significativas no cotidiano camponês a partir da inserção da Del Monte Fresh

Ao fazermos uma leitura das mudanças que ocorrem na vida dos trabalhadores que se encontravam inseridos em outro modo de vida, ligados à agricultura camponesa e não condicionados ao relógio empresarial veem como o capitalismo agrário rompe com paradigmas e como a produção empresarial é brusca e os ritmos degradantes. Esta é uma das razões dos múltiplos conflitos que acontecem no campo em virtudes das disputas de modelo de desenvolvimento que possuem seus interesses antagônicos. A produção estabelecida no território, em uma territorialidade capitalista, nos remete aos diversos mecanismos de subordinação que pairam sobre esse território com base no modelo hegemônico produtivo, conectado aos mandos e direcionamentos dos agentes econômicos e políticos, que por vezes são internacionais, assegurados pelo capitalismo agrário e incentivados pelo governo.

As instalações das empresas do agronegócio nas regiões brasileiras encontram terreno fértil na concepção de que são mentoras de desenvolvimento regional. Pesquisas científicas servem de base para seus investimentos e muitas vezes são absorvidas como dados necessários às políticas de Estado para suporte de suas instalações. É um modelo de

⁹ Breves relatos de conversas com os camponeses durante a realização do trabalho de campo, quando perguntava sobre a venda dos lotes que possuíam no Perímetro Irrigado Jaguaribe- Apodi em Dezembro de 2017.

desenvolvimento de novas tecnologias, apoiado pelo aparato estatal que fomenta a expansão do capitalismo no campo, hegemonizando seu modelo e tendo como premissas a apropriação do território e da força de trabalho, que são os sustentáculos da gênese dos lucros, desmembrando-se entre as extrações da renda fundiária e/ou da mais valia, ou seja, as “arrecadações invisíveis”, pelos excedentes do trabalho e do trabalho que não se paga, porque não fica clara sua forma de cobrança, porque as empresas já dimensionam estrategicamente para garantirem a acumulação do capital.

Conforme Lopes (2014), o capital busca sempre a seletividade dos novos espaços, renovando as estratégias para garantir sua reprodução, dentre elas: parceria com camponeses, arrendamento ou compra de terras; assalariamento; terceirização de alguns serviços; monopolização da circulação de mercadorias; subordinação e alienação do camponês ao capital, na medida em que a necessidade lhe condiciona a vender sua força de trabalho, e sua produção a baixo custo, devido às empresas instaladas sobre o perímetro compararem a concorrência daí os produtores não conseguem escoar por outro valor.

Outro aspecto destas questões dar-se-á com as tentativas de contrair empréstimos bancários por meio de transações desvantajosas entre camponeses e instituições financeiras, nessas condições o camponês é obrigado a penhorar suas posses desde máquinas, equipamento e até sua própria terra como garantia de pagamento, na condição das instituições financeiras são disponibilizadas todas as garantias de que o seu dinheiro será pago, pois nesta condição a mesma obtém grande parte da renda da terra produzida pelas mãos de camponeses quando estes pagam os juros oriundos dos financiamentos.

Nessa dimensão de condicionamento e dependência do camponês a esse estabelecimento de condições, analisando por esse entendimento, Oliveira (1997), nos afirmara que:

Se de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente á subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. É, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário á sua reprodução física. (OLIVEIRA, 1997. p.11)

Nesse caso temos alguns depoimentos que demonstram como estas realidades são constructos de uma estratégia capitalista de dependência subordinação e endividamento. No caso da Chapada do Apodi, temos situações de contratos totalmente comprometidos com “endividamento” porque já compra sua produção sem saber nem se irão produzir. Isto pode ser observado no trecho de entrevista concedida em 14 de março de 2017, trata-se de um camponês na condição de ex - colono da 1ª etapa do Projeto Jaguaribe-Apodi e hoje acampado no acampamento Zé Maria do Tomé e que falou de várias artimanhas capitalistas entre estado e multinacionais desde a implantação do perímetro:

Aqui para gente foi assim, primeiro eles disseram que tinha que fazer um empréstimo mais que tínhamos um contrato né, primeiro aqui a AET uma empresa que trabalhava com a produção de extrato de tomate, como o projeto começou no final de 1988, aí dividiram os pivôs e os lotes e a cooperativa ficava responsável por arranjar empresas para garantir contrato para não produzirmos sem ter a quem vender, então em 1990 os agricultor da AIJA e suas associações vinculadas fizeram o contrato em que eles ... essa empresa AET mais era dito logo que a gente não podia nem tocar no plantio e quando eles decidiram não comparar mais ficou vermelho tudo vermelho no pé apodreceu e eles não levaram mais, se perdeu muito depois a gente fazia era dar mais num teve jeito se perdeu muito mesmo né e agente perdeu muito dinheiro né (Informação Verbal¹⁰).

Ainda nessa perspectiva das estratégias de controle da força de trabalho e da produção dos agricultores familiares sobre um modelo de dominação e controle dos diversos processos produtivos, mostramos as mesmas estratégias permutando apenas as *commodities* da vez.

E mais, eles sempre fizeram assim depois da empresa AET, aí veio a Algodoeira São Miguel outra empresa que enganou vários camponeses e quase todo mundo se endividou de novo porque aí tava uma produção boa de algodão né mais quando deu o bicudo mesmo pronto [...] todo mundo quebrou. Depois disso foi a gota d'água, porque aí fizeram umas reuniões aqui e dessa vez foi com o Governo do Estado que ele veio aqui e pediu prá nós tudim plantar feijão mulatinho que eles iam comprar toda a nossa produção mais aí esse governo não cumpriu e pronto e daí muitos se endividaram e quebraram, porque parte se perdeu e outros venderam quase de graça num pagava nem a energia e os venenos [...] Daí foi que nós perdemos as terras porque até 1988, ou melhor, até 1995 era tudo produção de pequenos né [...] mais aí no mesmo ano em 1995, Luiz Girão inicia a compara das terras dos endividados [...] e daí foi João Teixeira [...] Dagoberto e os outros [...] Foi triste mas nós num tinha muita saída né [...] Porque eles falava muito da participação mais é como se diz eles eram mandados pelos técnicos da CODEVASF. “Eles que trazia as ideias né, aí nas reuniões nós dizia se queria plantar aquilo ou não” (Informação Verbal¹¹).

¹⁰ L.de F. M, 43 anos, Acampado do Zé Maria do Tomé em setembro de 2017.

¹¹ M. S. Costa 43anos, filho de colono e acampado no Zé Maria do Tomé em setembro de 2017.

Este processo de condicionamento e dependência do campesinato gerou uma quebra de paradigma da lógica camponesa pela lógica empresarial. Este era o denominado modelo de “integração” campesinato – agroindústria, que na verdade é um modelo de subordinação campesinato – indústria. Ainda, neste modelo, havia uma participação da família no processo produtivo. Todavia, com a chegada da Del Monte Fresh, que também se aproveitou da realidade de endividamentos dos camponeses, veio outra quebra de paradigma. A corporação impôs mudanças significativas no cotidiano camponês, que mesmo tendo que lidar com automações, pivôs centrais, monocultivo, irrigações em grandes áreas, agora os mesmos estariam sem terras, sem rendas e o que lhes restavam eram vender sua força de trabalho. Um campesinato sem-terra perde seus horizontes de sobrevivência e seus projetos de vida, causando reações dos camponeses expropriados contra as empresas da Chapada. Trabalhando como assalariado enfrenta as mais perversas relações com os empresários.

Em meio a estas mudanças, grande parte dos camponeses foram expropriados pela territorialização do modelo de desenvolvimento adotado pela empresa Del Monte Fresh, em que não cabe o campesinato, pois o uso intensivo de suas tecnologias vai abolindo sua participação. Apesar da quantidade de pequenos proprietários ou posseiros fosse superior aos latifundiários, a propriedade da terra mantinha-se concentrada, ou seja, mesmo que vários camponeses as arrendavam em períodos de estação chuvosa para realizar plantios de subsistência, os mesmos sempre relatavam:

[...] “Às vezes tinham deles que era até bom né, não pedia muita renda, também agente era morador e vivia de favor né? Porque nós já agradecia porque nós num tinha a casa e ele emprestava as terras viu, mais quando nós ainda tava fazendo a cata do feijão eles já botavam o gado dentro. Aí agente não podia reclamar né, a terra era dele, ele já emprestava a nós né [...] (Informação Verbal¹²)”.

Ressalta-se que ocorrem diversas mudanças, destas cita-se como primeiro no dinamismo do cotidiano da família camponesa onde a referida empresa privilegiou a mão de obra na sua quase totalidade do sexo masculino, iniciando pela oferta de noites mais curtas (acordar cedo para ir ao trabalho) afetando também as mulheres que também tinham suas noites mais curtas ainda, pois acordavam mais cedo ainda para fazer as comidas, tem jornadas de trabalho alongadas em função das tarefas (metas) a serem cumpridas, trabalho em equipe como forma de mutirão só que com “exploração dividida”, em que as metas são cumpridas com os esforços dos trabalhadores, atendendo as metas estabelecidas, ficando os capatazes

¹² Agricultora da Comunidade de Carbomil, 47 anos, em setembro de 2017.

responsáveis pelas fiscalizações. E ainda acrescentam que eles são muito rígidos com as ordens da empresa, porque são mandados, como nos diz seu Raimundo “*eles não tinha muita dó dos peões do campo não viu, era sempre na correria*”.

Olha agente num sabe nem se era certo, mais o nosso capataz ele trabalhava com um facão enorme na cintura, aquilo é uma forma de amedrontar nós ... porque ele dizia que era para desbastar alguma arvore ... ou cortar um galho de jurema nas estradas mais nunca ninguém via ele tirar, e sempre que nós relaxava ele sempre gritava: *bora, bora apressem aí que tá acabando o lote e o ônibus já tá esperando e sempre com a mão no facão ... agente se sentia as vezes ameaçado né ...* (Informação verbal¹³)

Há muitas reclamações quanto aos horários dos transportes na empresa, pois relatam que em alguns casos são controlados com vistas nas tarefas do dia. Como nos explica um funcionário quando perguntado sobre o seu deslocamento para o trabalho na referida empresa.

Olha ela é uma empresa que tenta organizar [...] mais ela maltrata muito os pião viu [...] Porque nós aqui sai cedo viu, tem uma época que sai até de 3 e meia da manhã né [...] porque eu vou de moto prá lá pra pegar o ônibus né que sai 4 h, mais quem vem de bicicleta saí mais cedo ainda né ? [...] Aí o que nós acha que é injustiça da empresa é quando eles deixam nós lá esperando enquanto outros fazem hora extra para terminar a empreita do lote, pois mesmo que dê nosso horário só sai quando completa a meta da empresa. Mais só que nós mesmo chegando mais tarde em casa no outro dia saímos madrugada de novo aí por isso que eu digo que ela maltrata né porque agente dorme menos e descansa menos, é assim [...] e agente num reclama mais porque precisa né [...] (Informação verbal¹⁴).

Ainda nas transformações que ocorrem no seio familiar, enfatizamos as mulheres camponesas em suas relações com o campo produtivo, aonde seus horários também vão sendo demandadas pelo regime da empresa, pois se refere aos cuidados com o acordar cedo para fazer a boia de seus esposos, que sempre diziam “*eles sempre atrasam nosso transporte quando é para voltar que é para nós terminar as tarefas nos lotes, mais nuca atrasam para vir nos pegar ... isso aí num acontece nunca viu.*”

Na verdade, as mulheres acordam mais cedo, porque nós temos que levar a comida pronta né [...]a “minha” mesmo se acorda 3 horas porque eu saio 4hs né e é porque ela já deixa parte da comida pronta de noite viu ... prá de madrugada só esquentar. Mas elas já emendam direto viu porque tem que ajeitar os meninos para escola que também saem cedo [...] agora é cinco e pouco porque com essas empresas aí tomaram todas as terras aí quase num

¹³ Depoimento de funcionário da Del Monte Fresh, R. N.de F, de 46 anos residente no Sítio Gangorra.

¹⁴ Depoimento de um funcionário da Del Monte Fresh, o agricultor J. L da S. da comunidade de Arraial de Baixo

mora gente até as escolas ficou mais longe né [...] Por isso que a mulher também sofre né [...] (Informação verbal¹⁵).

Tenhamos como base os investimentos do Estado quanto a construção e implantação da infraestrutura para dar suporte às estratégias produtivas, só que com um viés de “melhorias sociais” ilusório, como estratégias de aceitação e “chegada do estranho bom” como mentor de progressos e melhorias de vida. As promessas de um bom emprego são formalizadas como uma redenção regional. Ressalta-se que há que se considerar que todo o processo de instalações da Del Monte Fresh em solos da Chapada do Apodi cearense, está inserido num contexto nacional e internacional que compõem as devidas influências para o desencadeamento de processos de expansão capitalista no referido território. É fato que as condições em solos brasileiros advêm de um “matrimônio” bem fiel da parceria entre as esferas governamentais e estaduais que adotaram mecanismos de isenções com o pano de fundo de realizar um desenvolvimento regional. Ao passo que são garantidas as condições de infraestrutura suficientes nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, onde são articulados os ativos necessários para o desenvolvimento da fruticultura irrigada na região.

Com a chegada da Del Monte Fresh, como primeira multinacional da fruticultura irrigada que dinamiza a produção para exportação sobre a Chapada do Apodi, fortalecem-se a territorialização do agronegócio sobre as terras da Chapada do Apodi e mais precisamente as áreas abastecidas pela construção do Projeto Jaguaribe Apodi. Anterior a esse período, tinha-se uma produção em caráter irrigado mais ainda sob um relativo controle dos camponeses. Com a inserção da Del Monet Fresh a partir do endividamento dos camponeses e o apoio do Estado, iniciou-se forte crescimento da agricultura modernizada e mais especificamente da fruticultura irrigada nos moldes empresariais.

Precisamente nos anos de 2000 e 2001, a região em destaque sofre várias transformações em seus processos produtivos, com a modernização tecnológica advinda das automações e precisões tecnológicas que propiciam também a diversificação de produtos no mercado, como é caso das produções de abacaxi, melão, melancia e outras frutas que não estavam na mesa dos camponeses e automaticamente foram sendo eliminadas as culturas tradicionais que norteavam o consumo camponês.

Nesse sentido a chegada do estranho (MARTINS, 2000, 2001), ou dos estranhos, perpassam as condições de vida e produção no cotidiano familiar, cultural e alimentar. Trata-se de processos que vão adentrando as famílias em todos em todas as dimensões, sendo

¹⁵ Trecho de entrevista com o agricultor R. N.de S, de 46 anos residente na localidade de Sucupira em agosto de 2017.

atraídas pelas promessas de crédito, compra e depois pela geração de emprego, daí até a inserção na vida produtiva que levará à desterritorializando os camponeses é um passo. Como diz Martins, raros são os que trabalham a favor do campesinato.

O estranho não é, entre nós apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raro são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo das possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criadas justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria. (MARTINS, 1993:13)

É fato que os estranhos causam mudanças que fragilizam e empobrecem, mas como resistir? Nesse cenário condicionado pela territorialização do capital na agricultura, voltamos nossas reflexões acerca do dia-a-dia dos proletários da Chapada do Apodi, que além de mudanças em seus tempos e sistemas de trabalho, onde as especializações e as exigências mercadológicas para fins de exportação moldam e reconfiguram novos jeitos de cultivar, desde os processos de plantio, capina, colheita, pós-colheita e acima de tudo como se inserir no mundo da produção com muitos venenos e seus perigos. Mas, como diz os trabalhadores das empresas, “*aqui agora é assim desde que chegaram as empresas*”. “*Só que a gente tem que trabalhar né ...*”. São estas e outras relações que se estabelecem com as multinacionais do agronegócio, que em garantia de lucros perpassam todos os processos possíveis de desumanização advindas do mundo do trabalho.

As relações com a terra e com os camponeses são alarmantes: [...] trata-se de uma agricultura sem gente, em que até a capina foi substituída por um veneno químico! Atrás da palavra *proletarização* às vezes está a CTPS trazendo um aceno de integração à sociedade moderna, mas é preciso enxergar também a dor da perda de autonomia do agricultor familiar camponês, o desafio de se situar em novos tempos e espacialidades no cotidiano, enfrentar a precarização das relações e condições de trabalho, experimentar a subordinação da venda da força de trabalho e a humilhação, as metas de produtividade, a boia-fria ou a marmita azeda, a entrada na plantação recém-pulverizada, o EPI inadequado (RIGOTTO, 2011, p.124).

Esta realidade estabelece um conjunto de fatores que permeiam as vidas dos camponeses, desde acesso à terra, condições de trabalho, mercados e outras disputas contra os acordos de governos com empresas para geração de empregos, como os ofertados pela Del

Monte Fresh, que condicionam precariedade no trabalho e sindicatos não combativos ou bem amenos nas questões salariais e demais direitos trabalhistas.

2.2.2 *E no chão da fábrica ...? Ou melhor, no campo de produção da Del Monte Fresh?*

O atual modelo de produção disseminado com o agronegócio e, neste estudo, representado pelas empresas Del Monte Fresh, Fyffes e outras, vemos que é extremamente danoso o enquadramento tecnológico e político à luz do capital internacional hegemônico. Foram e são estas corporações que vão modelando essas formas de exploração, contratação e subalternidade dos camponeses e assalariados junto aos seus modelos de desenvolvimento principalmente os propostos para os territórios nordestinos, pois consideram regiões em que a pobreza rural atinge um grande número de camponeses, tornando assim chãos propícios as empresas, pois a tornam bem mais favoráveis a compra de sua força de trabalho com mecanismos de intensidade no trabalho, com salários baixos e condições insalubres. Sendo que estas veem na Chapada do Apodi um território de oportunidades.

O *chão da fábrica* ou o campo de produção é o lugar de conflitos e exploração dos trabalhadores. São territórios do capital em que os trabalhadores estão submetidos, subordinados no decorrer do dia de trabalho.

Eu tiro por mim que lá não é bom não viu, a gente já leva nossa comida feita de madrugada que a mulher fazia em casa, e aí na hora de comer viu era pouco tempo viu, aí fizeram um refeitório lá mais era longe viu do campo que a gente trabalha, não pode sair do campo antes da hora, eu achava desumano porque nós não ia pra lá, aí vi uma sombra se tivesse e não tendo era no sol, nós mesmo é que leva a nossa água, as vezes comia debaixo das máquinas, e agente se deitava ali mesmo, sei que muitos de nós cagava ali mesmo por perto e quando a gente ia comer era um mal cheiro de fezes de gente mesmo, porque se a gente ia ao banheiro o capataz achava ruim né. Eu sempre achava desumano porque eles diziam que tinha uma hora de descanso se fosse caminhar até o refeitório nem dava que ainda tinha a volta e como é que a gente descansa no meio do mato, com mosca, muriçoca tudo ninguém descansa (Informação Verbal¹⁶).

No caso das mulheres no começo ainda era pior, como nos relata a camponesa, hoje acampada, e que sempre diz que “as empresas são muito exploradoras e não temos tempo prá nada, a gente só faz sofrer.”

A gente vai porque a gente precisa né, mais aqui no acampamento é tudo diferente eu trabalho muito também mais quando eu canso eu paro viu rrsrrs [...] E quando a gente tá na empresa não tem isso não, a gente tem que parar

¹⁶ Acampado 46 anos e ex-funcionário da Del Monte em setembro de 2017.

só naquele horário tem que cumprir, tem firma agora que melhorou muito, a Del Monte Abacaxi, a sorte foi a greve que a gente fez em 2007, aí os movimentos sociais e o Zé Maria, foi aqui que eles tiveram que mudar umas coisa por lá, eu fui botada pra fora né, porque eu disse mesmo que eles num prestava, na Del Monte Abacaxi os trabalhador comia era em pé viu, levava o que comer e as vezes azedava viu, porque também esquentava do sol e até a agua da garrafa ficava quente né. Comia no meio do sol, e tinha que cumprir com aquela produção, porque lá era assim tinha que produzir aquele tanto e no outro dia também ou mais, não sei se ainda é assim viu, mais a gente não podia produzir menos porque se não ia alguns para fora da nossa turma, e como eu era mulher aí eu tinha mais medo porque é pouca mulher que fica ali viu, Com relação os banheiros pra nós era mais difícil porque pra fazer as necessidades, para fazer no meio dos plantios. E muitas mulheres trabalhando no meio dos homens, sem ter um local privado prá fazer uma necessidade é muito ruim viu, porque mulher é diferente de homem. Lá era assim [...] eles só pensavam no dinheiro, eu não me arrependo sofri muito lá, mais meus filhos cresceram nunca mais eu vou. [...] rrsrers, se Deus quiser (Informação verbal¹⁷).

Nessas condições do campo, ocorriam acidentes de trabalho, que quase sempre eram dissimulados para que não prejudicar os capatazes ou fiscais, ou seja, se houvesse problemas seria porque eles não observaram e os trabalhadores do campo não podiam falar que não nos deram o material ou ferramentas adequadas ou com problemas.

Rapaz eu vi meu amigo lá, levar um corte porque a alavanca estava com defeito e quando o capataz encaminhou ele pro ambulatório lá pra tratarem do corte, aí disseram que só atendia com autorização do fiscal, aí ele chega e conversa com o capataz que chama o trabalhador que pede prá ele falar que aquele ferimento foi contraído em casa e não aqui no campo da empresa, porque senão ele seria demitido. Era muito errado viu [...]. Outra coisa era se agente passasse mal lá no campo, porque acontecia isso viu porque a caatinga de veneno era grande viu [...] porque eles pulverizavam as plantações e aquele cheiro sempre ficava forte, daí a gente tinha umas tonturas e se sentia mal mesmo, só que aí a gente ia lá prá sala e ele não nos dava atestado mandava agente descansar e depois agente voltava pro campo mesmo eu achava isso errado “nós só recebia um atestado se não tivesse andando” lá na Del Monte era horrível. Eu nem vou falar das faltas que eles descontavam da gente [...] enrolavam de todo jeito tiravam do repouso e ou dizia que era das férias e iam sempre tirando do salário nosso [...] (Informação verbal¹⁸).

Olha sobre essas questões de atestado médico, eu digo porque já passei por isso, olha o médico da empresa na época que eu trabalhava hoje ele faleceu, mais era assim ele era pago pela empresa né, aí a gente estando mal com febre, dor de cabeça estas coisas ele dizia rapaz eu não posso fazer muita coisa não porque os homens não quer que eu dê atestado por isso aí não [...] e eu dizia sim doutor aí eu vou ficar com falta, aí ele ficava por ali olhava prá gente e perguntava se não podia pagar pelo atestado, a gente achava errado mais ele cobrava barato só que era pra ele porque aí ele ganhava da

¹⁷ Dona A. de S. - Ex-funcionária da Del Monte, acampada do Zé Maria do Tomé

¹⁸ Seu João, 44 anos ex-funcionário da Del Monte.

empresa e ainda tirava da gente e a gente falava que ele só dava um atestado quando tava quase morrendo aí era que ficava bom prá ele na empresa porque a Del Monte queria era um médico assim [...] acontecia isso, tudo era muito mais difícil pro peão.(Informação verbal¹⁹)

Considerando as diversas situações vivenciadas no trabalho do campo das referidas empresas, há que considerar que sempre permanecem outras questões que jamais serão citadas pela profundidade de suas violações, como são os casos de assédios e outras formas de violência e ameaças que esporadicamente saiam durante as conversas. Resume-se que as ações das multinacionais nos trazem presente que o desenvolvimento propagado por essas empresas sempre será o fetiche acordado coma as lideranças estaduais e locais, para iludir uma gama de trabalhadores desempregados nas diversas regiões em potencial para expansão do agronegócio. Nessas condições, as corridas mercadológicas das *commodities* vão buscando os mais amplos canais de escoamento de suas produções e essas frutas vão galgando mundo a fora como “frutas brasileiras produzidas com qualidade”, quando na verdade estão exportando as águas, as riquezas, a dignidade e acima de tudo o direito à vida no campo.

2.3 Banesa e Frutacor

A Chapada do Apodi é território de conflitos e contrastes com a territorialização do capital no campo representado pelo agronegócio nas ações das corporações agroindustriais e extrativistas em nossas terras. Esta forma de apropriação da terra e exploração dos trabalhadores pela Del Monte e outras empresas de capital nacional e internacional em vastas extensões das terras cearenses e potiguares tem pela frente uma enorme população camponesa em número e vontade de resistir.

O acampamento Zé Maria do Tomé é nosso exemplo. Nesta parte, discutimos a atuação das empresas nacionais, seja no ramo agrícola, animal e como também mineral nas quais redinamizaram o cotidiano camponês e constroem suas riquezas e acumulações diversas sob a égide da exploração as custas da expropriação de diversos camponeses de suas terras e comunidades sendo condicionados a venderem suas forças de trabalho como a única garantia de sustento. Nesse caso, refletimos sobre a atuação da empresa nacional a Tropical Nordeste Fruit Agroindústria Ltda, localizada no distrito de Tomé em Limoeiro Do Norte – CE, tem como atividade principal a produção de banana e criou a BANESA em sociedade com investidores irlandeses através da Fyffes Pineapples Limited com a brasileira Nolem. Esta

¹⁹ J.L.de C.F. 46 anos, comunidade de Tomé. Ex-funcionário da Delmonte.

rede aparece como BANESA, veja as figuras 8 e 9, na entrada da área de plantio da referida corporação.

Figura 8 -Entrada da área da Empresa BANESA



Fonte: Arquivo do autor., 2017

Figura 9 - Bananicultura na empresa BANESA.



Fonte: Arquivo do autor., 2017

Esta rede utiliza recursos de investidores estrangeiros para ampliação de suas produções. São essas relações estabelecidas com capital internacional que têm expandido a bananicultura para exportação, que segundo reportagem do Diário do Nordeste, em 2005, o Ceará entrou no mercado externo como segundo maior exportador de banana do Nordeste. Durante as últimas audiências, por causa do acampamento Zé Maria do Tomé, em que participei na condição de pesquisador e militante do MST, lembro-me das palavras de Edson Brok, sócio majoritário da Tropical Nordeste, ao se referenciar que a região deveria agradecer ao governo do Estado, porque graças a ele a BANESA estava na Chapada do Apodi gerando empregos para muitas famílias naquela região. Perguntei quantos empregos gerava, ele respondeu:

estamos com uma área de 320 hectares e geramos emprego para 320 famílias, mais é por isso que vim para esta reunião porque tudo isso que estamos fazendo não é pouco é muita gente empregada e nós não queremos confusões com você queríamos que só que resolvesse essas questões no canal porque aí se nós diminuirmos as áreas diminui os empregos né, olha eu queria que vocês entendessem que eu não tenho raiva de vocês sem-terra, mais eu não posso pagar água pra vocês, eu não pedi para vir para a Chapada eu fui convidado por isso sou empresa âncora e somos genuinamente brasileira, nós estamos aqui porque fomos solicitados para contribuir no desenvolvimento regional, nossa tarefa é produzir e gerar empregos [Informação Verba²⁰]

²⁰ Palavras de Edson Brok, sócio majoritário da Tropical Nordeste.

Sob estes discursos de emprego e desenvolvimento regional por “empresas nacionais” sobrevivem os camponeses da Chapada do Apodi. Frente a impossibilidade de ter acesso aos dados das participações das empresas envolvidas, mas a partir de informações secundárias, demonstramos neste trabalho a presença de capital estrangeiro.

Esta rede conta com vantagens que o governo brasileiro sempre oferece, como afirmando na avaliação do presidente da Fyffes Internacional, Coen Bos: as terras férteis e a logística estão entre os pontos positivos da proposta do projeto cearense. Estas condições foram determinantes para que a empresa irlandesa formasse sociedade e investisse seu capital em parceria com a BANESA em solos cearenses. Não temos dúvidas que essas empresas não pensam do mesmo modo sobre as condições dos trabalhadores, nem sobre as condições ambientais, o que te importa é ter commodity exportada e seus lucros garantidos. Ficam sempre ocultas as injustiças que são cometidas junto a cada caixa de banana exportada. Os anúncios que as mídias trazem estão sempre a serviço de um modelo de desenvolvimento que serve classe capitalista.

A banana é a fruta mais consumida no mundo e responde por 37% do volume de frutas frescas comercializadas entre os países. Ela é uma das seis frutas da pauta cearense que têm como foco o mercado externo. Dados da SEAGRI revelam que o Ceará já é o maior exportador de abacaxi do País, o segundo maior exportador de melão. Convicto do potencial da banana, a expectativa da secretaria é de que, já no próximo ano, ela seja a terceira fruta da pauta de exportação do Estado (DIÁRIO DO NORDESTE, 2005).

Assim são anunciados pelos diversos meios de comunicação para atrair os diversos investidores, com isso a dominação do capital internacional vai penetrando nas regiões selecionadas para produção de *commodities*. Como por exemplo: a empresa FRUTACOR também anunciada como geradora de empregos e demais benefícios para a região está instalada sobre a Chapada do Apodi há 20 anos a partir do seu idealizador, o empresário João Teixeira, um engenheiro civil de formação que investe fortemente na região na fruticultura irrigada, considerado principalmente pelos investidores empresários como um dos maiores produtores de banana no Brasil e um dos líderes do agronegócio no Estado do Ceará.

Um aspecto característico da referida empresa é a sua eficiência quanto aos sistemas de irrigação localizada (gotejamento) com altos sistemas de filtragem, e automações, baseadas por uma parceria junto a NETAFIM empresa de Israel, que trabalha a parte da irrigação e por adaptarem todas as suas infraestruturas as tecnologias modernas, vindas das inovações e experiências da referida empresa israelense, o qual lhe deu um suporte na implantação de suas áreas numa parceria de monitoramento e funcionamento dos sistemas e demais

especificidades das tecnologias que firmaram uma parceria por 20 anos, tudo isso fez com que a FRUTACOR se tornasse pioneira na agricultura irrigada.

Inicialmente numa grande parceria com a NETAFIM com gotejamento em banana numa área de 380 hectares com sistemas de irrigação localizada, nas unidades, de Cercado do Meio em Quixeré, no Tabuleiro de Russas, em Apodi, e Limoeiro do Norte. A mesma trabalha fortemente com uma precisão na aplicação e distribuição de água nas culturas, com um ótimo monitoramento e automação dos sistemas, esses permitem realizar as devidas alterações de acordo com as exigências nutricionais das plantas, a necessidade hídrica das culturas. Há um outro aspecto diferencial que está na eficiência da fertirrigação, ou a nutrirrigação, acesso remoto, com base no sistema irriwise, com uma totalidade de repetições em 20 vezes ao dia e a cada 50 minutos são lançados pulsos, trazendo assim vários benefícios na eficiência de irrigação, sistema nutricional, controle do clima e temperatura, manutenção da umidade do solo evitando a não lixiviação e desperdício do adubo, entre o outras vantagens [...] (NETAFIM BRASIL, 2014)

Nesse sentido, durante alguns anos, por exemplo, em 2011, o proprietário João Teixeira, afirmava em entrevista que o Ceará estava numa posição entre os primeiros do Brasil em exportação, consideravelmente pelo advento das expansões da fruticultura, e mais precisamente o caso da bananicultura que no referido período ocupava o primeiro lugar em exportação, isso acompanhado do melão e da melancia. Trata-se de uma gigantesca produção de *commodities*, bancada por políticas públicas de interesses do capital financeiro e internacional, tendo em vista que a referida empresa prioriza o atendimento ao mercado nacional, com abrangência em quase todos os estados da federação. Por se tratar de uma empresa que investe em pesquisas e comportamento das diversas variedades de banana sobre as condições de clima, fertilidade de solo e outras variáveis da Chapada do Apodi, a mesma vem implantando áreas com variedades mais comerciais, a banana pacovan, mais também variedades do grupo prata, nanica entre outras cultivares adaptadas. Nesse sentido, afirma-se que para além da adaptação a referida empresa adota cultivares resistentes as doenças mais comuns na bananicultura, dentre elas a sigatoka negra, sigatoka-marela, o mal-do-panamá, broca do rizoma, nematoides e outras doenças.

Uma característica a ser destacada com relação á referida empresa está no trato com algumas famílias ao qual chama “carinhosamente” de produtores parceiros com ênfase na integração como garantia de produção nos padrões da demanda de mercado internacional, como mostrou a Revista Globo Rural em sua edição de número 296 de Junho de 2013 que afirma ser uma “parceria exemplar” e enfatiza as diversas relações que se estabelecem sobre essas condições de integração. Nesse cenário o referido pacto faz parte de uma apropriação dos grandes produtores junto às negociações estratégias e de direcionamentos políticos junto a

SEAGRI e governo do Estado, tendo em vista que estas experiências foram subsidiadas a partir do Programa Caminhos de Israel e que dentre os beneficiários estão os pequenos produtores associados. O mesmo criaria condições para implantação de até 7.000 hectares irrigados nos diversos municípios do programa com direito as perfurações de poços em pequenas profundidades nos rios temporários entre outras ações de geração água no nordeste semiárido, só que sempre na perspectiva do associativismo e com pequenos produtores.

Nessa condição há um oportunismo dos médios e grandes produtores que pelo seu poder aquisitivo, relações políticas e infraestruturas que dispões exerce influências nas formas de organizações dos pequenos produtores irrigantes que por sua vez vão construindo essas relações de autoridades que consolidam as devidas parcerias junto ao Estado em nome das associações de irrigantes do Distrito Irrigado Jaguaribe Apodi- DIJA que na época dispunha de 360 irrigantes com lotes de 4,6 e 8 hectares distribuídos em quinze associações.

Neste caso, os empresários foram contemplados com grande parte dos recursos para suas áreas irrigadas com custos bancados com recursos públicos.

[...] O governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Agricultura Irrigada - SEAGRI, concebeu o Projeto Caminhos de Israel como uma forma de incentivar uma moderna agricultura irrigada a serviço do pequeno produtor cearense ... Desenvolver a agricultura irrigada através de projetos que valorizem o associativismo, que possam se sustentar sozinhos, e que se responsabilizem por seu próprio funcionamento. [...] é prioritário melhorar as condições de vida do pequeno empreendedor rural e profissionalizar sua atividade, proporcionando equilíbrio financeiro de forma sustentada o ano todo [...] a missão é tornar a agricultura irrigada competitiva e sustentável, para a melhoria de vida dos pequenos produtores rurais organizados (Diário do Nordeste, 2003).

O proprietário da FRUTACOR começou sua parceria disponibilizando suas tecnologias para os agricultores familiares. Inicialmente havia uma espécie de assistência mais localizada, tendo em vista que a parceria necessitava de garantia de fornecimento de mercadoria submetido aos ditames do fornecedor de tecnologias melhoradas para sua produção, ou seja, os custos destes serviços eram acertados de acordo com as negociações sobre a produção.

No começo foi muito bom com eles, porque tinha o programa do governo viu, mais muitas vezes a gente não sabia direito das coisas mesmo, esse negócio de plantar pra dar mais, as mudas, as pulverizações que tem os venenos né, e o avião né porque só matava as praga com avião né aí ele alugava prá nós, tudo era ele que ajudava agente, nós só pagava no final viu, isso que era bom no começo, mais ele cobra muito, muito mesmo, a FRUTACOR é uma empresa boa mais ela cobrava né porque num plantei mais lá, só que era 10% da nossa produção, nós pagava pelo pacote né, mais

depois como nós já tinha que se virá, muitos não aguentava pagar mais isso aí, foi desistindo e ia abandonando ou arrendando os lotes e tá aí muitos lotes e dele do João Teixeira, dele assim né porque agente num passou papel mais ele quem planta viu, depois esse 80 programa só deu pros grande (Informação verbal²¹).

Na atualidade há um número menor de parceiros, mais que possuem uma área considerável e uma boa produção e qualidade, pois adquiriram essa experiência. Nessas condições, a FRUTACOR entrava com assistência técnica, garantia de mercado e liquidez nos pagamentos até porque se tratam de uma relação comercial, que condiciona os camponeses a ofertarem seus produtos submetidos à dinâmica do mercado, dificultando demais a vida do pequeno produtor, gerando dependência. A empresa FRUTACOR tem ampliado seus investimentos em áreas de fruticultura irrigada com integrações nas unidades de Lagoinha (Quixeré-CE) em torno de 200 hectares, Cercado do Meio (Quixeré-CE), em torno de 200 hectares a unidade do Jaguaribe-Apodi (Limoeiro do Norte-CE), em torno de 300 hectares e a unidade de Tabuleiros de Russas (Russas-CE) com 300 hectares, esta por sua vez além da banana, possui outras áreas dentro do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas onde realiza experiências com outras frutas, no caso da citricultura possui 200 hectares entre limão e laranja, áreas de goiaba, acerola, uva, cacau entre outras, utilizando tecnologias agroindustriais para competir nos mercados internacionais.

Nesse sentido, a empresa tem se tornado referência no mercado internacional com grandes produções e tecnologias, chegando a ser considerada pela Confederação Nacional dos Produtores de Banana-CONABAN como uma das maiores produtoras por hectare.

[...] de acordo com Alcimar Santos, a empresa FRUTACOR dispõe de 1.200 hectares de terras distribuídas entre o projeto Jaguaribe Apodi e Tabuleiro de Russas, está com uma produção semanal girando em torno de 1.000.000 de toneladas, a empresa FRUTACOR é responsável pelo abastecimento em várias capitais do Norte e Nordeste do país e agora com mercado em crescimento na região sudeste do país (TV Jaguar, 2013).


Nessas condições com o Estado subsidiando as grandes produções com perímetros públicos de irrigação, essas empresas do agronegócio dominam a região e exerce influência sobre as condições de vida da população local, trazendo consigo um dinamismo imposto pelo produtivismo. Nesse turbilhão de mudanças inserem-se os camponeses que por mais que resistam são engolidos pelas transformações que empresas promovem. A FRUTACOR também constrói suas bases com lotes arrendados e as parcerias exercidas com controle da

²¹ Entrevista realizada no trabalho de campo realizado em setembro de 2017, na casa do agricultor familiar A.J de S. Lima, 54 anos um dos ex-irrigantes do DIJA, na Comunidade Cabeça Preta.


produção e relações mercadológicas que tornam os produtores dependentes gerando conflitos, como foi a luta do camponês Zé Maria do Tomé cuja morte tem relação com conflitos com a referida empresa.

As produções da fruticultura irrigada trazem em si a carga de expulsão de camponeses de seus territórios, o adoecimento da população exposta aos venenos e a exploração, como os conflitos que envolveram Zé Maria do Tomé, produtor, ambientalista e ex-irrigante do Projeto Jaguaribe Apodi que por sua vez lutou incansavelmente para que não se poluíssem rios, não


Figura 10 -Reportagem do Sind Justiça sobre os acusados do assassinato do Zé Maria do Tomé.



**Sind
Justiça
Ceará**
Sindicato dos Servidores
do Poder Judiciário
do Estado do Ceará



www.sindjusticaceara.org.br

Imprimir 

Últimas | SindJustiça Ceará - 20/07/2012

Banana do agronegócio é irrigada com veneno e sangue



Nota do Movimento21 sobre os Acusados do Assassinato de Zé Maria do Tomé

Diante de tanta impunidade, a organização e unidade dos movimentos sociais conquistaram uma importante vitória: a 1ª Vara de Justiça em Limoeiro do Norte recebeu na terça-feira (26) o pedido cautelar de prisão e a denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual contra os acusados da morte de Zé Maria do Tomé, liderança comunitária executada em 21 de abril de 2010.

Como o **Movimento21** já anunciava, o agronegócio é o acusado pelos 25 tiros que tentaram silenciar a voz que denunciava os crimes socioambientais cometidos na região pelas empresas da fruticultura irrigada. As denúncias de Zé Maria sobre os conflitos de terra e sua luta pelo fim da pulverização aérea de agrotóxicos atingiam diretamente os interesses dos acusados, representantes da elite econômica e política do Estado do Ceará.

Foram dois anos e três meses de pressão, mobilização e luta para que o caso fosse investigado, esclarecido e revelado e, finalmente, podemos apontar que o AGRONEGÓCIO tem nome, rosto e endereço. São acusados pelo bárbaro crime: João Teixeira Júnior, proprietário da empresa de bananas Frutacor, José Aldair Gomes Costa, gerente da empresa, Antônio Wellington Ferreira Lima e Francisco Marcos Lima Barros, moradores da região.

De longa data, Zé Maria e as comunidades da Chapada do Apodi enfrentavam as várias faces da violência do agronegócio, denunciando a utilização irresponsável de agrotóxicos pelas empresas, que contaminam as águas e assassinam lentamente os moradores, agricultores e trabalhadores da região, obrigados a conviver com essa situação de injustiça e a ingerir suas doses diárias de veneno. Denunciavam também a expropriação das terras dos camponeses da região do Baixo Jaguaribe, em

Fonte: <http://sindjusticaceara.org.br>

pulverizassem as pessoas e que libertassem suas terras. Essa resistência deu origem a sua morte que jamais os camponeses esquecerão, por seu legado no qual o proprietário João Teixeira Junior aparece como mandante de tal atrocidade.

A empresa FRUTACOR na Chapada do Apodi é defensora de um modelo de desenvolvimento que assassina trabalhadores, ou como mostra a reportagem do sindicatos dos servidores do poder judiciário do Estado do Ceará, o SIND JUSTIÇA Ceará, que destaca em sua página principal (figura 10) que *“banana do agronegócio é irrigada com veneno e sangue”*, esse destaque em sua página mostra que a agricultura empresarial está a serviço do capital.

Por sua vez a empresa FRUTACOR segue produzindo em terras que pertenciam aos camponeses exportando também a dignidade de camponesas e camponesas que resistem em suas comunidades tradicionais e na condição de acampados, que por sua vez também seguem denunciando o modelo de exploração e morte sobre a Chapada do Apodi implantado pelas empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, e como ferramenta de resistência os camponeses vão dando continuidade à luta do Zé Maria do Tomé. Por fim, mesmo tendo o campesinato cercado pelas contradições teima em resistir à estas facetas capitalistas inserindo – se no enfrentamento contínuo e buscando precariamente sua reprodução.

3 O CAMPESINATO NA DISPUTA TERRITORIAL DO PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE-APODI

3.1 A Agroecologia como modelo de Desenvolvimento Camponês

O camponês em nossa análise é uma categoria de trabalhadores do campo que descendem das várias formas de resistências e reproduções, dada a uma realidade onde a propriedade privada tem concentrado extensos monocultivos causando expulsões e expropriações destes camponeses. Contudo estes trabalhadores têm se tornado determinantes na construção e disputas de algumas políticas de desenvolvimento para o campo, com foco na agricultura familiar e camponesa, no caso de Brasil os trabalhadores organizados na Via Campesina são exemplos destas disputas junto ao Congresso Nacional, nos ministérios e demais segmentos das esferas governamentais. Sua trajetória de adaptação resistência ou subordinação muitas vezes se dar com vistas na manutenção da agricultura como essência de sua condição existencial, com isso, é que vemos a formação da grande marcha do campesinato mesmo na precariedade e na negação forjar sua reprodução.

Quando nos remetemos à história social do campesinato, há traços de sua formação como ser histórico dessa classe que se percebe nos processos da formação brasileira, seja pela sua miscigenação, seja pelas diversas formas de organização desses sujeitos que iam se formando a partir das expropriações camponesas que por sua vez tendiam a se inserir nos processos de ocupações e disputas territoriais. Se analisarmos escritos de Carvalho:

O campesinato sobrevive no Brasil em proporções e densidade muito diversificadas segundo as regiões e segundo suas modalidades. A referência ao campesinato sempre foi a referência à Europa continental Ocidental; é lá que os governos foram buscar os colonos quando findou o regime escravagista; estes se fixaram, sobretudo no Sul e no Centro-Sul do país, regiões mais próximas da Europa em termos ambientais, onde deram origem a um campesinato original. Daqui em diante o “tipo ideal brasileiro” do campesinato se tornou o campesinato do Sul e Centro-Sul. É esta referência que orientou todas as políticas públicas brasileiras para o campesinato - quando houve! Inclusive as políticas recentes de colonização. O Norte ficou o refúgio dos camponeses atrasados, os “caboclos” (CARVALHO, 2004, p.80)

No intuito de contribuir na discussão e buscar compreender o processo histórico de formação do campesinato, suas características e especificidades, reiteramos a contribuição teórica de Fernandes (2003), quando nos coloca que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito (FERNANDES, 2003. p. 279-280).

Como parte integrante da referida pesquisa, remete-se a caracterizar brevemente esse modo de vida camponês, que no território brasileiro pretende-se focar mais especificamente as origens de um campesinato que se forja na resistência a sujeição imposta pelos perímetros irrigados na Chapada do Apodi no Ceará, por se tratar de uma realidade agrária de características mais regionalizadas não descartando que as diversas formas de dominação e poder capitalista mercantil sobre os territórios agrários brasileiros que também tiveram seus tentáculos sobre bases de manutenção da propriedade privada e utilização de escravos como construtor de suas riquezas. Trata-se de mencionar um campesinato que nos diversos espaços de reprodução vêm buscando construir em suas resistências o seu modo de vida e produção, disputando águas e terras a serviço do campesinato.

Em meio às formas que originaram o campesinato brasileiro, tem suas significâncias com base na produção dominadas pelos coronéis e oligarcas da época, mais parafraseando com Godoi (1999), reflete-se que no caso desse surgimento em nossa região, uma marca camponesa histórica sofrível das relações escravocratas provém das antigas zonas agroexportadoras, nas quais se instalaram os diversos engenhos de cana-de-açúcar, as vastas áreas algodoceiras e cafeeiras.

Nestas iam se formando os arranjos entre os proprietários e foreiros, colonos e arrendatários, abrangiam também os camponeses que moravam no interior das propriedades, os quais originaram os núcleos de camponeses nos arredores destas propriedades, sejam eles residindo em “terras livres ou apossadas”, chamavam-se assim já que este período, segundo Godoi, após a abolição das sesmarias as posses passam a abranger extensas fazendas, por isso, juridicamente este termo não significa a apropriação de terras apenas por pequenos agricultores, visto que este modo de apropriação foi também utilizado para a demarcação de extensas áreas pelos empreendedores capitalistas (1999, p. 47).

Reafirmando também esta condição situa-se que os camponeses, ou melhor, as relações estabelecidas em grande parte do rural brasileiro naquele período norteavam-se pelos princípios da *plantation*, na ocasião Herédia aponta que no Nordeste açucareiro este

campesinato, desde seu nascimento esteve como categoria necessária para seu estabelecimento, a condição de subordinada à plantation (1979, p. 31).

Mesmo assim a construção de outra matriz de produção para o campo não deixou que esses camponeses fossem intimidados, pois sempre ocorreram na história da luta pela terra as diversas insurreições de camponeses contra esse modelo de desenvolvimento que sempre teve base na exploração de escravos ou de trabalhadores que não tinham a posse da terra. Nessa perspectiva, a construção do termo campesinato, passa pelas diversas formas de organização, costumes, culturas, crenças, religiosidades e mais ainda como categoria política em que materializa sujeitos políticos a partir de suas lutas sociais.

Em nossa percepção, quando nos remetemos a conceituar o camponês como esse sujeito político, que se expressa nas resistências e suas rebeldias, como também suas formas históricas que materializam essa caracterização quando nos relacionamos às lutas sociais. Esses camponeses trilharam às margens da produção em grande escala, para exportação com envenenamento das fontes hídricas e a alta salinização de nossos solos, pois se desenvolviam em condições extremas, muitas vezes de isolamento por buscar uma forma de considerar-se “livre”, para se recriar ao seu modo e permanecer existindo na realidade brasileira. A esses camponeses que se permitem estarem ativos e em movimento, Fernandes em seus estudos nos diz que:

A formação do campesinato não acontece somente pela reprodução ampliada das contradições do capitalismo. A outra condição de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. É por meio da ocupação da terra que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da lógica do capital (Fernandes, 2000, p. 279 et seq.). [...] A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo (FERNANDES, 2005. p.180).

Trago também as reflexões de Oliveira (2007) sobre as suas análises das recriações camponesas, pois estamos diante de um campesinato que conflita cotidianamente para seguir existindo e vivendo como camponês, que se reproduz em suas resistências nas diversas contradições no modelo de produção agrícola vigente. Camponeses em que sua recriação é um processo dinâmico na constituição da humanidade.

A luta pela terra que o campesinato tem deflagrado é uma luta pela sua recriação. Recriação, porque se dá mediante processos não-lineares dentro de sua reconstituição histórica, ou seja, atravessa descontinuidades. Esta é

uma categoria social constitutiva de várias sociedades, e a “estranha classe” constitutiva do capitalismo. Traz em si um tempo próprio de existência, dado pelas lógicas internas que estruturam seu modo de vida, da mesma maneira que responde de formas variadas à lógica social mais ampla. É como se o campesinato vivesse dentro de um processo constante de morte e ressurreição e, nesse movimento, conseguisse descrever a sua trajetória de sujeito histórico (OLIVEIRA, 2007. p. 264).

Sempre existiu na história um campesinato que se rebelou em diversos tempos históricos, sendo esta rebeldia que se materializava no enfrentamento as investidas do capital nas suas diferentes formas, desde a luta pela terra, confrontos com o latifúndio e contrário ao agronegócio buscando resistir mesmo com suas expansões. Na maioria das vezes na sua reprodução vai construindo dialeticamente relações não capitalistas com base no trabalho no âmbito familiar que fortalece a autonomia camponesa através das ações coletivas, de autosustento, de respeito à biodiversidade, no diálogo de saberes e acima de tudo na autoorganização camponesa que se manifesta nas várias experiências agroecológicas.

É possível identificar o campesinato como uma categoria histórica integrada a um específico modo de uso dos recursos naturais, por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica desses recursos, onde o objetivo essencial das relações sociais é a satisfação das necessidades materiais e produção de bens com um valor de uso histórico e culturalmente dado, mediante o consumo de uma quantidade de energia, instrumentos de produção e o emprego de um saber. Por isso, a agroecologia se identifica como o genérico do campesinato na história a sua forma de trabalhar e o conhecimento que a sustenta com relação ao manejo dos recursos naturais (*apud* GUZMÁN e MOLINA, 2005)

Nesse cenário trazemos presente a agroecologia como ponto de partida essencial para a consolidação de um modelo de desenvolvimento galgado na resistência e na auto-organização camponesa como estratégias e táticas de se reproduzir em meio às disputas territoriais desiguais.

Esse modelo de produção se constrói no exemplo de vida no campo que prima pela permanência do campesinato em condições de se reproduzirem como tal, onde as relações estabelecidas na luta pela sobrevivência contemplem a autonomia e a liberdade. Não se constrói um território em transição agroecológica com total dependência e com o aprisionamento das terras e das águas.

A transição do modelo de produção que estamos buscando construir está na contramão do agronegócio vai contra o modelo de morte (SOSA *et al*, 2012) que prioriza o monocultivo das grandes corporações. O campesinato, na perspectiva agroecológica, é mais do que uma categoria histórica ou sujeito social, é uma forma de manejar os recursos naturais vinculados

aos sistemas agrários locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, o que gera distintos graus de “camponesidade” (GUZMÁN e MOLINA, 2005).

Contrariando a hegemonia da produção capitalista, relaciona-se profundamente esse modo de vida ao fazer agroecológico como tentativa de amenizar efeitos tão danosos a saúde da população envolvida no território pesquisado, vislumbrando suas características organizativas e produtivas como continuidade de um campesinato que se ramifica mais não desaparece, onde a sua resistência é uma resposta prática de que a produção de alimentos saudáveis será sempre uma certeza de que a humanidade precisa de outro modelo de desenvolvimento.

Como mulheres, homens, idosos e jovens, camponeses, povos indígenas, trabalhadores rurais sem terra, pastores e outros povos rurais, estamos lutando para defender e recuperar nossa terra e territórios, para preservar nosso modo de viver, nossas comunidades e nossa cultura. Também estamos defendendo e recuperando nossos territórios por causa da agricultura camponesa agroecológica que neles iremos praticar, como alicerce na construção da soberania alimentar, e é a primeira trincheira em nossa defesa da Mãe Terra. Estamos comprometidos com a produção de alimentos para as pessoas de nossas comunidades povos e nações [...] (ROSSET, 2017 p.83).

Na construção da transição agroecológica como a defesa dos territórios de existência camponesa, reside a resistência aos projetos de expulsão e destruição dos espaços de cultura e modo de vida camponês. Faz-se necessário fortalecer a produção de alimentos saudáveis por acreditar que a soberania alimentar deve passar pelo direito à alimentação mesmo em condições extremas das condições climáticas ou crises geradas pelo capitalismo acumulador, pois a humanidade necessita da agricultura camponesa e de suas ações coletivas que organizem o campesinato na produção agroecológica.

Numa construção coletiva os camponeses (as) do Acampamento Zé Maria do Tomé, são pertencentes a Via Campesina por estarem ligados a organizações que a compõem, nesse sentido tem se construído junto ao campesinato a tarefa de realizar as possíveis interações da prática agroecológica com o seu dia a dia de produção no acampamento, na qual temos tomados como exemplo a “pedagogia da inveja”, ou seja, numa forma de “mudanças em confiança no que vejo” vamos desenvolvendo o nosso modelo desenvolvimento camponês com aqueles (as) que madrugam nos campos de produção familiar e camponesa com os ideais de um novo projeto para o campo e para a sociedade.

Por isso dizemos que a agroecologia tem se caracterizado como uma construção estratégica e necessária que tende a atingir uma escala a cada dia mais crescente, por não se

tratar apenas de adotarmos uma matriz tecnológica sustentável, mais sim que incorpora em sua concepção um modo de vida, no qual envolve as dimensões políticas, culturais, econômicas, ambientais, sociais e éticas. Uma multidimensionalidade que trata da real produção a serviço da vida e da humanidade.

3.1.1 A agroecologia foi o que nos salvou aqui ... pode acreditar!!!

Eu digo assim, que a agroecologia foi quem nos salvou, porque sempre que nós somos ameaçados de despejo nós estamos sempre mostrando pras autoridades que nós estamos aqui porque queremos a agroecologia, porque queremos produzir pra nos alimentar, e se alimentar do que nós produzir, e nós sabemos produzir do nosso jeito e com nossas condições, mais sabemos que nós pode comer viu [...] e como nós não temos terra né [...] e nós só faz agroecologia se tiver essa terra aqui da Chapada é por isso que eu digo que tem nos salvado [...] pode acreditar!! (Informação Verbal²²).

Partimos de uma realidade em que os camponeses da Chapada do Apodi ao conseguirem acessar a terra, tiveram que resgatar em suas vidas as formas de produzirem anteriormente em que os insumos químicos, a condição de pagar trabalhadores, a pulverização aérea, os preços altos de água, energia entre outras questões não eram relevantes e nem acessíveis as suas condições de produção.

Refletimos as condições de negação de um campesinato que trabalhava sempre nas condições de pequeno produtor, sitiante, vazanteiro, entre outros e sempre com suas técnicas rudimentares, ou as acessíveis, porque os camponeses “sempre se viram com o que tem”, ou seja, desde o preparo do solo até a colheita cada camponês labuta em suas áreas com condições locais e infraestruturas existentes que possuem, o que é sempre importante é que garanta a produção mesmo que em pequena escala, as vezes não é possível comercializar por não haver excedentes, mais que seja baseado em seu sustento, onde os mesmos se ajudavam em solidariedade camponesa.

É fato que na Chapada do Apodi estas dependências externas dos camponeses passam a existir com a expansão do agronegócio e suas formas de individualizarem os produtores em seus processos de organização da produção, que passam pelo incentivo a centralidade no monocultivo envenenado individual e competitivo. No caso da experiência do Acampamento Zé Maria do Tomé, os desafios são ainda maiores, pois além de fortalecer as experiências

²² Trechos de conversa realizada na residência da camponesa Mônica, Moradora do Acampamento Zé Maria do Tomé, durante a realização de trabalhos de campo no acampamento, em período de difíceis negociações junto ao DNOCS, quando a mesma relatava a importância da agroecologia para nós continuar produzindo alimentos saudáveis e que podemos comer dele, porque estabelecia confiança no que se produzia, por ser responsável direta pelo cultivo em suas áreas.

junto aos camponeses, é necessário construir estratégias que reforcem o acesso às políticas agrícolas com foco na produção agrícola de base agroecológica, pois a ideologia das grandes corporações na Chapada do Apodi disputam terras, águas e consciências do campesinato com a imposição da produção de commodities.

Essa concepção de uma agricultura convencional “que não deve nos convencer” tem buscado de todas as formas fazer a defesa de uma única agricultura possível de produzir alimentos, por sua vez inserindo todos os camponeses no mesmo bojo. Buscando convencionalmente inculcar esses valores empresariais nos ideais camponeses de que a agricultura só existe com monocultivos e muito veneno, se não nada se produz. Mesmo sabendo que as investidas são fortes nessa realidade.

O modelo convencional da agricultura industrial baseado em monoculturas e insumos agroquímicos tem raízes profundas, mesmo entre o campesinato. Décadas de propaganda comercial, assistência técnica convencional, requisitos de programa de crédito, somado a um sistema educacional em todos os níveis, fizeram com que o modelo convencional parecesse normal e até mesmo desejável (ROSSET, 2017, p.86).

Mesmo com a forte expansão do agronegócio no mundo mais em vários espaços camponeses há seus focos de resistência a esse modelo, mais um dos entraves a essa disseminação e experimentação mais abrangente não dar-se ao fato de não termos muitas alternativas, mais ainda nos falta um processo social e organizativo que seja impulsionador dessa adoção, pois temos visto que as experiências exitosas e que conseguem ser replicadas em outros territórios só se conseguem iniciar a transição quando se constatou a adoção daquela forma de produção junto aos camponeses, isso vale para os diversos processos de promoção social da transição agroecológica.

Aqui prá nós do acampamento no começo nossa sorte foi os cursos do Chico viu, que foi um rapaz que a Cáritas de Limoeiro trouxe pra dar uns cursos aqui prá gente e daí a gente começou acreditar, mais também agente foi na casa dele viu, pra ver se lá funcionava, mais foi com esses exemplos de vários tipos de defensivos, consórcio de culturas várias coisas diferentes que aqui nos perímetro da Chapada a gente não vê e num faz né ... mais o problema maior é que eu tenho que fazer e meus vizinhos também porque se não a gente não consegue viu, mais eu acredito na agroecologia ela tem nos ajudado muito aqui (Informação verbal²³)

Nesse sentido, trazemos presente à importância das experiências coletivas entre os camponeses, pois sabemos que seu entusiasmo de experimentador, testador com o encontro de

²³ Agricultor Acampado “Negão” – Participante do curso de Práticas Agroecológicas e do intercâmbio em 2016.

algumas alternativas advindas das engenharias e as demais ciências afins que vão gerando os processos de valorização e resgate dos saberes, e é nestas relações que se estabelecem o convencimento, a socialização das práticas e seus aprendizados e é lá no campo do fazer e do sentir que se consegue ir aprimorando as mudanças e contagiando entre os camponeses a multiplicação daquilo que está dando certo. Como nos diz Rosset (2017), que o intercâmbio e o diálogo de saberes são fundamentais para a transmissão horizontal da agroecologia entre camponeses e camponesas.

É fato que a agroecologia é vista como uma ciência muito importante na atualidade, se considerarmos no marco do aperfeiçoamento das tecnologias sociais e sustentáveis que tem buscado acompanhar na atualidade o mundo da produção de alimentos saudáveis, pois mesmo que há tempos ela tem sido muito difundida em diversos territórios camponeses com base nas diversas alternativas, vemos que sua disseminação é algo que tende a dialogar com toda a humanidade com foco no direito à produção de alimentos que possam ser confiáveis para o consumo.

Nesse sentido vemos que a transição agroecológica tem ocorrido de forma incipiente, mesmo que consideramos que tem sido algo que vem ocorrendo de forma crescente, pois mesmo com a existência real de inúmeras experiências em transição agroecológica vemos que essas tentativas ainda estão longe de conseguir mexer na estrutura agrária. Mesmo assim destacamos a importância da construção dos territórios em transição agroecológica, pois é fato que as resistências camponesas no âmbito da agroecologia mesmo que em suas limitações tem sido expressão característica da necessidade real de uma mudança de produção no agrário brasileiro e mundial por se tratar de construir possibilidades sustentáveis de forma planetária na atualidade.

Faz-se necessário fortalecer as devidas experiências e a defesa dos territórios de produção sustentável e agroecológica, já que a agricultura química e industrializada tem iludido a população com a ideia de que é ela que alimenta o mundo, com produtos industrializados e pobres nutricionalmente e causando tantas doenças. Nesse sentido, trago presente algumas análises da ativista indiana Vandana Shiva, em uma de suas falas em entrevista sobre a alimentação com base na agricultura capitalista.

[...] a comida deixou de ser uma fonte de nutrientes e se tornou um produto, algo com o qual se especula e se obtém um benefício econômico. A comida é o maior problema de saúde que há no mundo, e também é o maior problema para a saúde do planeta. 75% das doenças e problemas do planeta e dos problemas de saúde da humanidade procedem de uma agricultura globalizada e industrial. A grande ameaça para o bem-estar do planeta e a

saúde de seus habitantes é a agricultura globalizada e industrial e a forma de produzir, processar e distribuir os alimentos (Jornal BRASIL DE FATO, 2018).

Quando afirmarmos que o Acampamento Zé Maria do Tomé se encontra vinculado a organicidade do MST, este por sua vez passa a ser acompanhado como responsabilidade do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente – SPCMA do MST do Ceará que tem buscado junto as famílias produtoras acampadas diversas alternativas para superar alguns desafios quanto a garantia de mercado junto as suas produções. Tendo em vista que a comercialização de nossas produções camponesas sempre são entraves profundos quando nos deparamos com as disputas mercadológicas, que muitas vezes são barreiras quase intransponíveis devido a exploração e financiamento estatal das grandes produções que conseguem seus custos de produção bem abaixo e ofertam preços inferiores.

Mesmo assim alguns mercados e feiras locais tem se configurado como esses espaços onde nossos camponeses têm conseguido escoar um pouco de suas produções e programar um pouco seu escalonamento de produção com vistas nas demandas locais até então asseguradas com as articulações das organizações parceiras, já que temos participado das feiras nos sindicatos de Russas e Limoeiro do Norte-CE, no instituto federal, na FAFIDAM, nas semanas de agronomia e agroecologia entre outros eventos locais e regionais.

Figura 11 -Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo. (a)



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Figura 12 - Feira Nacional da Reforma Agrária em São Paulo. (b)



Fonte: Arquivo do autor.

Nesse sentido, trazemos como exemplo às diversas feiras da reforma agrária, da agricultura familiar e agroecológicas (figuras 11 e 12) que tem divulgado a importância desta produção como a garantia de uma alimentação saudável que adentra a casa dos consumidores, sendo este um espaço de divulgação de nossas bandeiras de luta que é mostrar

pra sociedade que a reforma agrária dar certo e que os trabalhadores e trabalhadoras do campo produzem alimentos, preservam a biodiversidade, inserem as mulheres nos processos produtivos, resgatam culturas, saberes e dignidade.

Na estratégia de construir nossos espaços de defesa das nossas conquistas desde a terra e as suas produções, trazemos presente outra demonstração dessa construção que se dar na realização do plantio e da grande festa da colheita do arroz agroecológico nos assentamentos rurais do MST no Rio Grande do Sul (figura 13), o mesmo é reconhecido pelo IRGA – Instituto Rio Grandense de Arroz como o maior produtor de arroz agroecológico da América Latina, com foco nas experiências agroecológicas nas áreas de reforma agrária, vemos que o MST vem tentando expandir suas experiências e fortalecer os princípios agroecológicos no caso desta experiência, dados do setor de produção do MST-RS nos mostra que estão envolvidas quinhentas e uma (501) famílias, organizadas em setenta (70) grupos de produção, com produção em vinte e um (21) assentamentos localizados em dezesseis (16) municípios gaúchos.

Figura 13 - Plantio de Arroz Agroecológico no Assentamento Sepé-RS



Fonte: Arquivo MST, 2018.

Figura 14 - Embalagem do Arroz com a marca Terra Livre



Fonte: Arquivo MST, 2018.

Vale lembrar que os produtos das áreas de reforma agrária do MST possuem a marca “terra livre” (figura 14) em seus produtos, tudo isso numa estratégia de construir as possibilidades de acesso ao mercado sem negar a origem da produção camponesa em áreas de reforma agrária. Fortalecendo a ideia de que a construção do modelo de desenvolvimento camponês passa pela construção da agroecologia, e que a mesma possui parte de sua gênese atrelada a autonomia das sementes, por sua vez trazemos a experiência da produção de

sementes agroecológicas da BIONATUR²⁴ que tem disputado fortemente a defesa das sementes como patrimônio da humanidade a serviço da vida, entre tantas outras iniciativas que acontecem em nossas regiões se somam nesta direção, pois são estas e muitas outras experiências de organização da produção camponesa que vão materializando na prática a agroecologia como base da vida.

Figura 15 - Placa na residência de Dona Iracema em sua reafirmação territorial.



Fonte: Arquivo de campo, 2018.

Perfazendo essa breve trajetória de algumas ações em que o MST tem protagonizado em suas áreas de cultivo a organização da agroecologia camponesa, colocamos o Acampamento Zé Maria do Tomé neste cenário de desafios da transição agroecológica em que suas resistências tem sido marcos importante na disputa territorial pela terra de sustento, da água de produção e a defesa de uma reforma agrária em áreas irrigadas. Nessa condição os trabalhadores são essencialmente afirmadores de suas territorialidades como lugar de reprodução como camponês, aquele território que anuncia pertença e resiliência camponesa e acima de tudo de reafirmação de seu lugar de moradia como território de vida. Como nos mostra a figura 15,

²⁴ A rede de sementes Sementes Agroecológicas BioNatur é uma cooperativa de agricultores e agricultoras assentados pela Reforma Agrária, produtores de sementes de diversas espécies de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de produção de base agroecológica. A opção pela Agroecologia tornou a BioNatur uma experiência pioneira no Brasil e na América Latina. Esta experiência iniciada por 12 famílias assentadas nos municípios de Candiota e Hulha Negra, no Estado do Rio Grande do Sul, hoje envolve mais de 180 famílias, nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nosso principal objetivo é produzir e comercializar sementes agroecológicas que possam ser cultivadas, multiplicadas, conservadas e melhoradas pelos agricultores que as adquirem, expressando seu potencial produtivo e sua capacidade de adaptação às diferentes regiões do Brasil. Disponível em: <https://www.bionatursementes.bio.br>. Acessado em 14 de Abril de 2018.

onde a acampada Dona Iracema assegura sua condição de moradia e habita feliz sobre a terra conquistada e em transição agroecológica.

Sabemos que a luta em defesa da agroecologia acontece primeiramente no seio da cultura camponesa, que para além da saúde humana, denuncia um modelo de desenvolvimento que expropria trabalhadores, destrói a biodiversidade, envenena nossas águas mais em sua essência passa por um processo de conscientização real dos trabalhadores quanto uma readaptação aos cultivos sem tanto veneno, pois éramos camponeses produtores agroecológicos e sem esses gastos excessivos com fertilizantes, que com o advento do agronegócio condiciona diversos camponeses a mudarem seus modos de produzir.

Não foi algo totalmente perdido houve suas modificações com vistas á segurança alimentar das comunidades, condicionamentos do modelo de desenvolvimento que subordina os camponeses a uma lógica de produção entre outras causas, ainda assim há os camponeses que não se renderam, e resistem em seus lócus de produção agroecológica e contestação ao modelo, se confirmando nos escritos de ALTIERI (2012) quando nos diz que os camponeses sempre desenvolveram sistemas agrícolas bem complexos, diversificados e totalmente adaptados. O mesmo nos afirma que resistimos ainda mesmo com todas as ofensivas capitalistas.

Esses microcosmos do patrimônio agrícola ainda podem ser encontrados em nada menos do que 10 milhões de hectares, proporcionando uma série de serviços culturais e ecológicos para as populações rurais, mas também para a humanidade, tais como a preservação das formas tradicionais de conhecimento agrícola, de raças e sementes crioulas e de formas autóctones de organização sociocultural (ALTIERI, 2012. p. 159)

É nesse cenário que a agroecologia no Acampamento Zé Maria vai se manifestando, amparado também por uma situação em que as aquisições nos plantios de forma convencional têm se tornando uma atividade de altos investimentos, e na maioria das vezes por conta própria e de forma individual tem se tornado inviável para os camponeses irrigantes acampados e de baixa renda. Em sua maioria os camponeses têm adotado em seus cultivos o aproveitamento e reciclagem dos vários insumos contidos em suas áreas realizando as devidas trocas de energias e combates de pragas e doenças.

Eu mesmo tenho dito aos que chegam aqui prá me pedir alguma coisa pras pragas, que se fosse prá mim produzir usando os venenos que os empresários estão usando aí eu já tinha desistido, porque aqui eu uso o nim, a urtiga, o alho, o fumo essas coisas todas viu, os esterco eu não perdo nada, todos os restos de plantas eu aproveito e meu custo diminui total, porque no final o que eu colho já é meu sem ter que pagar nada pro depósito de veneno né [...] porque muitas vezes, nesses plantio maior sempre leva mais do que esperava porque sempre surge mais praga né, e

eu não teria como investir porque eu faço extrato de nim aqui e diluo em água eu uso e ainda doo pros companheiros usar nos deles, um litro dos veneno aí dos mais barato é bem 100 reais, então o que colho é meu lucro, e sei que não é com veneno que é o mais importante porque eu tenho filhos né [...] (Informação verbal²⁵).

É na agroecologia que vamos desconstruindo a ilusão das estratégias empresariais com os camponeses, de que a agricultura acabou, ou que agora é tudo agronegócio, não há mais cultura no modo de cultivar a terra, querem abolir esses valores ancestrais da agricultura e atribuir tudo ao dinheiro ou ao lucro. Mais seguiremos afirmando que a agricultura de base agroecológica é a cultura existencial da produção de nossos sustentos e vidas.

3.2 História do Acampamento Zé Maria do Tomé... *Essas Terras são Nossas!*

“Companheirada prá burguesia não tire o chapéu, mesmo que ela nos prometa o céu é falsidade quer nos enganar, grita sem-terra unido as forças ocupando chão mesmo debaixo desta repressão a nossa luta não pode parar”
(Trecho da Música: Não somos covardes- CD MST)

O acampamento Zé Maria do Tomé surge como um grito de repúdio as diversas injustiças ambientais e humanas que acometeram trabalhadores (as) na referida região, fatos estes que foram dando conta de ir explicitando periodicamente as mazelas e prejuízos causados pelas facetas da instalação do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, que por sua vez traz conseqüentemente a inserção das empresas do agronegócio na Chapada do Apodi.

Nesse sentido, os camponeses que vivem no referido território vão sendo submetidos às diversas expropriações por parte da hegemonia do modelo de implantação da agricultura de grande porte, com todas as suas tecnologias muitas vezes inacessíveis até os dias atuais pelos camponeses (como é o caso das irrigações pressurizadas de altas pressões e vazões) somados ao grande volume de veneno que é utilizado para as culturas, se concentrando nas águas e muitas vezes sobre as populações exposta as pulverizações clandestinas, descontroladas e sem respeito à legislação à vida e a biodiversidade.

Historicamente a região em estudo é marcada por conflitos socioterritoriais que assolam toda uma população que lidam com as perdas ocasionadas pela dominação das margens de rios, que comprometem seus pequenos sítios, como também as pequenas áreas de cultivos

²⁵ Depoimento do Acampado Negão, 39 anos, Camponês acampado no Zé Maria do Tomé. Texto extraído de conversas realizadas, em uma das visitas a sua área de plantio em que falava da importância de produzir os defensivos naturais em sua área, produzir suas mudas, guardar as sementes e garantir o aproveitamento de todos os insumos gerados para utilização em seus plantios. O mesmo é um experimentador e defensor da agroecologia.

em sequeiro.

Sujeitos sociais estes que se encontram ameaçados e muitos deles sendo extintos mesmos, pois com as novas investidas do capital em negociações e parcerias com as instituições do Estado do Ceará a serviço das grandes empresas, vão consolidando diversos acordos que permeiam desde o controle das barragens, açudes, lagos, canais como vertentes hídricas atrativas do agronegócio cearense até o domínio das terras e os camponeses vão sendo afastados bruscamente para dar lugar a estes empreendimentos.

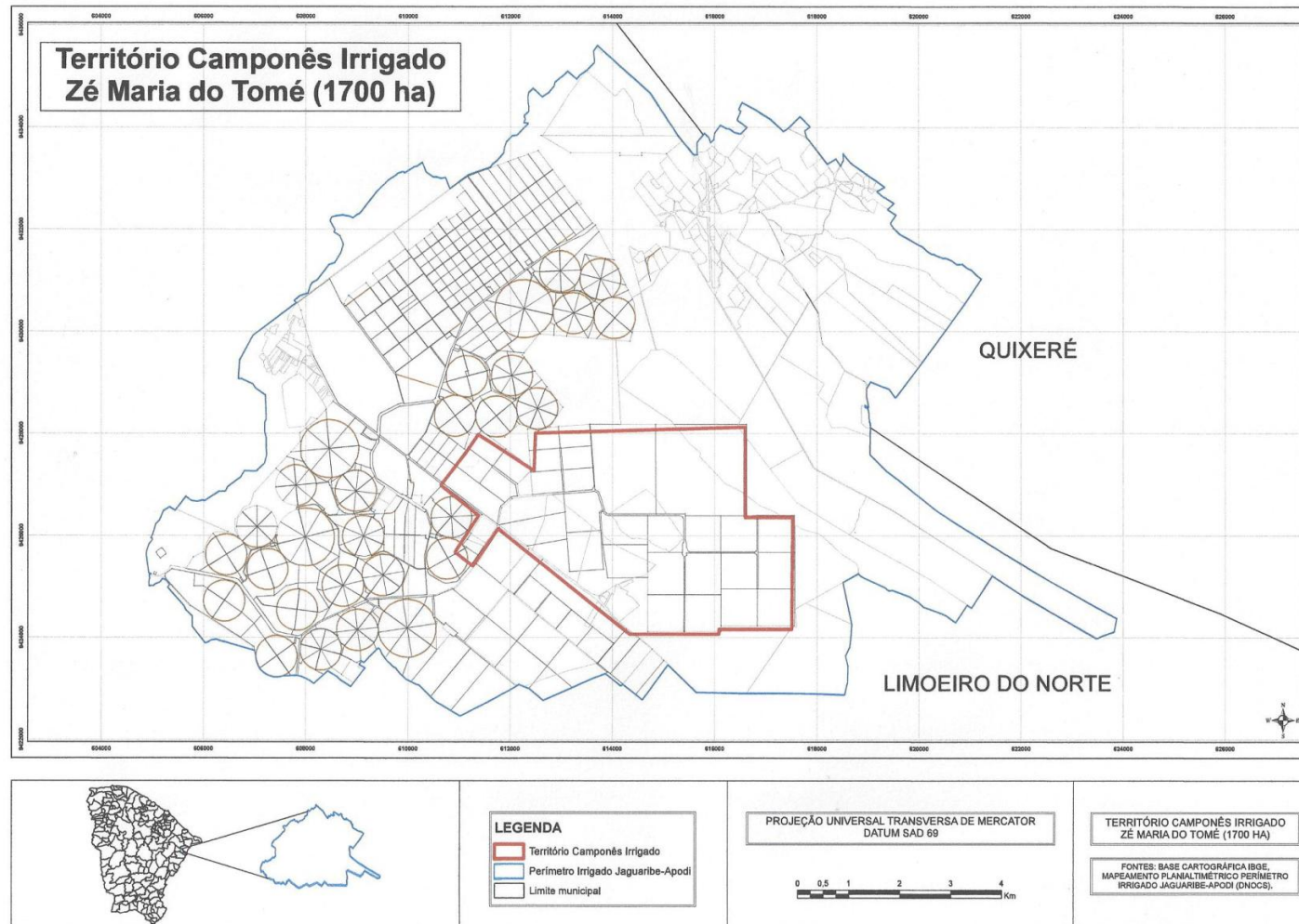
Nessa lógica acrescenta-se também na vala das expropriações camponesas, os conflitos agrários regionais por territórios receptores dos direcionamentos hídricos anteriormente citados, como é o caso das chapadas, tabuleiros e demais áreas de solos férteis e de localização seletiva pelos “caminhos das águas” que vão condicionando o isolamento de vários camponeses e condicionando os mesmos a sua única condição de produção, que é a de sequeiro para aqueles que ainda possuem uma terrinha, quando essa situação não mais é possível só lhe resta a proletarização precarizada oferecida como progresso regional pelas multinacionais do agronegócio. Assim nos fala os camponeses da referida região:

Depois dessas empresas, dessas barragens, nós aqui ficou difícil né, porque os rios e riacho só vive secos né ... aí nós plantava de sítio com cacimbas de anéis né e também poços mais rasos com cata-ventos viu, era bom e tinha água na terra, mais agora não ... passa muito tempo sem vir água nos rios, por isso não dar mais, então ficamos plantando só quando chove né e as plantas melhor que é nossas frutas grandes a mangueira, a goiaba essas coisas morrem né ... e o pior é que nós tem que ir para essas empresas né, porque se nós num produz não tem ganho (Informação Verbal²⁶)

Dominando águas e terras disponíveis, em virtude de uma lógica concentradora e agroexportadora considerada corresponsável pela expulsão de grande parcela do campesinato na região, nestas relações desiguais com as águas e com as terras, vão exigindo dos camponeses uma resistência necessária para garantir suas áreas e espaços para sua reprodução, daí vão surgindo os percalços de uma região que vai abrigando tristes diásporas de camponeses para dar lugar aos complexos agroindustriais de suporte empresarial para a fruticultura irrigada. Nessa perspectiva, as tarefas das organizações e entidades que apoiavam a defesa da reforma agrária e outras bandeiras em defesa da agricultura familiar e camponesa foram direcionando suas ações para contribuir nas questões ambientais e agrárias e com foco nos danos causados pelas empresas do agronegócio.

²⁶ Entrevista com Ex-Sitiante residente no Sítio Bom Fim – Limoeiro do Norte em setembro de 2017.

Figura 16 - Mapa de localização da área do Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Organizado por Nádia Freire e Bernadete Freitas (2014), com participação do Grupo de Trabalho e Acampados da Chapada do Apodi-CE.

Assim, os sindicatos combativos em suas assembleias começaram a trazer presentes as insatisfações dos trabalhadores das referidas empresas, e denunciavam seus mecanismos de exploração e negação de direitos.

Outro marco importante e de grande poder de articulação junto as comunidades da Chapada do Apodi foram as ações da Cáritas Diocesanas de Limoeiro do Norte-CE que passaram a colocar em suas atividades de formação as “questões do acesso à terra” e os problemas enfrentados pelas famílias na referida região. Nessa conjuntura foram se afluando as disputas e os depoimentos nas reuniões das comunidades, trazendo presente as indagações junto as formações para ir norteando os propósitos organizativos das comunidades.

Na oportunidade se traz presente as seguintes reflexões dos camponeses quando perguntado pelo a agente caritas em uma de suas reuniões sobre as terras da Chapada, falas que foram sendo encorajadas e ressignificadas com o passar dos tempos.

Nós aqui perdemos tudo porque vendemos barato né [...] mais como estávamos endividados nós tinha que vender né[...] porque ele dizia que ia tirar os nossos nomes e livrava nosso CPF, porque nós tudo tinha nome sujo né !!! Por isso eu acho que essas outras aí na 2ª etapa o governo deveria ver uma nova chance para os pequenos (Agricultora Comunidade do Cabeça Preta – Limoeiro do Norte).

Nós tinha que fazer como os “sem terras”, porque nós aqui ficamos sem o direito de produzir né, e outra coisa a gente não queria vender, mais nós era quase obrigado porque tinha os empréstimos no nome da gente, aí a gente até esperava que a cooperativa pensasse uma coisa para todo mundo mais os que estavam na diretoria não agia em nada [...] E essas terras que diz que o DNOCS vai passar prá outras empresas é muito errado viu, porque vai envenenar ainda nossas águas e só produz prá fora né [...] (Agricultor da Comunidade de Lagoinha- Quixeré)

Eu acho que nós era prá lutar mesmo pelas nossas terras porque nós aqui estamos sem poder produzir eu acho que nós deveria sim conversar com o MST e os que entendem dessas leis e nós se organizar e fazer reuniões prá conseguir porque nós estamos todos perdendo nossos sítios, porque os poços já secaram e só tem água nos canal, mais nós não precisamos daqueles pivô se nós for mexer com irrigação nós não vamos usar daquele jeito, precisamos fazer como a gente gosta e nós tem que plantar o que a gente quer. (Agricultor da Comunidade do Tomé – Limoeiro do Norte)

Em meio a estas discussões foram sendo construídas as possíveis articulações e encaminhamentos, as quais foram sendo compartilhados nas reuniões do Movimento 21 que surge no bojo das denúncias sobre a concentração fundiária, da contaminação das águas e do meio ambiente, a pulverização aérea sobre as populações da Chapada do Apodi, entre outras denúncias de injustiças que ocorria naquele período, dentre essas somando com a culminância do Assassinato do Líder Comunitário Zé Maria do Tomé, que data de 21 de Abril de 2010,

onde ocorreram diversas manifestações às quais convergiram para a criação de um movimento de articulação política em sistema de redes de articulações que constroem iniciativas coletivas de denúncias apoios e mobilizações mantendo viva a necessidade da luta contra o capital e as injustiças rurais e urbanas nos diversos territórios.

Configurando-se na região como um espaço de articulação dos movimentos sociais da Via Campesina, ONG's, Universidades, pastorais sociais entre outros segmentos, já que nesse momento o M-21 aglutina várias organizações da região e daí se constroem as iniciativas junto à necessidade coletiva e as análises e partilhas dos problemas da região, como também questões que a Chapada vem enfrentando pela falta de água (poços secando e muitas perdas de plantios) além dos demais motes ligados a concentração fundiária.

Em meio a esta realidade, ressalta-se que o MST do Ceará nas suas reuniões encontros e demais espaços de socializações discutia-se fortemente a importância de disputar “áreas irrigadas para fins de reforma agrária” por acreditar ser um grande desrespeito aos camponeses às estratégias do Estado em estruturar todos esses espaços com foco na concentração de terras, riquezas e investimentos, em detrimento dos pequenos agricultores que sofrem com a escassez em territórios fronteiriços.

Contudo, o acampamento Zé Maria do Tomé vai se consolidando pela materialização dos diversos processos que antecederam essa realidade de denúncias descasos e articulações, daí vislumbra-se fortemente a ocupação do trevo na subida da Chapada do Apodi, conhecida como “a subida do Cabeça Preta” obstruída pelas mulheres da Via Campesina no ano de 2007, que faziam a denúncia ao uso dos agrotóxicos realizado pela Del Monte Fresh e demais empresas no cultivo de frutas irrigadas:

Conhecida como estrada do agronegócio, a estrada do trevo da Chapada do Apodi, distante 14 quilômetros do município de Limoeiro do Norte, Ceará, foi ocupada na madrugada de hoje, dia 7, por mais de 500 mulheres da Via Campesina. A estrada é a principal via de escoamento da produção de fruticultura, com destino prioritário para exportação. Um dos objetivos da ocupação é denunciar o uso excessivo de agrotóxicos no Estado. Um dos motivos diretos da intoxicação de centenas de pessoas anualmente, do elevado número de internações hospitalares, da contaminação do lençol freático e da destruição da biodiversidade local. No Ceará, a maior parte dos trabalhadores intoxicados são das empresas Del Monte, Nólen e Fruta Cor, voltadas principalmente para a produção e exportação de melão, abacaxi e melancia. Os maiores registros de envenenamento por agrotóxicos se concentram na Região do Baixo e Médio Jaguaribe, polo de desenvolvimento do agronegócio. Dados oficiais de 2005 apontam que das 1.106 intoxicações registradas por pesticidas, 978 casos são dessa região. Mesmo considerando que são muitas ocorrências não são contabilizadas pois são poucas as notificações dos casos em meio ao crescimento dessas atividades (MST,2007).

Embalados pelos incentivos e exemplos de ousadia das mulheres em denunciar esse modelo de exploração e envenenamento, e os casos de câncer percebidos junto às comunidades, e os espaços de debate criados nas atividades da região nos fóruns pela vida no semiárido, ações da ASA sempre com palestras e pesquisadores nas temáticas em questão dentre outras realizações, ampliam-se fortemente as pesquisas do núcleo Trabalho Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade - TRAMAS, da Universidade Federal do Ceará-UFC na região, que culminaram com processos de sensibilizações e depoimentos dos reais atingidos fortalecendo a consciência das famílias nas várias comunidades da Chapada do Apodi-CE.

Figura 17 - Manifesto contra a pulverização aérea



Fonte: Arquivo Caritas Diocesana – Limoeiro do Norte-CE.

Posteriormente, em 2008, os movimentos sociais da região são reanimados pela força dos trabalhadores da monocultura do abacaxi que em revolta as submissões sofridas pelos mecanismos de exploração das empresas, deflagram uma greve muito importante que mobiliza aproximadamente 1.700 trabalhadores pautando como reivindicações prioritárias o direito a cestas básicas, refeitórios para realizar suas refeições em um local sombreado para que possam beber água e banheiros adequados para fazer suas necessidades.

Reafirmando os escritos de Cassundé (2015, p. 37), quando relata sobre a necessidade de organizar os trabalhadores para defender seus territórios e suas condições de vida e

trabalho:

[...] os trabalhadores cansaram e decidiram lutar e vieram a público desvelar esta precarização: romperam o silêncio que oprimiam por tempo e permaneceram por 11 dias paralisados e sem produzir riquezas para a multinacional Del Monte Fresh. Desta vez, explicitando para região que tipo de emprego é gerado por estas empresas do agronegócio ao se instalarem, buscando mostrar a outra face da contribuição social. Lembra-se fortemente da fala de um militante do MST-CE que dizia: “[...] o que estamos esperando temos que apoiar e lutar junto: são os trabalhadores em greve e em luta denunciando o modelo e essas empresas nojentas [...]”.

Em meio às “pequenas insurreições” travadas entre os trabalhadores do agronegócio e as empresas, o cenário da Chapada do Apodi, vai se tornando uma realidade gritante, ou melhor, uma região emblemática junto à produção de commodities e o forte rigor na adoção do modelo agrícola praticado pelas multinacionais do agronegócio.

No decorrer destes acontecimentos vão se consolidando as possíveis formas de organização mesmo que ainda “muito tímidas”, já acenavam para uma possível negação as empresas. Na ocasião, podiam-se sentir as expressivas angústias e denúncias do camponês Zé Maria do Tomé. Era notável suas angústias quanto ao uso indiscriminado de agrotóxicos, por esta razão ela solicitava espaço nos vetores de comunicação local e denunciava como alguém que sentia as mazelas do capitalismo sobre os seus territórios e dizia fortemente que teríamos que parar com estas aplicações demasiadas de veneno, seu jargão era repetido sempre: “*vamos falar, vamos dizer, vamos viver*”, era sempre muito enfático quando se tratava da questão da qualidade da água e mais fortemente quando denunciava à questão da pulverização aérea, como nos mostra a figura 18.

Em meio a esta situação de exposição aos agrotóxicos ou como dizem os trabalhadores das empresas, sobre o “envenenamento” mesmo, enfrentado pelas famílias das comunidades da Chapada do Apodi que se situavam ao lado das multinacionais, e que consideravam a pulverização aérea uma das maiores afrontas à saúde e a vida dos mesmos, pois suas insatisfações enfatizam que não havia o mínimo de temor destas multinacionais quanto à vida destas famílias, pois mesmo havendo uma legislação quanto a distância junto às moradias isso não se cogitava na prática. Sendo percebível no depoimento de uma camponesa quando interrogada sobre o uso dos venenos com aviões:

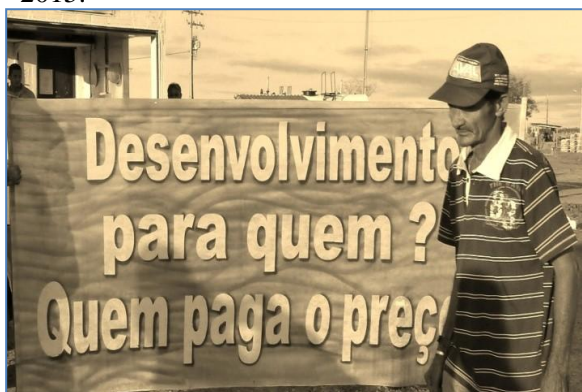
“[...] Às vezes a gente não podia nem sair para a calçada né, porque depois dessas empresas aqui, elas passam com o avião aí a gente fica só espirrando e a garganta ardendo, quase todo mundo da casa né ... porque o veneno é jogado em cima das nossas casas, é um desrespeito muito grande o que eles

fazem com as famílias daqui porque já não basta a forte nuvem de poeira, ainda tem a nuvem do veneno, acontece que daí as crianças adoecem viu, olha é tão forte que os motoristas escolares e as vezes os ônibus da feira também eles diziam sempre, meninos “fechem as portas que o avião tá passando[...]” (Informação Verbal²⁷).

Ao serem elencadas essas disparidades do agronegócio em que suas estratégias se dão em quase todas as empresas de forma quase similar, então no decorrer desses processos os trabalhadores foram materializando por meio da necessidade coletiva uma unidade regional que facilitava as reuniões e o apoio nas diversas afrontas comuns e regionais, relacionados às questões fundiárias, hídricas como também os problemas desencadeados pelos impactos causados por esses empreendimentos hidroagrícolas a serviço do grande capital no campo.

Na junção desses territórios e conflitos, somam-se os diversos segmentos para ir forjando nas comunidades atingidas em cada território, uma consciência da necessidade de organizar-se e ir à luta como sujeitos de direitos, como se busca exemplificar na faixa de denúncia das lutas regionais (ver figuras 17 e 18). Nessa perspectiva, os camponeses vão se apoderando das pautas e construindo suas análises da realidade, vemos claramente as instituições de Estado em meio a uma burocratização por via de interesses de empresários e fazendeiros, que financiam a destruição dos vários espaços de vida, de autonomia e dignidade para dar lugar a “projetos de morte”.

Figura 18 -Mobilização no Tabuleiro de Russas, 2015.



Fonte: Arquivo Caritas Diocesana - Limoeiro do Norte, 2014.

Figura 19 -Ocupação nas obras da Barragem do Figueiredo, 2015.



Fonte: Arquivo Caritas Diocesana – Limoeiro, 2014.

Dando continuidade a esses processos, os movimentos sociais, pastorais sociais, as igrejas e demais organizações canalizam todos os protestos e denúncias para os territórios em questão. Somando a isso tudo um repúdio e medo, mais a necessidade de lutar por justiça

²⁷ Entrevista com a Camponesa, M.O, S- 47 anos, Comunidade de Carbomil, em setembro de 2019.

diante do assassinato do agricultor e lutador do povo Zé Maria do Tomé, a mando de empresário da fruticultura irrigada. Seguem lutando mesmo sabendo que até hoje esses “assassinos de trabalhadores” se encontra impune, sendo identificados os mandantes, mais a justiça nestes casos mantém-se na “lei do grande ou dos poderosos”, que não difere dos vários massacres de camponeses no país.

Nesse cenário, observa-se o quanto a Chapada do Apodi tem se fortalecido como um território onde residem perversas proezas deste capital avassalador, denotando uma região em disputas pelos bem naturais como fonte de acumulação de riquezas em que os empresários requerem a qualquer custo, mesmo decepando vidas de camponeses.

Ainda nesta trajetória e periodicidade de denúncia e enfrentamentos, e dentro do calendário das atividades litúrgicas envolvendo também as ações práticas das paróquias da região onde nos deparamos com alguns padres que ainda acreditam numa igreja mais progressiva e a serviço da libertação, estas por sua vez realizam os Gritos dos Excluídos (as) onde se reúnem inúmeras lideranças de várias comunidades da região que relembram mártires da luta pela terra, pela reforma agrária, denúncias contra o modelo de agricultura e contra a impunidade dos vários assassinatos de camponeses em defesa da justiça social.

Realizam-se também as romarias da terra, passa-se a fazer parte do calendário de lutas dos movimentos sociais na região as Semanas do Zé Maria do Tomé que já está em sua oitava edição, onde as mesmas terminam sempre no dia 21 de Abril como marco de um dia de “Luta Camponesa”, a realização das Caravanas Agroecológicas e Culturais, com a participação de representantes de comunidades tradicionais, agricultores/as, pesquisadores e lideranças dos movimentos sociais do campo, organizações e redes de articulação da sociedade civil do Nordeste e de outras regiões do Brasil.

Na atualidade, são muitas as pesquisas do Núcleo TRAMAS da UFC, da FAFIDAM-UECE e as demais universidades que buscam desconstruir alguns paradigmas que são imperantes por tempos e tempos, buscando desnudar as contradições de um modelo de desenvolvimento excludente e catastrófico, a partir da tarefa de colocar a ciência a serviço da classe trabalhadora.

Na ocasião, afirma-se que é uma das tarefas dos movimentos sociais nesta região, ir construindo suas análises e estratégias fundamentadas em pesquisas e amparadas nas vozes dos territórios em disputa que se constrói no dia a dia as reais lutas e transformações das realidades, organizando os trabalhadores e construindo espaços de resistência e garantia da reprodução camponesa, em territórios de vida e dignidade.

3.2.1 *Tirem as mãos, a Chapada é nosso chão !! ... Camponeses que fazem história na luta pela terra e pela Reforma Agrária na região*

Mesmo distorcida pelas barreiras midiáticas que enfrentam em toda a história do movimento social a ocupação segue sendo umas das formas mais palpáveis de lutar pela terra e mais precisamente de acessá-la, como Fernandes (2008) nos coloca que criminalizar as ocupações é se esquivar do problema sociopolítico e econômico que elas representam.

Com isso, mesmo que em condições de despejos muitas vezes violentos, ou sob a espreita dos pedidos de reintegração de posse, mesmo nessa realidade o MST vai se reinventando em suas lutas e estratégias na luta pela terra e pela reforma agrária. Compreendendo-a como uma ação de resistência inerente à formação camponesa no interior do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2008).

Nesse sentido, sendo considerada ainda vista como a mais apropriada forma de reivindicar a terra e a reforma agrária no Brasil. Famílias camponesas sem-terra ocupam as terras e nelas montam seus acampamentos de resistência. Daí vão formando, cidades gigantes de lona preta, materializando junto às porteiras das fazendas ou próximos às rodovias em vários lugares do Brasil a confirmação e o tamanho da concentração fundiária e como testemunho prático vão denunciando que os atuais modelos de desenvolvimento não contemplam o campesinato na sua mais importante condição de existência, o acesso à terra.

Na referida região em estudo esse enfrentamento é uma amostra de que a reforma agrária ou pelo menos ações distributivas de terras para os camponeses só serão pautadas nas ocupações:

As ocupações de propriedades agrícolas realizadas por trabalhadores rurais “sem terra” têm mostrado o potencial contestatório do campesinato na região do Baixo e Médio Jaguaribe. Os diversos Projetos de Assentamento (P.A) de Reforma Agrária têm possibilitado melhorias significativas na qualidade de vida de centenas de trabalhadores rurais que antes não tinham condições mínimas de sobrevivência. Ao mesmo tempo estas experiências têm comprovado a tese de que a reforma agrária só se realiza a partir da organização e da luta dos trabalhadores rurais “sem terra”. (GRUPO DE ESTUDO O CAMPESINATO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO VALE DO JAGUARIBE, 2009)

Como demarcação territorial de uma das ocupações desafiadoras para camponeses sem terra nesta região, pois se tratava de “área produtiva e com muita água”, considerando-se uma das mais ousadas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST do Ceará juntamente com as demais organizações, nos últimos períodos foi no madrugada ou mais precisamente no “*quebrar da barra*”, do dia 05 de Maio de 2014, ao som de fogos, zabumba, tambores e pandeiros, aquecidos e iluminados pelas fogueiras improvisadas, que

ecoaram gritos de ordem, de uma nova ordem: *De quem é a Chapada? É nossa!!! Tirem às mãos a Chapada é nosso chão!!* Gritavam trabalhadores e trabalhadores Sem Terra das várias regiões do Estado do Ceará, e fincavam faixas com mensagens de denúncias e questionamentos. Como nos mostra os letreiros da faixa na entrada do acampamento (Figura 21).

Em seus alardes de repúdio e encorajados por ecos de camponeses a tempos, sem voz, vez e terra, iam denunciando o modelo do agronegócio e as injustiças cometidas pelas multinacionais instaladas sobre o território em questão e exigindo do Estado brasileiro o compromisso com a política de reforma agrária.

Figura 20 - Faixa da Entrada da Área da Ocupação em Maio de 2014.



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

De quem são essas terras?? Nossas!! Dizem os sem terras em uma madrugada de glórias naquele maio de 2014, onde na condição de sujeitos envolvidos e construtores de um processo inovador para suas experiências de vida, desde o ato de rebelar-se com a concentração fundiária, com a forma de trabalho ofertado pelas empresas da fruticultura e demais ramos da agropecuária, contra a exploração, o envenenamento, a morte por câncer e assassinato de camponeses da Chapada do Apodi, e região remonta-se sobre esses pilares uma legião de trabalhadores inconformados com estes acontecimentos. É inegável que a ocupação de terra e o acampamento são condições de territorializações, que na sua essência vislumbram-se as primeiras formas de domínio, gestão e organização do território. São nestes ensaios ainda

sobre *lonas pretas*, que vai se construindo as verdadeiras relações de posse e domínio historicamente negados.

Contudo, são estas atitudes que vão fazendo com que o MST vai se tornando uma referência para os demais movimentos socioterritoriais, por sua vez Fernandes (2000) destaca que:

A ocupação é uma condição para a territorialização porque é dessa forma que os sem-terra se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, questionando, por meio da sua luta, o poder dos latifundiários. A luta pela terra leva a territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se perspectiva para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização [...] Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento sócio- territorial [...] A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST (p. 282).

Podemos refletir sobre as referidas ações ao observar os cartazes e faixas retratados nas figuras 20 e 21.

Figura 21- Reivindicações da Ocupação da Chapada do Apodi, Maio de 2014.



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Um dos marcos mais fortes dos acampamentos são os momentos em que enfiça-se a bandeira do MST no lugar mais alto do mastro, na maioria das vezes na entrada da área (Figura 22), e quando a mesma começa a tremular simbolizando em seu movimento o anuncio lá do alto que mais um latifúndio foi ocupado e que agora vale a vez dos

camponeses. Dizem os camponeses que estes sinais fazem verter nos corações a certeza de que a luta vale apena e que a reforma agrária há que ser feita, como nos lembram um dos lemas do MST em um de seus congressos, “reforma agrária na lei ou na marra”.

Naquele momento não se contêm os ecos de rebeldia de camponeses (as) a embalarem canções, hinos, palavras em coros de transgressão contra o Estado que é antirreforma agrária, e reafirma-se na sua singularidade que há um território ocupado e em disputa permanente contra a exploração e o agronegócio. A referida ação legítima que há outro projeto em jogo, e que a agricultura pode e deve ser praticada e vivenciada como cultura de resistência pela vida e o sustento de vários camponeses, é a necessidade de uma reforma agrária ampla, massiva e popular defendida pelo MST, enquanto a mídia e seus demais poderes teimam em menosprezar essas ações criminalizarem os trabalhadores ocupantes, para atender a interesses das elites e oligarquias rurais.

Figura 22 - Bandeira do MST, demarcando a ocupação na Chapada do Apodi.



Fonte: Arquivo do autor, 2014.

Consideramos que a ocupação nos afirma que é tempo de denúncia, de anúncio, e que a mensagem seja esta a ser transmitida imediatamente e regionalmente nos meios de comunicações locais, que já anunciavam a ação dos sem-terra junto ao Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi. A referida ocupação tornou-se um ícone de resistência e marco de luta contra o projeto tão ambicioso do Jaguaribe Apodi, e os agronegócios sobre a Chapada mesmo com a clareza dos desafios a serem enfrentados os movimentos sociais não recuaram e reforçaram suas estratégias junto á organização dos trabalhadores.

Ao deflagrar-se a ocupação eram corriqueiras as expressões regionais após o acampamento, “*vamos pessoal os sem-terra invadiram as terras lá do canal*” dizia o trabalhador (Agricultor acampado, A.P, 46 anos), quando entrevistado, daí ao espalhar os comentários da ação dos sem terras chegavam trabalhadores de todas as comunidades da Chapada. Ressalta-se que havia essa repulsa dos camponeses porque existia um medo coletivo pairado sobre a região após a morte do líder comunitário Zé Maria do Tomé, que por sua vez amedrontava todas as iniciativas que dessem conta de enfrentar empresas e/ou empresários, pois a represália poderia vir, por isso que a tarefa dos trabalhos de base (convites) após a ocupação, foi estratégica pois a mesma é realizada com aproximadamente mil (1000) camponeses vindo de várias regiões do Estado.

Figura 23 -Dia seguinte da ocupação ao lado do canal.



Fonte: Arquivo Cáritas, 2014.

Figura 24 - 1ª Assembleia de Camponeses acampados da Chapada do Apodi - CE.



Fonte: Arquivo Cáritas, 2014.

Em meio a esse contingente de famílias, as mesmas foram se localizando por setores na qual cada setor era composto por famílias de várias comunidades e seus entornos, ressaltasse que nesse momento como forma orgânica mais facilitada, admitiu-se que as comunidades fossem se reagrupando por afinidades e proximidades, já que os mesmos desconheciam a organicidade do MST, era para eles a primeira relação de confiança. Nesse sentido, o acampamento ficou assim organizado: Setor Tomé (Núcleos Tomé 1, 2 e 3, Carnaúbas, Maracajá, Ipú e Lagoa da Casca), Setor Lagoinha (Núcleos Lagoinha 1,2,3 e 4), Setor Cabeça Preta (Cabeça Preta 1 e 2, Pivô e Santa Fé).

Ao extrairmos um diagnóstico preliminar do Território Camponês Irrigado Zé Maria do Tomé, baseou-se breves análises a partir da realização da atualização dos cadastros realizada após 03 meses da ocupação (no caso em agosto de 2014), a referência a este período relaciona-se a questões de organicidade do MST, pois considera-se um período em que é

possível perceber os compromissos e situações de algumas famílias com vistas da consolidação desta “Comunidade de Resistência e Superação”.

Como parte do processo organizativo o acampamento foi realizando suas reuniões, assembleias e demais momentos de interação formação e reconhecimento dos processos das realidades analisando o perfil das famílias acampadas, como se davam seus deslocamentos, vivências, até porque é sabido que a toda uma decisão pessoal e familiar que o leva as famílias a decidirem por acampar, que vão desde as suas perspectivas futuras, como também a confiança e o método adotado pela militância na condução do acampamento, pois acampar resistir e permanecer na luta é processos árduos também porque se disputa à risca a organização social das pessoas.

Atentamos para o que assinala Fernandes quando nos referimos ao ato de acampar:

Participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo. Para superar o medo é preciso confiança nas pessoas que compõem e coordenam o Movimento. Assim, uma liderança tem a responsabilidade de ao defender a ocupação, apresentar ideias e referências que permitam a superação das dúvidas (FERNANDES, 2000. p. 182).

No decorrer desses processos as famílias vão decidindo e buscando se adequar a esta nova vida, em comunidades diferenciadas e de um dinamismo completamente diferente e que na maioria dos casos causam fortes e prolongados estranhamentos, desde os trabalhos coletivos os tempos tarefas, diversas reuniões, os desafios machistas que estavam arraigados e se afloram quando tem que lidar com a participação das mulheres de forma igualitária entre outras nuances que rondam o mundo experimental e desafiador do ser acampado da reforma agrária e do MST.

Como nos mostra seu Luiz Caboré como é conhecido no acampamento, em uma de nossas conversas sobre o ato de acampar:

Eu sempre achava que eu não tinha coragem de morar em uma barraca de lona, e tinha medo demais, só que toda vida minha mulher me acompanhou então ficou mais fácil, mais quase não decidi. Olha rapaz eu jamais imaginaria que era assim, e também nem sabia que existia isso, esses direitos todos e essa forma de se ajudar coletivamente, eu mesmo tive muitas dificuldades com esse negócio de reunião coordenada, falar na hora certa, ser avaliado por uma pessoa igual mim, ter que resolver problemas sobre cachorros, lixo sei lá, isso é problemas dos outros [...] eu pensava assim, só que agente ver que é tudo prá ajudar a nós mesmo né, para todo o acampamento, mais viver num acampamento é diferente mesmo. Mas é uma experiência maravilhosa [...] hoje eu sou outra pessoa.

Baseado nestas realidades organizativas e de necessidades para a vida em comunidade teríamos que construir algum documento ou acordos que subsidiassem as devidas discursões e seus cumprimentos para o bom funcionamento do acampamento. Mais acima de tudo, nos fazer refletir sobre nossos rumos. Então se começou elencando alguns questionamentos sobre: Que comunidade queremos? Como ficaremos com relação à FAPIJA? E nossas áreas? E o uso da água do canal, a energia? Essas e outras indagações iniciais nortearam a decisão e construção dos primeiros princípios defendidos pelas famílias acampadas juntamente com os movimentos sociais e a coordenação do acampamento. Onde os mesmos foram sendo estudados e debatidos nos setores, núcleos de famílias e nas assembleias. Ficando acordados os seguintes:

1. 2ª Etapa do Projeto Jaguaribe Apodi deve ser destinada para a agricultura familiar camponesa e agroecológica.
2. Independência do conjunto de regras da FAPIJA e de normas previstas na Lei de Irrigação, a exemplo da licitação e as respectivas taxas;
3. A terra deve pertencer a uma entidade coletiva (tipo cooperativa).
4. Organização da área subdividida em duas áreas: 4.1. Área de moradia e de produção; 4.2. Área de produção.
5. A terra deve ser entregue com toda infraestrutura necessária à moradia e a produção (sistema de irrigação; casa de bomba; galpão de uso coletivo para maquinaria e implementos agrícolas), a fundo perdido.
6. Política de Assistência Técnica e Custeio (de forma coletiva).
7. Permanência das comunidades na área do projeto. A exemplo das comunidades de Ipú, Maracajá e outras.

Com a criação dos princípios, havia necessidade de conhecer minimamente o perfil das famílias acampadas para a partir daí fortalecer um processo de organicidade que buscasse contemplar o máximo de camponeses e nas diversas situações. No referido cadastro foram elaboradas algumas questões norteadas por dúvidas e questionamentos de vários camponeses acampados daí o surgimento das ramificações áreas de moradia e de produção, sendo necessários esses critérios como estratégia de massificação inicial, como também a categoria dos que já tinham uma “terrinha” em sequeiro ou irrigada, daí foi necessário se realizar várias reflexões sobre o que seria um módulo fiscal ou o que dizia a lei de reforma agrária entre outras, e ainda aquelas famílias que historicamente foram rendeiros e não possuem terra, depois se analisou o perfil de renda e também como estavam a situação com relação á moradia, entre outras variáveis que iam surgindo durante a realização dessa triagem

que a militância do MST e demais organizações chamaram de pré-cadastro.

Ficando assim determinados que todas as famílias que iam chegando ao acampamento eram repassados estes princípios de forma breve, como também algumas questões de segurança e as primeiras normas e acordos internos, em seguida cada família, que decidia acampar era realizado um pré – cadastro, o qual ainda não tinha valor institucional, mas que garantia a organização e o controle por parte dos militantes responsáveis com relação a quantidade de famílias acampadas e suas características básicas como local de destino, número de pessoas residentes na casa, suas relações com a terra entre outras.

Vale ressaltar que o pesquisador participando da realização dos referidos diagnósticos ou pré-cadastros, teve os mesmos utilizados como base para a coleta de dados de uma pesquisa inicial em 2015, em que a partir deles podem-se analisar os dados coletados abordando a quantificação e caracterização da resistência das famílias acampadas, sendo que foram realizados nos primeiros 08 meses do acampamento, mais que foram basilares para a organicidade interna do acampamento.

Ainda assim, foram informações relevantes no rol das negociações iniciais via governo do Estado, INCRA, DNOCS e demais entidades, como também em buscas de parcerias nas prefeituras locais, sendo assegurado nos espaços enquanto levantamentos prévios junto às políticas de assistência social, saúde, educação, etc. Em prol das famílias do acampamento, como cestas básicas, fornecimento de água, coleta de lixo, doação de leite materno e material escolar para os *sem terras* entre outras questões.

Os dados quantitativos, aqui apresentados, embora se refiram a uma análise preliminar dos acampados (as) cadastrados (as), e inicial mesmo, devem ser considerados a partir das necessidades do período e do estágio de resistência e divulgação do acampamento e suas contribuições para a mística na correlação de forças do momento, sendo assim nesse primeiro bloco de dados ainda não temos muitas informações acerca das atividades de produção e renda na comunidade. Mais que será apresentado posteriormente, sem negar a importância desses sujeitos que alavancaram processos importantes para o Acampamento Zé Maria do Tomé.

A tabela 2 apresenta a sistematização dos pré-cadastros atualizados em meados do quarto bimestre de 2014. Esta categoriza os acampados a partir das realidades encontradas, assim tem-se a categoria dos sem moradia; a categoria dos sem terras; a categoria dos que pretendem morar no acampamento; a renda; aos interesses de cultivo, e o de aderir a uma produção sem agrotóxicos.

Foram pré-cadastradas 1063 famílias, destas há apenas 372 que mantiveram sua

resistência no acampamento. Desse total a maior percentual refere-se à categoria **sem-terra**, correspondendo, a 87,9% do total. Em relação à categoria **sem moradia**, esta se refere a 143 famílias acampadas, isto é, 38,4% do total. Já em relação à categoria que **pretende morar no acampamento**, corresponde a 320 famílias acampadas, o que indica 86% referente ao número total.

Tabela 2 -Diagnóstico Preliminar das Famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Nº	SETOR/ COMUNIDADE	Nº DE FAMÍLIAS ACAMPA-DAS	SEM MORA- DIA (Nº)	(%)	SEM TERRA (Nº)	(%)	PRETENDE MORAR NO ACAMPA- -	(%)	RENDIA INFERIOR A1 (UM) SALÁRIO	(%)	RENDIA DE 1 (UM) SALÁRIO MÍNIMO	(%)	CULTIVOS PRETENDIDOS PELAS FAMÍLIAS (%)				TEM INTERESSE EM PRODUZIR SEM	(%)
													CULTIVOS TRADI- CIONAIS E FRUIT- CULTURA	(%)	SOMENTE BRUTI- CULTURA (TIPO BANANA)	(%)		
I	Setor Tomé	118	38	32,2	107	90,7	108	91,5	47	39,8	55	46,6	95	80,5	14	11,9	103	87,29
4	Tomé 1	22	9	40,9	19	86,4	20	90,9	7	31,8	13	59,1	20	90,9	1	4,55	18	81,82
5	Tomé 2	19	9	47,4	18	94,7	18	94,7	8	42,1	8	42,1	16	84,2	1	5,26	18	94,74
6	Tomé 3	22	6	27,3	21	95,5	22	100	6	27,3	14	63,6	16	72,7	3	13,6	18	81,82
1	Carnaúbas	19	6	31,6	17	89,5	17	89,5	10	52,6	6	31,6	15	78,9	3	15,8	17	89,47
2	Maracajá	32	6	18,8	29	90,6	27	84,4	14	43,8	12	37,5	25	78,1	5	15,6	28	87,5
3	Lagoa da Casca	4	2	50,0	3	75,0	4	100	2	50	2	50	3	75	1	25	4	100
II	Setor Lagoinha	101	33	32,7	75	74,3	88	87,1	38	37,6	52	51,5	79	78,2	17	16,8	97	96,04
1	Lagoinha 1	28	8	28,6	18	64,3	23	82,1	13	46,4	9	32,1	19	67,9	5	17,9	26	92,86
2	Lagoinha 2	17	2	11,8	11	64,7	17	100,0	6	35,3	10	58,8	17	100	0	0	17	100
3	Lagoinha 3	38	14	36,8	28	73,7	31	81,6	8	21,1	27	71,1	27	71,1	10	26,3	36	94,74
4	Lagoinha 4	18	9	50,0	18	100,0	17	94,4	11	61,1	6	33,3	16	88,9	2	11,1	18	100
III	Setor Cabeça Preta	153	72	47,1	145	94,8	124	81,0	66	43,1	68	44,4	102	66,7	33	21,6	113	73,86
1	Cabeça Preta 1	49	17	34,7	47	95,9	43	87,8	16	32,7	25	51	25	51	17	34,7	38	77,55
2	Cabeça Preta 2	43	18	41,9	40	93,0	41	95,3	17	39,5	19	44,2	33	76,7	7	16,3	24	55,81
3	Pivô	23	21	91,3	23	100,0	22	95,7	15	65,2	8	34,8	12	52,2	5	21,7	18	78,26
4	Santa Fé	38	16	42,1	35	92,1	18	47,4	18	47,4	16	42,1	32	84,2	4	10,5	33	86,84
Total Geral		372	143	38,4	327	87,9	320	86,0	151	40,6	175	47	276	74,2	64	17,2	313	84,14

Fonte: Programa de Extensão da FAFIDAM/UECE; organizado por Bernadete Freitas (2014).

Em relação à **renda familiar**, 151 famílias possuem renda inferior a 1 (um) salário mínimo, correspondendo a 40,6% e o total de 175 famílias possui renda de 1 (um) salário mínimo, ou seja, 47% do total. Se somadas, correspondem a 326 famílias, isto é, 87,6% do total de famílias que não ultrapassam a referida renda. Parte dessas famílias sobrevive por meio de trabalho em empresas, realizando serviços informais ou através de políticas do Estado, a exemplo da bolsa família.

No que se referem ao **tipo de cultura** que pretendem produzir, 276 famílias colocaram

como preferência as culturas tradicionais e que fazem parte da alimentação básica dos camponeses (feijão, milho, hortaliças e tubérculos, etc) em conjunto com fruticultura (banana etc), correspondendo a 74,2% do total. Já 64 famílias têm preferência em produzir somente a fruticultura, mais especificamente a banana, o que equivale a 17,2%. Uma minoria indica, em conjunto com a fruticultura, o interesse em produzir hortaliças e em menor número menciona a criação como sua preferência. Ao serem questionados sobre o interesse em produzir *sem o uso de agrotóxicos*, 313 famílias demonstram ter o interesse em produzir sem agrotóxicos, correspondendo a 84,14% do total.

Em termos gerais, é perceptível uma demanda real, tanto de moradia como de acesso à terra e de produção diversificada sem o uso de agrotóxicos, o que reafirma os princípios construídos pelas famílias, indicando, assim, a necessidade de um conjunto de políticas públicas sociais e produtivas, necessárias à reprodução das famílias camponesas da Chapada do Apodi.

A permanência na ocupação, símbolo da resistência, é expressão dessa necessidade, que é mantida, mesmo as famílias estando submetidas a condições precárias ou amedrontadas por ameaças de despejos. Nesse sentido, cabendo ao MST e entidades de apoio cobrar do Estado, por meio de seus órgãos (nas diferentes esferas), soluções urgentes, algumas delas em caráter emergencial, a exemplo da utilização da água e o fornecimento de energia que são condições vitais de sua reprodução.

Nessas condições o Acampamento fez jus aos princípios da solidariedade e da coletividade com relação ao posteamento de madeira das residências e em seguida contribuições individuais e sorteios como forma de angariar recursos para a aquisição de cabos e transformadores suficientes para o fornecimento de energia até as casas, sendo um fator limitante no acampamento até nossos dias com relação a sua voltagem, pois mesmo que haja um acordo entre as famílias com relação a potência dos motores para irrigação as vezes temos descumprimentos. Pois quando estes extrapolam os limites acordados coletivamente afetam o fornecimento domiciliar e geram problemas internos.

Ressaltamos que a construção do Acampamento se constitui de uma diversidade de comunidades da Chapada do Apodi no Ceará e Rio Grande do Norte, sendo que as comunidades com menor número de famílias não podem ser invisibilizadas porque fazem parte de uma mesma geografia agrária de expulsão e exploração pelas multinacionais do agronegócio.

Portanto, o acampamento envolve as comunidades do Estado do Ceará que compreendem os municípios de Limoeiro do Norte (Sucupira, Carbomil, Km-60, Santa

Maria, Jenipapeiro, Várzea do Cobra, Sítio Marquinhos, Bom Nome entre outras), Quixeré (Queimadas, Cercado do Meio, Macacos, Boqueirão, Cabeça de Santa Cruz, entre outras) e Tabuleiro do Norte (Remanescentes do P.A Diamantina, Cabeça da Ladeira, entre outras). No caso do Estado do Rio Grande do Norte, temos os municípios de Assú, Baraúna e Mossoró.

Era perceptível a reação e a resposta de quem já estava na área, fortemente se percebia o diálogo na reafirmação do *sem-terra acampado*, com isso ia se construindo a identidade do ser sem-terra na luta por meio da organicidade. Percebemos os trabalhadores responderem aos questionamentos dos que chegavam ao perguntar se tinha vaga ou se podia acampar, dizia a (Trabalhadora acampada, A.L, 37 anos): “*quando alguém vinha pedir vaga nós dizia logo, tem mais vocês tem que vir para debaixo da lona preta com a gente*”. Era notória a condição de cada acampado que se apoderava do acampamento na condição de sujeitos do processo.

Nesse sentido, alguns trabalhadores vinham dispostos, outros agricultores ficavam com receio, pois a resistência sempre sinalizava uma situação de penúria e de sujeição às intempéries (chuva, calor excessivo de dia, frio á noite, não ter energia entre outras). Mais com o advento do fornecimento de energia essas questões já tinham outro olhar sobre a resistência.

Em meio a esta realidade a mobilização popular cumpre o papel de ir conscientizando as massas que vão esporadicamente constituindo uma espacialização e territorialização ao seu modo e modificando espaços e realidades a partir das vivências e confrontos na ação política, conforme enfatiza Oliveira (2007, p.278):

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se especializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

O acampamento configura-se como espaço em disputa e conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário em uma região marcada pelo medo, a subordinação e a exploração, mais no cotidiano da luta, trabalhadores vão moldando parte das relações estabelecidas e como nos reflete Oliveira (2007), por meio dos conflitos o espaço vai se transformando em território.

A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. Os territórios é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade. (p.278)

Mesmo assim, o MST seguirá organizando os camponeses, para ir *ocupando terras, derrubando cercas e conquistando o chão*, na defesa da reforma agrária conquistando territórios primando pela emancipação social e humana.

3.3 Estratégia Organizativa como Garantia das Resistências

Agente faz caravana arrisca entrar em cana mais tem ser por aí, sindicatos combativos isso tudo é preciso para a luta prosseguir. A classe trabalhadora que é a mais sofredora já começa a perceber, que nós somos maioria e que vai chegar um dia com um novo amanhecer (Trecho da música Não Somos Covardes-CD MST).

A organicidade do Território Camponês Irrigado Zé Maria do Tomé, consolida-se como mais uma comunidade de resistência, que buscam fortalecer a luta pela terra e pela reforma agrária, construindo uma vivência orientada pelos princípios e valores do MST. Nesse sentido, busca-se experienciar em meio às condições adversas da resistência, como sol escaldante sobre lonas pretas, sem saneamento básico, banheiros inadequados, mais com soluções sendo buscadas na coletividade para que a resistência fosse sendo construídas na busca das melhores condições de vida moradia e produção.

Eu mesmo nunca tinha morado em nenhuma comunidade assim né, porque as pessoas são diferente mais aqui a gente aprende que tem que ajudar porque se não agente não vence viu, eu fiquei muito feliz quando agente discutiu aqui pra irmos pedir telhas nas cerâmicas para fazer nosso barracão das reuniões, depois às ajudas para construir primeiro as barracas das famílias que tem mais crianças né porque os adultos se viram mais fácil, é muita coisa que aqui é diferente agente pensa em tudo pra agente não desistir né [...] (Informação Verbal²⁸).

Ainda nas perspectivas organizativas e culturais, uma coisa que marcaram os momentos do acampamento é que antes da energia tínhamos noites iluminadas por fogueiras e contemplação das estrelas por nós pelas crianças, relações de vizinhança, partilhas da luta, histórias de vidas nas rodas de cafés e tantas vivências que as noites nas cidades e até nas comunidades não se tem mais, são os valores que há tempo o capitalismo os tinha roubado a capacidade de vivenciar, devido aos perigos de roubos e assaltos que assolam as comunidades

²⁸ Entrevista com M. de L. da Silva – Acampada Coordenadora de NB, em setembro de 2017.

rurais tradicionais.

Outra vertente que se reverte em conscientização dos camponeses, a partir do despertar para sua condição camponesa e seus espaços de luta, são as místicas que caracterizam de forma simbólica a construção dos processos históricos norteados por signos, símbolos, flores, poesias e poemas a construírem novas referências, materializadas nas relações com a coletividade.

Ao perceber a sua condição de excluído, ao começar a identificar os elementos que determinam sua condição de existência, ao perceber a força do trabalho coletivo, começa-se ali a construção de novos paradigmas, que com certeza, farão parte desse novo homem. [...] Na formação desse homem estarão presentes daqui para frente a bandeira do Movimento, os gritos de ordem, que ecoam em todos os momentos das mobilizações, reuniões e assembleias, as músicas que fazem parte do repertório, a mística, enfim, toda uma simbologia e suas significações que fazem parte do ideário de formação dos sujeitos Sem Terra (PEREIRA FILHO, 2003, p. 77).

Com base numa organicidade que dê conta de contemplar os interesses e objetivos das famílias acampadas sem negar os princípios do MST, são inúmeros os desafios da coletividade e da confiança porque são as piores heranças capitalistas que o campesinato cultua, prevalece ainda em grande parte do campesinato um individualismo resistente e um sentimento de desconfiança naquilo que é de todos e como se sentirem parte.

Mesmo com os desafios de organizar os camponeses para enfrentar os problemas juntos, o MST zela sempre pelas células mais importantes da organização das famílias no que são os núcleos de famílias, por ser a instância onde eles se empoderam de suas decisões, tendo os espaços para reflexões, debates é onde constroem as possibilidades de organizarem o território onde moram e produzem.

Salienta-se que essa longas reuniões entre famílias e a busca para construir de forma saudável suas soluções tem sido a ferramenta mais eficiente na organização dos camponeses, pois a adaptação vai ocorrendo de forma natural, considera-se que há todo um esforço coletivo em construir junto às famílias que nunca tinha participado de algo dessa magnitude, cultivar nos mesmos um novo jeito organizativo. Percebe-se que há vários choques de realidade, pois a militância parte de uma abordagem de problemas organizativos já apreendidos em outros processos, nos quais eles têm a árdua tarefa de melhora-los.

Com isso, há que considerar as particularidades emergidas por conta da construção de um modelo de organicidade, mesmo que ele tenha flexibilidade em suas construções junto as famílias pois pode ser inserido em contextos sociais diferentes. Somado a isso se acrescenta o desafio de um novo público da reforma agrária, no caso da Chapada do Apodi onde os mesmo

vem dos regimes patronais mais perverso praticado pelas empresas multinacionais, estamos tratando com proletários das empresas do agronegócio em municípios em que não havia atuação do MST, ou seja, tudo é novo e gera desconforto em alguns casos.

Mas a sequência das reuniões orgânicas é sempre a mesma, como nos diz a militante que atua no acampamento, ao orientar outra militante que chegavam à comunidade para que não invertesse a ordem das coisas.

“Primeiro, os núcleos constroem a pauta certo”? A coordenação só junta os pontos daí surgidos e repassam pra eles organizados para os núcleos. Aí os núcleos então debatem e decidem sobre cada um dos pontos. Recolhem suas opiniões para a coordenação que ao consensuarem suas decisões, realizam a assembleia informativa e de encaminhamentos. Bem eu aprendi assim, né (Informação Verbal²⁹)

Como enfatiza Leitão (2012) em trecho de sua cartilha sobre a organicidade do MST:

A princípio, núcleo de famílias é um núcleo de base que, em virtude de condições objetivas que permeiam a luta por reforma agrária, tem como célula organizativa a família camponesa. A terra para produção, para construção da moradia, como local e matéria prima de expressão cultural, as principais reivindicações, além do modo peculiar como homem e mulher do campo se relacionam com tudo isso, impulsionam nos planejamentos, nas avaliações e nos encaminhamentos internos a consideração prévia da unidade familiar. (p.06)

Considerando os núcleos as instancias de segurança e de maior debate, como também um espaço de forte expressão do exercício da democracia interna. Nesse sentido vemos que as formas de resistência vão se modificando sem perder de vista os objetivos mais amplos como a conquista da terra e seus direitos, vale lembrar que no início do acampamento, tínhamos uma organicidade massiva e com uma força tarefa para a militância que coordenava, como nos lembra a dirigente do MST Flavia Silva:

Olha no começo era pesado viu, nós tinha uma organicidade desafiante mesmo, a gente tinha 12 (doze) núcleos de família e esses cada um com seus 02 (dois) coordenadores (as), e os representantes de cada setor que também tem que ter seus representantes nas reuniões da coordenação, os momentos iniciais foi uma experiência bem diferente e de funcionalidades e rigores da organicidade uma escola para a nossa base, militância e para a classe trabalhadora.

Nessa realidade o acampamento vai se expandindo ganhando outras dimensões mais algumas tarefas são indispensáveis para o andamento dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, gestadas pelo MST, dentre elas destacamos as seguintes atribuições no

²⁹ Flávia Freitas, Militante do MST-CE, trecho de conversa concedida em Dezembro de 2017.

Acampamento Zé Maria do Tomé:

§ *O Coletivo de Infraestrutura* - essa turma é responsável pela organização e o embelezamento do acampamento, como também busca ver todas as benfeitorias desde a construção e alinhamento de barracas, local, tamanho e modelo das plenárias, barracões coletivos (figura 25), banheiros coletivos, cozinhas coletivas, hortas coletivas e familiares entre outras tarefas que compreendem as estruturas do acampamento. No atual estágio de desenvolvimento do acampamento essa equipe tem realizado com muito afinco as medições nos finais das áreas após suas divisões, as distâncias das áreas de plantio dos canais, as definições das estruturas sociais e coletivas entre outras questões da ordem estrutural que por ventura venham a ocorrer no acampamento.

§ *Coletivo de Produção* – Trata-se de um coletivo formado por camponeses (as) com experiências no processo produtivo, que são responsáveis por fazerem os reconhecimentos das áreas de produção, desde os quintais as áreas de uso coletivo.

Figura 25 - Coletivo de infraestrutura do acampamento (cozinha coletiva)



Fonte: Arquivo do autor., 2014.

Figura 26 - Coletivo de produção do acampamento (hora do núcleo do Tomé)



Fonte: Arquivos do MST, 2015.

Garantimos também a inserção dos Técnicos em Agropecuária, que se encontravam acampados, uma vez que, o acampamento fica vizinho a uma escola agrícola. Estes que são acampados se reúnem para pensar a localização das áreas das hortas e pomares individuais e coletivos, orientam a distribuição dos espaços familiares, buscam as formas de captação de água e sistemas de irrigação (rodas d'água, motores, piscinas de lona e demais reservatórios de armazenamento).

No atual estágio do acampamento já o coletivo de produção tem enfrentados sérios problemas com o monocultivo da banana, por mais que esse grupo tenha orientado sobre a

produção orgânica, mais a influência das grandes empresas que rodeiam o acampamento com seus bananais também produz rebatimentos nos camponeses. Mesmo assim, têm sido realizadas várias reuniões sobre a diversificação dos cultivos, sobre a criação de animais, já que a pecuária deve ser também um elemento da produtividade camponesa na ideia de construir diversos sistemas agrários interligados, numa perspectiva agroecológica. A figura 29 retrata a ação no coletivo de produção sobre o cultivo de hortaliças.

Figura 27 - Coletivo de produção - Orientação sobre plantio de hortaliças.



Fonte: Arquivo do autor., 2014.

§ *A Ciranda Infantil* – é um coletivo que pensa o espaço educativo dos sem terrinhas, garantem a ornamentação desses espaços, recolhe doações e materiais para utilizar nas horas de aprendizagem com as crianças. É uma tarefa muito importante no acampamento, pois é esse coletivo de educadores e educadoras infantis que garantem a segurança e o cuidado com as crianças no contra turno escolar ou às vezes o dia todo em finais de semana quando há estudos reuniões e capacitações com as famílias acampadas.

Este é um coletivo que tem garantido a maior participação das mulheres na organicidade dos acampamentos e assentamentos do MST, são as cirandas que tem garantido o direito das mulheres ao estudo, a capacitação e acima de tudo de participar das marchas e demais lutas da classe trabalhadora. Além da tarefa educacional de grande importância que é o cuidado com a infância sem-terra, na construção da sua identidade sem-terra desde os

primeiros passos.

Vale ressaltar que as Cirandas Infantis do MST, não se configuram como um espaço de educação não formal, mais tem uma pedagogia diferenciada e uma intencionalidade diferente, é uma das ações que tem mantido os vários cursos nos Centros de Formação, Cooperativas entre outros. Ainda há uma preocupação no que se refere á infância no MST.

Figura 28 - Coletivo de infraestrutura (Barraca da Ciranda Infantil).



Fonte: Arquivo do autor., 2014.

Para a dirigente do Setor de Educação do MST do Ceará, ela cita a grande importância das cirandas em todos os espaços de formação e lutas da organização e define a Ciranda Infantil como:

Um espaço educativo organizado, com objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança Sem Terrinha, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia, vinculando as vivências do cotidiano, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, e a autonomia [...]. São espaços educativos intencionalmente planejados, nos quais as crianças aprendem, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização de que fazem parte. É muito mais que espaços físicos, são espaços de trocas, aprendizados e vivências coletivas.

§ *Coletivo de Segurança* – O referido coletivo é responsável por manter o domínio sobre a área acampada pelos trabalhadores e arredores, portanto são responsáveis por dividirem as escalas de revezamento da segurança, orientar sobre a situação das vigílias, ver o local e formato das barracas das portarias (entradas). Na ocasião, esse coletivo deve orientar aos demais sobre a segurança, medidas (uso dos fogos), as conversas e orientações aos visitantes entre outras questões que asseguram a segurança do acampamento. São as

peessoas que tem a missão de serem vigilantes mais que tenham que se preocupar com o todo, tendo sido um coletivo bastante acionado por ser obrigatoriedade de todas as famílias realizarem sua segurança e nesses períodos de negociações das terras temos nos deparados com várias ordens de despejos e reintegrações de posse da área, a resistência do acampamento vive em clima de represália porque o Estado tem fortalecido a ideia de repasse destas áreas para empresas da fruticultura irrigada.

§ *Coletivo de Disciplina* – Esse grupo tem sido um dos mais estratégicos no que diz respeito a garantir a nossa resistência e organicidade do MST no acampamento, esta companheirada tem a responsabilidade sobre o cumprimento de horários, reuniões, tarefas e acima de tudo é um mediador de conflitos internos. É um coletivo muito acionado pela coordenação e demais famílias, trata-se de buscar solucionar as diversas adversidades advindas da convivência, do desrespeito às normas internas, da conduta de alguns acampados, com relação aos criares em locais inadequados, relações familiares conturbadas, problemas de ausência de adolescentes na escola, a velocidade dos condutores nas estradas onde tem as moradias, visitas desconhecidas no assentamento, enfim tratam de realizar as devidas conversas encaminhadas pelo acampamento nos diversos problemas entre as famílias. O mesmo é composto por representante da direção estadual do MST, militância, dirigentes do acampamento e famílias acampadas.

§ *Coletivo de Finanças* – São pessoas designadas pela comunidade, para se responsabilizar pela gestão dos recursos arrecadados nos processos de doações, contribuições e eventos realizados pelo acampamento. Na ocasião, esse coletivo se reúne para pensar e levar propostas para a coordenação sobre prioridades no que diz respeito aos custos coletivos como: óleo do gerador de energia, alimentação para as cozinhas, recursos de passagens para reuniões e audiências, material para construção de benfeitorias coletivas, problemas de saúde de alguma família acampada, entre outras questões.

§ *Coletivo de Saúde* – São aquelas famílias que se responsabilizam por fazer limpeza do espaço de atendimento médico, que faz o levantamento das principais demandas como hipertensos, idosos, crianças especiais. Também ficam em contatos com as secretarias para ter controle sobre as visitas da equipe do PSF. Buscam garantir a fiscalização sobre as marcações de exames. Organizam o material de primeiros socorros e demais medicamentos de usos mais comuns. Fazem uma prévia inspeção sobre o destino do lixo, o tratamento das águas (limpeza da cisterna), a qualidade dos alimentos consumidos e até orientam sobre o aproveitamento de algumas verduras e frutas. No atual momento tem sido delegado na organicidade do acampamento que sejam construídos hortos medicinais, para

que possamos garantir uma medicina menos medicamentosa e também evitar a automedicação, realizam os discursões sobre focos de dengue e os diversos aconselhamentos quanto ao uso de lamberes, chás, mel e outras ações da medicina natural junto as famílias acampadas.

§ *Coletivo de Mística e Ornamentação* – São aqueles e aquelas que pensam momentos de interação nas reuniões e assembleias, elaboram místicas temáticas que auxiliam na formação da consciência da companheirada trazendo fatos de uma realidade vivenciada pelos camponeses em luta, em acampamentos, assentamentos etc. Na ocasião elaboram poesias, poemas e textos que orientam a luta e a resistência das famílias. Essa equipe puxa as animações nas assembleias com músicas de artistas populares da reforma agrária, muitas vezes canções de repúdio a concentração fundiária, de denúncia ao capitalismo, ao Estado burguês e com gritos de guerra que unificam as causas e lutas dos povos do campo e da cidade. Fortalecer a mística e a pertença têm sido a estratégia mais eficaz de motivar a juventude a se inserir nos processos organizativos e a construir espaços de intervenção com teatro, danças e demais apresentações como forma de animar a companheirada.

Para além dessa estrutura organizativa anteriormente citada, consolidou-se um coletivo de negociações externas e internas que dão conta de ir apurando todos os processos ocorridos com vistas na resolução da referida área. Vale ressaltar que em meio a todos os processos de negociações há sempre muitas pressões de empresários da fruticultura irrigada, lembra-se que durante os primeiros oito meses de ocupação as famílias viveram sob vigília coletiva em função do pedido de reintegração de posse por parte da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodí (FAFIJA) e DNOCS, devido à pressão exercida pelo agronegócio, que exigiam o despejo imediato das famílias. Na ocasião, depois vieram outros processos de reintegração em que os boatos e amendrontações eram fortes pra que desistíssemos desta terra, mais a organicidade ganhava corpo e se fortalecia na coletividade e a resistência acontece.

Com base numa organicidade baseada na participação das famílias, o coletivo nas instancias são formadas a partir do apontamento das referidas famílias, no caso da composição da coordenação de núcleos para participar das reuniões, e dos estudos porque essa instancia é considerada a mola propulsora do acampamento, ela estuda, discute, propõe, pensa a totalidade do acampamento a partir da leitura, debates, sentimentos e questões advindas dos núcleos. É bom lembrar que todos os problemas do acampamento, das negociações, das dificuldades, da vivência, da resistência, da geração de renda, do perfil das famílias, ou seja, questões de todas as ordens passam por esse coletivo. Lembro-me de uma

fala da Coordenadora de Finanças Mônica, camponesa 37 anos ao ser perguntada sobre as reuniões:

Nós da coordenação temos que ter sangue no oi, porque são muitos problemas e elas (as famílias) querem que a gente resolva tudo. Às vezes penso que a gente não vai conseguir mais aí cada um vai opinando, discutindo discordando e finda dando tudo certo. Mais aqui, tem dia que nossas reuniões entra pela noite porque é muita coisa e todo mundo tem sua opinião né, mais eu acho bom porque tu tem que se acordar se não vira bagunça né [...] é muito bom esse jeito que o MST nos ensina porque onde eu morava isso dava era briga, mais aqui agente estuda reflete aí entende e ajuda os outros né...

Como instancia máxima do acampamento temos a assembleia geral, que também é um momento de informes gerais, como também se configuram como espaços de estudo, sobre a realidade brasileira, regional ou local, sobre o campo a agricultura, a estiagem, a política de irrigação entre outros aspectos.

Em algumas assembleias um dirigente estadual do MST conduz o espaço da formação, realiza-se um debate com várias falas e reflexões sobre a temática abordada. Ainda assim, a assembleia é um espaço deliberativo e democrático, lá são repassados as resoluções da coordenação depois de discutidos e rediscutidos nos núcleos, é como diz os acampados “*a assembleia é o apurado dos núcleos*” (Ver figuras 29 e 30).

Figura 29 -Realização de assembleia de mulheres no acampamento



Fonte: Arquivo do autor., 2016.

Figura 30 -Realização de reunião da Coordenação dos Núcleos de famílias no acampamento



Fonte: Arquivo do autor., 2016.

Busca-se construir sempre um espaço místico e animado para ser atrativo da participação de todos e todas, depois de feitos todos os informes é cantado o hino do MST, onde se denomina dois companheiros (um homem e uma mulher) para segurar em um local de maior centralidade a bandeira do MST, após a aclamação com palmas são entoados gritos de

ordem em seguida todos realizam filas juntos as plaquetas de seu núcleo onde cada coordenador dos núcleos, realiza a coleta de assinaturas para controle da participação e resistência.

Em suma, a organicidade do acampamento é a alma da resistência e uma das mais fortes armas contra as empresas que vivem investindo externamente na imposição do enfrentamento e construindo a cultura do medo. É justamente na construção da consciência coletiva que vai se ampliando os laços unitários de justiça, solidariedade e necessidade da luta. Com isso vislumbra-se fortemente a verdadeira frase do revolucionário Che Guevara: *“A organização é a chave que permite agarrar as iniciativas do povo e transformá-la em ação”*, forjando na prática cotidiana os reais sujeitos da classe trabalhadora que busca para além da luta pela reforma agrária ampliar direitos, terras e territórios.

4 DE PROLETÁRIO A CAMPONÊS

4.1 Por Que Ainda Trabalhamos Para O Capital?

Os processos de reafirmação camponesa na Chapada como forma de resistência estão carregados de interrogações sobre as condições das impactadas pelas realidades da questão agrária, em que sofrem processos de expropriação e violência (MARTINS, 1991). Na perspectiva da construção da resistência, a classe trabalhadora desenvolve estratégias para resistir aos processos expropriatórios (BURBACH; FLYN, 1982). É notório que as mudanças ocorridas nos processos produtivos de suas terras foram profundas, já que sempre houve um costume de produção em pequena escala para o mercado e para o consumo das famílias.

Estas mudanças condicionaram os camponeses a produzirem nos padrões de exigência do mercado capitalista, resultando em endividamento que produz as fileiras de uma proletarização precarizada. É fato que as corporações sempre monopolizam as terras mais férteis e de melhor acesso à água para irrigação. E por meio de seus poderes de influência estabelecem relações que proporcionaram a aquisição de máquinas e demais insumos, expropriando os camponeses de suas áreas por não se condicionarem ao regime capitalista.

Com base na pesquisa junto aos trabalhadores residentes na região desde os anos 1980, mais precisamente com o início das demarcações de áreas para as construções das infraestruturas do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, observamos como as vidas desses camponeses foram transformadas pela modernização do processo produtivo de irrigação com pivôs centrais e acima de tudo com a implantação de cultivares que não eram de sua cultura agrícola, e por fim a chegada das grandes empresas transnacionais e seus modelos de exportação.

Rapaz mudou muito a nossa vida, porque eles vieram com uma conversa do que nós queria e nós dizia que era água que onde tem água tem vida, mais mudou muito prá nós porque os doutor do DNOCS eles começaram bom porque dizia que as terra era nossa e nós cuidava mesmo que nós tudo gosta de plantar né, mais aí depois tudo era do jeito deles porque eles queria que nós plantasse muito junto viu, e tinha que ser do jeito deles né, porque eles também só comprava de nós se fosse daquele jeito que eles diziam. Na verdade, a gente sempre pensa que tudo é bom né porque nós não tinha muito experiência com a irrigação viu e com esse pivô nós tinha mesmo, aí a gente sabe que aguam muita planta de uma vez só, mais era tudo com muito veneno e com muita exigência dele e nós não tinha tempo pra nada. Era corrido viu, mais o pior de tudo não foi isso foi quando a gente perde a terra que essa empresa entra aí meu filho a gente sofre viu [...] Jeles num brinca

não” (Informação Verbal³⁰).

O endividamento dos camponeses com a modernização capitalista dos processos produtivos e a subordinação aos ditames da produção para a exportação levaram à proletarianização. Elencamos alguns fatores que culminaram com a expropriação do campesinato cooperado, irrigante e produtor, e passou a dispor apenas de sua força de trabalho para as empresas, dentre estas razões estão:

- O cerceamento desses camponeses que teimam em resistir produzindo em meio as grandes empresas (ameaças e diversas propostas para saírem, para que a empresa tenha áreas contínuas e produções monocultoras);
- Condições de endividamento a que se submetem devido aos altos investimentos em benfeitoria (como cercas, poços sistemas de irrigação, entre outros) e não conseguindo realizar a reposição desses investimentos, eram obrigados a vender seus territórios de garantia de sustento;
- Outros faliram devido a perdas de parte dos seus cultivos (a falta de qualidade do produto dificultou a venda e perdia os contratos de entrega, entre outros), nessa situação os investimentos para uma nova cultura se tornavam muito dispendioso e então arrendavam ou vendiam suas áreas;
- Outra condição era a perda total de seus cultivos, devido as mudanças na vizinhança, com pulverizações, áreas de pequenos que se tornavam refúgios de pragas;
- Por fim a intensa pulverização aérea que contaminava todas as águas de irrigação, e fontes de água para o consumo, onde o adoecimento também fez camponês deixarem seus lotes, esta última razão foi uma das mais emblemáticas e conflituosas e por quem tanto lutou e combateu nosso aguerrido camponês Zé Maria do Tomé.

Eles (as empresas) estão acabando com nossas águas, nossas terras e até as nossas vidas, vocês não deixam nós produzir o que nós comemos, está ficando tudo envenenado, temos que parar com esse avião, porque é muito veneno, e né só nas plantas não até em nossas casas, eles fazem isso ver se a gente vai sair de lá porque a gente já num estamos mais como irrigantes né, porque eles foram se apossando de tudo, porque a gente se endividou né (Informação Verbal³¹)

³⁰ Depoimento de Seu Raimundo, 83 anos residente na comunidade do Cabeça Preta, em outubro de 2017.

³¹ Fala de um Camponês Acampado do Zé Maria do Tomé, retratando conversa com o Sr. Zé Maria do Tomé em Limoeiro do Norte (2009), antes de sua entrada na câmara de vereadores para fazer um pronunciamento de denúncia da pulverização aérea, sempre relatando que a água da Chapada estava toda contaminada, e nos dizia sempre: “eles tem que parar com esse envenenamento”.

Contra a dominação e a racionalidade capitalista há a perspectiva de construção da resistência camponesa. Na ocasião buscamos compreender como iniciar a organização camponesa frente a um processo de mudanças na relação patrão e empregado. A pergunta: por que ainda trabalhamos para o capital carrega a intencionalidade da mudança, quando trabalhadores estão saindo da condição de proletários para (re)construir uma realidade camponesa, em um processo de retorno as suas atividades agrícolas, a partir da luta pela terra e nas disputas territoriais junto aos perímetros irrigados. Como materialidade completa desta realidade, a pesquisa traz a organização das famílias do Acampamento Zé Maria do Tomé na Chapada do Apodi no Ceará, que têm como centralidade a autoafirmação camponesa na superação da super exploração estabelecida pela condição proletária precarizada ofertada pelas multinacionais instaladas no território.

Nestas construções coletivas e solidárias as famílias acampadas compartilham experiências, ressignificando a realidade, construindo os espaços de socialização política na passagem de *proletário a camponês*. Trazem presentes as histórias de vidas e lutas nesta nova estadia no espaço e território de luta, resistência e produções que vão tecendo traços de novas relações de autonomia junto à produção de sua existência na terra em disputa, mesmo sob a desaprovação dos empresários e com ameaças de despejo.

Era muito difícil mesmo, quando a gente era só empregado, porque patrão sabe como é né, por mais que a gente trabalhe ele sempre quer mais porque ele só vê o lucro, muito lucro [...] E a gente nunca conseguia juntar nada nem comprar nada, porque só dava prá aluguel, gás essas coisas né e tudo de comer era do comprado. Mais agora que eu moro no acampamento aqui dos “sem-terra” a gente tem onde plantar, a terra é boa e nós já tiramos muita coisa de comer daqui de nossa terra, antes tudo era do comprado só do que a gente ganhava na empresa, e não dava prá nada, por isso que eu defendo que a gente seja agricultor e não empregado (Informação Verbal³²).

Esta realidade explicitada pelo referido agricultor é um relato emblemático dos camponeses, quanto ao pagamento pelo seu trabalho. Na maioria das vezes, as questões salariais são focos nas rodas de café com conversas, nos coletivos entre outros espaços de socialização política, onde a situação se resume insuficiência em pagar as contas, Os relatos dos ex- empregados das empresas do agronegócio afirmam o quanto é precário e árduo o trabalho e falam da importância de ter a terra e poder plantar. A perspectiva da liberdade camponesa passa pelo o acesso à terra como sustentáculo mesmo.

³² Agricultor Manoelito, 43 anos, Coordenador de Núcleo e Acampado do Zé Maria do Tomé, em setembro de 2017.

Lá eu sofria viu, eu também digo que nós temos que melhorar sempre nossas terras e nossa produção aqui no acampamento, temos que nos unir mesmo, porque nós tem que ser é agricultor mesmo porque essas empresas não tem “pena do nego” não elas só querem pro bolso delas e outra coisa é muito trabalho e pouco dinheiro que eles paga. E se você faltar é muita humilhação, se a gente adoecer e for consultado pelo deles parece que você não tem doença, eu mesmo passei mal com um veneno que eles colocaram lá, o médico só olhou mandou se sentar e com uma meia hora já mandou voltar pro campo, nessa empresa aí a gente só vai que precisa mais num presta não viu. Nós tem é que sair delas e trabalhar no que é nosso, porque nós somos é agricultor eu digo que ser empregado dessa empresa sofre muito viu. (Informação Verbal³³).

Eu sei o que eu passei naquelas empresas eu trabalhei em várias delas, quando eu cheguei aqui eu tinha saído e tinha acabado minhas parcelas (seguro desemprego), aí Deus sabe o que faz porque eu não estava querendo voltar mesmo, aí veio o MST e convidou nós pra esse acampamento, eu digo que foi a melhor coisa porque aqui na Chapada tendo terra e água num precisa trabalhar pra esses “sanguessugas” não, aquilo é uma peste você trabalha de sol a sol e num tem nada, eu trabalhei nas bombas de irrigação eu trabalhava até no domingo ligando e desligando e eles num reconhece a gente em nada. E aqui nós se organizamos e tamo produzindo e se Deus quiser se o governo mais o DNOCS num botar nós pra fora a gente não precisa voltar pra ser empregado não, vamos produzir é no que é nosso (Informação verbal³⁴)

Essa é uma fala dos camponeses que já superaram as condições de proletariados, mais ainda existem outros trabalhadores que dividem seus tempos de trabalho na dupla jornada de camponês e proletário mais com sua dinâmica se ajustando para fortalecer sempre a confiança nos processos organizativos de resistência e superação. Nessas condições, permanecem os baixos salários em virtude da quantidade de camponeses que pleiteiam essa forma de proletarização, exército de reserva disponível para as empresas empregadoras utilizarem de técnicas que intensifiquem a força de trabalho.

Destacamos que mesmo as empresas modernas como Del Monte e Banesa entre outras instaladas na Chapada do Apodi, sempre optaram por esta estratégia, pois como afirma (BURBACH e FLYNN, 1980 p.158), que “a mão de obra representa uma parcela grande do custo total de produção, propiciando aos empregadores agrícolas terem um forte incentivo a manter os salários dos trabalhadores em níveis de simples subsistência”. Por sua vez, sempre recorrem às inovações para ampliar ainda mais o produtivismo, como são os casos dos trabalhos manuais, ampliando mais as contratações sazonais como por exemplo nas colheitas, submetendo os camponeses a maior precarização, promovendo a competição entre eles. Exemplo típico desta condição de trabalho sazonal são as colheitas de feijão no Perímetro

³³ Fala de Seu Nonato, Coordenador de Núcleo de Família e Acampado do Zé Maria do Tomé.

³⁴ Luiz Caboré- Coordenador de Núcleo e Acampado no Zé Maria do Tomé.

Irrigado Jaguaribe Apodi, como também as acerolas e goiabas no Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

Em ambos os casos nos deparamos com situações degradantes dos trabalhadores, que na maioria das vezes não são apenas os homens, têm mulheres e até crianças (algumas no contra turno escolar e outras que perdem bastante aula nesse período) para ajudar suas famílias na colheita. Até nas falas das mães colhedoras de acerolas quando perguntada sobre a aula dos filhos, *“não mais é tranquilo as professoras já sabem que nesses dias eles estão pras as acerolas”*.

Acarretando todas as possíveis modificações na vida destas famílias. Como a lógica dessas corporações é sempre acumular, elas deixam os trabalhadores “sempre livres” com relação aos horários de chegar no campo, já que adotaram o sistema de valoração por tarefas em que cada trabalhador é pago pelo que colhe. Acordam três horas da manhã, fazem algo para levar (comida), saem três e meia e chegam lá as quatro horas, segundo nos contaram, quando já é possível enxergar os frutos (no caso da acerola, ou goiaba) ou as vagens (no caso do feijão) inicia a colheita do dia, como dizem eles quanto mais cedo, mais colhemos.

Nós aqui chegamos logo é quatro horas da manhã, nós num pode brincar não porque é muita gente e tem dia que a gente não apanha muito aí não ganha nada, eu não gosto desse horário porque as vezes meus filhos tem que acordar essa hora também e vem no frio né, as vezes ele só me ajuda lá paras seis horas porque ele fica cochilando por lá né, mais tem dia que te muita muriçoca aí todo mundo fica se movimentando, é muito difícil viu prá quem quer ganhar alguma coisa. Uma coisa que eu acho ruim é quando o carro atrasa porque ele nunca atrasa prá ir pegar mais pra vim deixar nós é horrível. Isso é chato porque a gente que é mulher quando chega em casa ainda tem que fazer tudo né. Mais a gente precisa né e é tanta gente que a gente as vezes é quase brigando pelas plantas mais produtivas, muito complicado mesmo (Informação verbal³⁵).

Vale lembrar que essas condições geram diversos conflitos tendo em vista que ocorre uma disputa criada pelo empresário que obriga os trabalhadores a exercerem jornadas de trabalho prolongadas e exaustivas, pois se submetem a negação do repouso, alimentação sem uma boa qualidade e preparada na noite do dia anterior, os mesmos sofrem de muito cansaço pelo ritmo da colheita e também de sede porque não querem perder tempo.

Eu mesmo num gosto de pegar no serviço e ficar parando porque enquanto a gente vai comer alguma coisa e beber água perde muito tempo, aí os cabras já tem colhido nos melhores pés né, aqui é assim você tem que se sacrificar porque se não a gente não colhe muito, eu às vezes só saio prá mijar porque

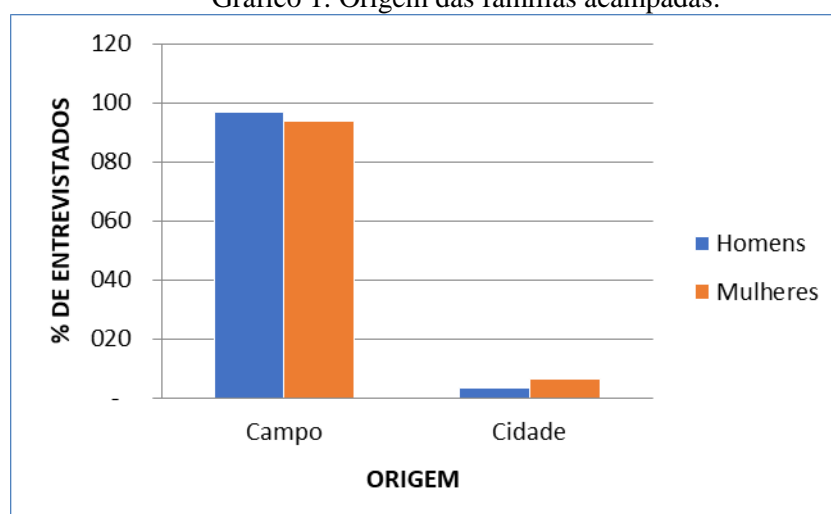
³⁵ Palavras de Dona Nilza – Coordenadora da Infra e Acampada no Zé Maria do Tomé, em setembro de 2017.

não aguento, mais comer só como no final ... tem vez que eu fico andando com a garrafa d'água no colo, mais fica pesado aí eu fico logo é com sede mesmo, mais dar certo a gente vai passando. A gente sofre mais tem que ser assim porque eles só chamam a gente quando tem colheita e quando acaba pronto!! E se a gente não for “bom apanhador” na outra safra ele não chama a gente por isso que eu me esforço mesmo (Informação Verbal³⁶).

Outro elemento relevante que assola esses camponeses colhedores de frutas é o deslocamento, pois são carregadas em carros abertos sem nenhuma segurança, amontoados crianças e adultos nas madrugadas e final das tardes. Nesse sentido, observa-se que sempre há uma estratégia do capitalismo no campo, pra que se fortaleça a exploração e em contrapartida haja acumulação, como nos dizem Burbach e Flynn (1980 p.158), “quaisquer que sejam as combinações de métodos usados para explorar a força de trabalho, o desejo de lucros traduz-se num ataque diário as vidas e condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas”. É fato que essas empresas sempre mapeiam estrategicamente as regiões nas quais serão implantados seus redutos de acumulação capitalista, pois as mesmas se instalam em lugares onde o apoio por parte do Estado são maiores, dentre elas elencamos: a disponibilidade de mão de obra, preços de água e energia com subsídios estatais, terras disponíveis e apropriadas para a expansão agrícola entre outras vantagens. Nesse sentido, reflete-se acerca do que nos afirmava Burbach e Flynn (1980, p.147), que nessas condições “essas regiões vão se tornando espaços onde a agricultura moderna é um centro dinâmico de acumulação de capital, tornando a terra mercadoria muito valorizada e escassa”.

Construímos um breve levantamento de alguns dados sobre as famílias do acampamento, como sua origem e as relações de trabalho antes de acamparem, ver Gráfico 1.

Gráfico 1: Origem das famílias acampadas.



Fonte: Construído com base nas entrevistas realizadas pelo pesquisador.

³⁶ Depoimento do Agricultor Vando – Apanhador de Acerolas, em janeiro de 2018.

Na atualidade, o Acampamento Zé Maria do Tomé carrega a intencionalidade de materializar esse processo que afirmamos no início do capítulo, que é a busca pela superação do trabalhador proletário para que o mesmo passe a construir suas formas de sobrevivência a partir de seus processos produtivos como camponês irrigante acampado. No entanto, é um público que se libertou de uma dinâmica empresarial, em que a ação do agronegócio modificou suas formas de vida e de relação com a terra, pois tratava-se de camponeses sem-terra subordinados à condição de proletários agrícolas em terras alheias. Agora no acampamento, por suas condições de acesso às suas áreas de plantio, concentram todos os esforços em uma produção diversificada e durante todo o ano com a condição irrigada onde suas “liberdades e autonomias” estão sendo construídas em meio da resistência e a organização de sua produção. Todavia, esses desafios passam inicialmente pelo auto reconhecimento dos camponeses em questão.

Observa-se que a maior parte dos trabalhadores e trabalhadoras tem origem no campo, ou melhor, na região que margeia o Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi. É desse lugar que vem os sujeitos que constroem a história do acampamento Zé Maria do Tomé. São eles e elas que na negação do acesso à terra e, nas condições de empregados(as) das empresas, são encorajados pelas reflexões e trabalhos pastorais e comunitários da Caritas Diocesana de Limoeiro do Norte nas diversas comunidades da Chapada do Apodi e que, posteriormente, com o MST vão ressignificando a realidade, desmascarando as empresas exploradoras e fortalecendo a ideia de organizar a luta e a resistência para conseguir a terra e “melhorar de vida”, como assim disseram os camponeses.

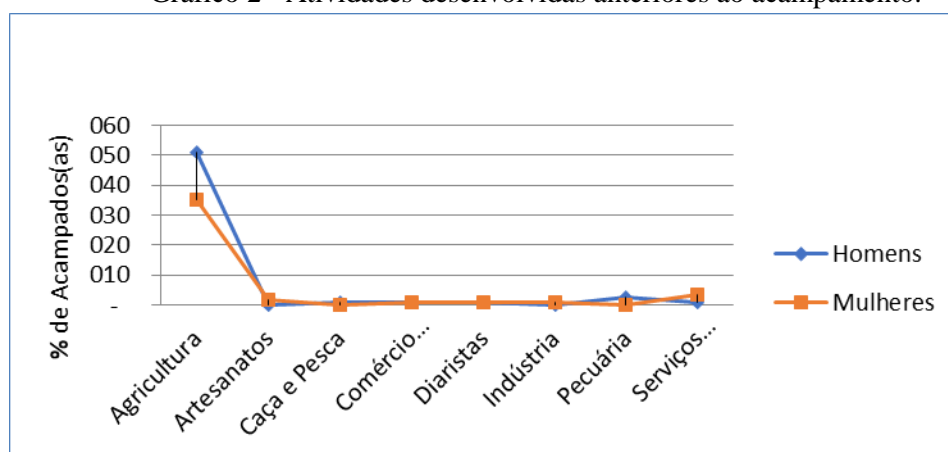
Nós aqui somos muito agradecidos a Caritas porque ia mostrando prá nós o que essas empresas faziam com a gente viu, porque elas só queriam poluir nossas águas e nossas terras, porque o emprego nelas era sofrido, aí com as reuniões com os pessoal tudinho e o MST aí a gente decidiu mesmo que nós precisava enfrentar eles prá melhorar de vida, eu mesmo vim prá cá porque a gente luta por uma vida melhor né... e aqui na Chapada a gente só melhora de vida se tiver a terra se não num planta nada e tem que ficar só nas empresas (Informação Verbal³⁷).

A respeito das atividades, as famílias desenvolviam atividades agrícolas e não agrícolas. Predominam as atividades com agricultura e como nos mostra o gráfico 02. Muitos desses trabalhadores não possuíam terras e o que eles denominaram como atividade agrícola são os empregos junto as multinacionais do agronegócio. Essas ocupações mantinham os camponeses na condição de subordinação às empresas, pois elas dinamizam as atividades

³⁷ Conversa com o Agricultor Pereira – Acampado no Zé Maria do Tomé, em setembro de 2017.

acessórias locais, mantendo esses trabalhadores no mundo do trabalho capitalista. Vale lembrar que muitos desses trabalhadores por estarem à mercê da oferta destas empresas, tinham passagem por várias delas, porque algumas contratavam em regime de sazonalidade, por colheitas, por ciclos de culturas por períodos pré-estabelecidos, além dos trabalhadores que eram demitidos e já buscavam se fichar em outras empresas.

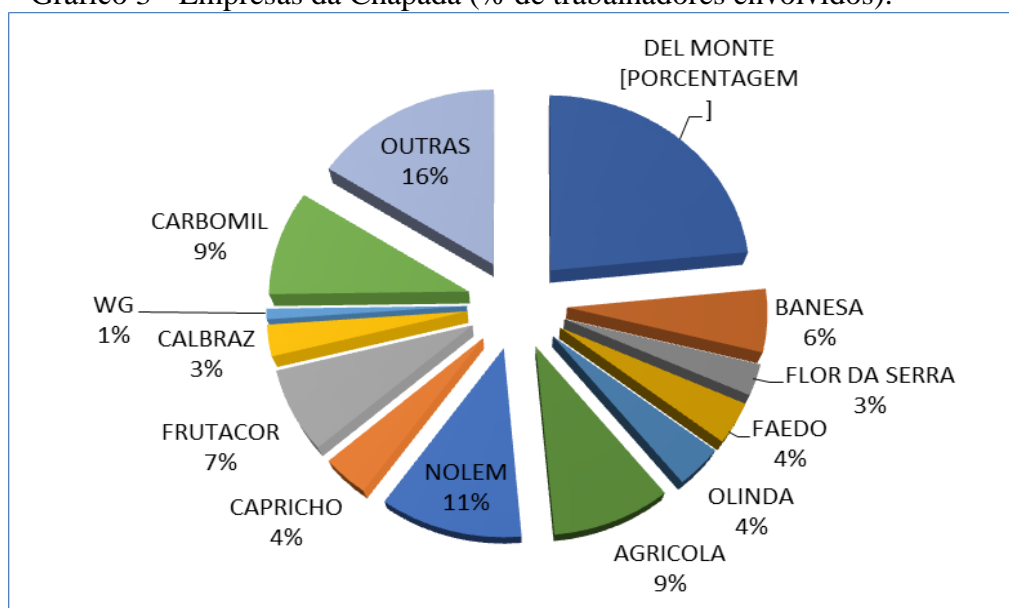
Gráfico 2 - Atividades desenvolvidas anteriores ao acampamento.



Fonte: Construído com base nas entrevistas realizadas pelo pesquisador, 2017.

O gráfico 3 abaixo indica as empresas que foram receptoras desses trabalhadores e suas respectivas percentualidades junto às empresas agrícolas e não agrícolas.

Gráfico 3 - Empresas da Chapada (% de trabalhadores envolvidos).



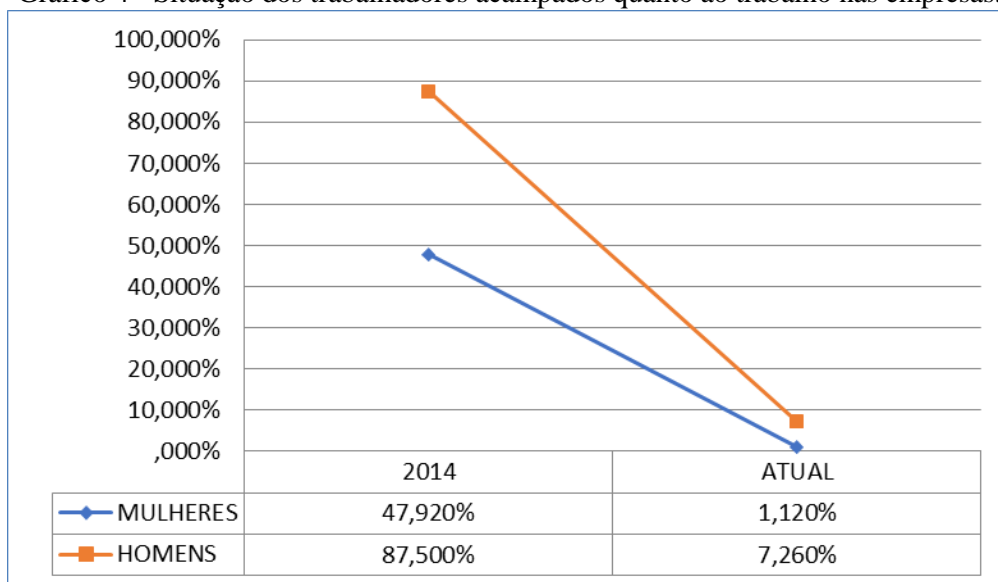
Fonte: Construído com base nas entrevistas realizadas pelo pesquisador, 2017.

Ao observarmos a representação gráfica, vê-se o quanto o capital ramifica e combina para manter a expansão territorial e sua dominação junto aos trabalhadores, pois trata – se de

diversos investidores, inclusive capitalistas estrangeiros que se articulam com os nacionais e lançam seus pacotes em solos cearenses e potiguares, desconsiderando todas as resistências e experiências camponesas existentes, para centrarem suas bases de acúmulo capitalista em detrimento da exploração dos trabalhadores pelas ações corporativas do agronegócio.

Observe o percentual de membros das famílias acampadas que já passaram pela multinacional Del Monte e como que ela estabelece o monopólio da expansão agrícola sobre a Chapada por um período. O fato que é justamente a empresa Del Monte que traz esse modelo ou essa forma de contratação em massa como também “demissão em massa”, adoção de vigilantes e capatazes como formato de coordenação que amedronta e faz acelerar os ritmos de trabalho e controle dos processos produtivos. Formato condescendido pelas demais empresas, perpetuando a lógica de produção para exportação que cria subemprego para diminuir os custos, ocupando mais gente, por menos tempo, vão mantendo o máximo de pessoas *trabalhando para o capital*. O acampamento foi em maio de 2014 e promoveu uma mudança nos camponeses acampados na relação entre trabalho assalariado e trabalho no acampamento. Comparando 2014 com 2018 temos a atualização dessas participações, como demonstrado do gráfico 4.

Gráfico 4 - Situação dos trabalhadores acampados quanto ao trabalho nas empresas.



Fonte: Síntese dos Questionários aplicados pelo pesquisador, 2018

O Acampamento Zé Maria do Tomé é um território de resistência ao modelo do agronegócio e é uma referência para o fortalecimento do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa. Essa realidade é fato concreto de uma contra hegemonia realizada por esses camponeses que se organizaram para disputar a posse e uso das terras, que estamos

traduzindo na expressão de proletário a camponês, porque há uma transição de peões das empresas do agronegócio que foram readequando seus tempos e afazeres do acampamento e trabalhando na empresa. Atualmente poucos são os que permanecem nas empresas.

Rapaz eu num sei assim contar não viu, mais depois que nós ocupamos aqui, e que os movimentos foram ajudando nós a se organizar e começar plantar no que é nosso, muita gente se animou viu e saiu dessas empresas aí, porque no começo quase nós tudim viu, era só o que tinha aqui na Chapada né, mas porque passamos a compreender que só merece a terra quem luta por ela e trabalha nela, aí eu sei que muita gente saiu dessas empresas viu, outros estavam nas parcelas e já iam voltar, mais hoje a gente viu que o certo é nós ter nossas terras, pode até nós trabalhar em outras coisas né, ajudar as vezes aí nos sítios mais pra essas empresas todos os dias naquelas condições muita gente num quer mais não viu. A nossa luta foi boa mesmo (Informação Verbal³⁸).

Estamos diante de uma mudança significativa na vida destas famílias em uma reprodução, ainda, precária devido à luta de resistência estar sendo conquistada processualmente, mais há autonomias relativas ou quebra de várias amarras, pois na atualidade representamos a mínima dependência possível de trabalharmos sobre os mandos destas multinacionais e reafirmando que a reforma agrária continua sendo uma bandeira atual, urgente e necessária.

4.2 A Renda Camponesa e as Condições De Vida

Eu às vezes me pego pensando que nós ainda vamos chegar aquele tempo de passar fome, mais fome mesmo, olha você não viu, mais nós era vendo a hora roubar prá comer, porque sem as terras e sem ter como plantar, porque eles querem acabar com nós agricultor e com a agricultura e sem a agricultura nós passa fome mesmo (Informação Verbal³⁹).

No atual contexto da questão agrária, com a territorialização do agroextrativismo como uma das faces do modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista a fome e a comida processada permanecem como problemas da natureza do sistema capitalista. A participação do campesinato na produção de alimento saudável é estratégica para o desenvolvimento do modelo de desenvolvimento da agricultura camponesa. No entanto, temos que discutir como se atrelam suas rendas na sua condição de resistência e existência como camponeses.

Faço uma tentativa de trazer presente nas ideias dos camponeses residentes no

³⁸ Acampado Lucinei, 35 anos, ex-funcionário de empresas na Chapada do Apodi, em setembro de 2017.

³⁹ Trecho de uma conversa com um camponês A.J de M. da comunidade do Cabeça Preta durante as entrevistas.

Acampamento Zé Maria do Tomé, quando nas conversas do cotidiano durante os coletivos da produção. Os camponeses trazem consigo a ideia de que só gera renda na produção camponesa quem tem “muito” dinheiro para investir. Essa ideologia construída a partir da lógica da produção empresarial, que o agronegócio tem propagandeado e que tem levado vários deles a desfazerem de suas terras ou desistirem de seus cultivos.

Às vezes eu penso assim, porque eu realmente tinha minha terra sabe, aqui perto dos primeiros pivôs viu, mais a gente via que só dava pra se manter quem tinha como investir, aí eu fico sempre dizendo que a gente quer gerar renda pra nós, mais essa renda tá difícil só se o nosso coletivo funcionar muito bem viu, porque a ambição não pode tomar de conta nós tem que produzir pra ter nossa renda prá se sustentar daqui por isso é difícil (Informação Verbal⁴⁰).

Esses sujeitos, imbuídos da lógica da sociedade capitalista que situa possibilidades e necessidades em relações de troca, encontram no território camponês outras relações, como solidariedade, pertença familiar e camponesa. Neste contexto, são materializadas relações individualistas e cooperativistas entre os camponeses em suas vivências. Como nos mostra Oliveira Junior e Conceição (2016), o campesinato não é determinado somente pelas relações sociais da economia moral, mas também pelo sistema capitalista, que se apropria da renda camponesa, rebaixando as condições de vida dessa classe social. E ainda acrescentam que:

A economia de mercado, ao invadir a cotidianidade de tempos e relações regidos pelo valor-de-uso, como o é nas comunidades camponesas, provoca transformações significativas neste mundo marcado pela pessoalidade nas relações entre os sujeitos da comunidade. A impessoalidade do mundo espetacularizado do capital vai imprimindo suas marcas nas paisagens e nas relações sociais destas comunidades, provocando diferenciação entre as famílias camponesas. Diferenciação quanto às possibilidades de manutenção da família na terra que garante a reprodução familiar. Neste sentido, a propriedade móvel, diante dos mecanismos de livre concorrência tem caminhado no sentido da acumulação sob o controle de uma minoria da população. Para o campesinato, tem significado, a diferenciação (assim como Lênin (1982) observou no caso particular da Rússia). Mas, mais comum tem sido a apropriação da renda da terra da família camponesa, levando-os a sobreviver com condições mínimas (OLIVEIRA JUNIOR; CONCEIÇÃO, 2016, p.92).

Os camponeses possuem suas diferenciações políticas, econômicas e culturais. No acampamento Zé Maria do Tomé há família que tem mais mão de obra jovem e possui membros da família aposentados, tem condição diferenciada daqueles que estão só vendendo sua força de trabalho na possibilidade de “trabalhar na empresa pra investir no que é meu”, mais vemos que a condição imperativa do capital no campo, vai moldando as relações por uma

⁴⁰Fala do Sr.Manoelito – Acampado no Zé Maria do Tomé em setembro de 2017.

determinação mercadológica e a necessidade de comprar muita coisa que não se produz gera diferenciações entre os camponeses, vão se desintegrando, e uns até desaparecem e adentram as condições de uma renda apenas com a proletarização. Sobre essas afirmações os referidos autores afirmam:

O movimento da História, sob os imperativos do capital, tem causado na unidade de produção familiar não somente o seu desaparecimento, desintegração mas também, diante da luta pela conquista da terra, a garantia pela reprodução da classe, que os mecanismos de mercado ao enveredá-los na sua lógica pode provocar, a diferenciação entre os produtores, uns apresentando melhores e maiores condições materiais de produção; pode os proletarizar, expulsos de suas terras ou sem condições de reproduzir-se na terra buscam a “luz” da cidade como fuga à negação de sua condição de vida no campo; e, para aqueles que ficam na terra, precariza as suas condições de existência pelos distintos mecanismos de apropriação da renda familiar pelas personificações do capital. Vivem neste ciclo contribuindo à acumulação do capital em sua forma não-capitalista de produzir e existir. Processos que se desenvolvem a partir da propriedade privada da terra feudal e acirram-se com a sociedade capitalista (OLIVEIRA JUNIOR; CONCEIÇÃO, 2016, p.92).

O capitalismo se apropria da renda camponesa e da mais-valia dos trabalhadores, por isso não deixam de ecoar sobre a Chapada, os gritos de reafirmação de territórios com gestão camponesa, como dizem em suas assembleias, coordenações e demais espaço de luta e resistência pela terra e pela reforma agrária: *De quem é esta terra? É nossa!* Essa afirmação constitui uma garantia necessária para as condições de reprodução do campesinato, pois é dela que geram rendas monetárias e de autoconsumo. como legumes, ovos, carne, tubérculos e demais produtos que não vieram do mercado mais foram para as panelas para garantir suas refeições. São rendas camponesas que devem ser contabilizadas, porque estivessem na condição proletária teriam que comprar a maior parte da necessidade de consumo. É desta concepção que partem para defender a renda camponesa, tentando romper com os ditames da dependência.

São nestas realidades que se manifestam as resistências camponesas, porque passam a conflitar as ideologias do capitalismo quando se deparam com o monocultivo e a compreensão de que não atenderá a uma produção de base alimentar do campesinato. A renda é ao mesmo tempo condição de permanência e de expropriação, por essa razão fundamental é preciso trabalhar com diversidade produtiva para dar o sentido da terra de sustento, porque ao produzir somente mercadorias para o capitalismo, sua propriedade passa a ter a territorialidade do capital que se apropria primeiro da renda e depois do território. Entre os principais desafios para a geração de renda camponesa está o fortalecimento das bases da agricultura familiar com o aporte de políticas agrícolas que disponibilizem créditos e acesso

às tecnologias. No Acampamento Zé Maria do Tomé, temos vários casos de geração de renda a partir do emprego da força de trabalho coletiva (familiar) que tem transformado suas áreas de plantio em territórios de vida e sustento.

Eu mesmo sou uma, quer dizer eu e minha família né, que tudo que produzo eu vendo e eu tenho minha renda toda do acampamento e não trabalho fora porque eu faço assim. Olha minha cebola, meu coentro eu sempre vendo e já tem minhas entregas, nos locais certos e nos dias certos, mais eu ainda saio vendendo viu, e essas outras coisas de quiabo, maxixe, tomate essas outras coisas que a gente não produz muito né, mais quando eu tenho eu levo e eu vendo tudo tenho dias que eu entrego 80, 100 ou às vezes nas sextas e sábados a gente entrega é 200 moles de cebolinha e coentro. Eu mesmo sou muito feliz aqui, tenho meu dinheirinho mais meu esposo, ajudo meus filhos e acima de tudo temos a terra né porque sem ela nós aqui num tinha era nada. Para mim as minhas condições de vida mudaram né e eu desde que eu vim morar a gente tira o sustento daqui de nossas venda de verdura, eu agradeço muito o MST e a Cáritas de Limoeiro do Norte, por terem mostrado a nós que a Reforma Agrária faz a gente ter a terra e tirar nosso sustento dela né. (Informação Verbal⁴¹).

As condições de vida dignas dos camponeses passam essencialmente pela organização dos processos produtivos, construindo as necessárias organicidades internas nos territórios conquistados sem que haja divisão ou desvio dos propósitos, para que sejam canalizadas suas forças de trabalho agrícola ou não agrícola para o bem comum do campesinato.

4.3 As Sementes foram plantadas... Eis alguns Frutos

A afirmação e garantia da autonomia camponesa perante o capital representa um bloqueio às prestações expansionistas das grandes empresas capitalistas sobre todas as formas de produção, á tendência contemporânea de controle dos territórios por parte dessas empresas, á degradação do meio ambiente que o modelo econômico dominante provoca e estimula, de exploração crescente da força de trabalho, e, sobretudo, pela possibilidade histórica do campesinato com terra e dos sem terra de estabelecerem formas mais democráticas de relações sociais, de exercitarem outros valores éticos distintos daqueles supostos e praticados pela burguesia, de evidenciarem que outra relação com a natureza é possível e desejada, de construírem outros caminhos para o progresso tecnológico, enfim, de mostrarem que outro mundo é possível. (CARVALHO, 2006. p. 18)

No processo de resistência e organização foi criado o Território Camponês Irrigado Zé Maria do Tomé, situado no centro das grandes produções (monocultivos) das multinacionais da fruticultura irrigada, ver figura XX. Resultado da força de braços de homens e mulheres camponesas, em meio às brocas, destocas e limpezas das áreas férteis jamais tocadas e acessadas por camponeses. Os sem-terra demarcam um acampamento de resistências e

⁴¹ Fala da Camponesa Mônica – Coordenadora de Finanças do Acampamento Zé Maria do Tomé, em setembro de 2017.

experiências produtivas que embalam sonhos e projetos que anunciam uma nova ordem em terras da Chapada. Agora “vale a vez dos pequenos” que se fortalecem juntos e na coletividade vão construindo trincheiras de rebeldia que embalam os sonhos do lutador Zé Maria do Tomé e de tantos outros camponeses (as) expulsos de suas terras pelo agronegócio.

São pequenos pomares, hortas e plantios de grãos, tubérculos e frutas que vão geografando as experiências de produção no acampamento Zé Maria do Tomé (Figura 32), a partir do resgate e práticas camponesas produzindo uma **contraordem** ao agronegócio.

Figura 31 - -Territórios em disputas na Chapada do Apodi



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

O termo **contraordem** faz referência a ordem do uso de venenos que proclama progresso com produtivismo gerando problemas de saúde humana e ambiental. Esta é uma tarefa árdua para quem está cercado de agronegócio por todos os lados. Construir experiências com foco na coletividade, na base familiar em seus quintais e lotes a partir da cooperação agrícola foi o rumo dos camponeses (as) do Acampamento Zé Maria do Tomé deram para a organização da resistência na terra com o objetivo de quebrar paradigmas da dependência de insumos e da mão de obra assalariada, resgatando dos mutirões de limpeza e preparo das áreas para a geração de renda e sustento das famílias acampadas.

Na construção das experiências foram se fortalecendo processos que visam experiências produtivas e alternativas com foco na agroecologia, tomando como referência a ideia das Comunidades de Resistência e Superação⁴² - CRS do MST.

Figura 32 -Visão parcial do acampamento Zé Maria do Tomé.



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

A intencionalidade é construir bases para uma comunidade de resistência e superação (CRS) onde as famílias possam produzir de modo sustentável e resistentes às disputas com o agronegócio. As experiências produtivas do Acampamento Zé Maria do Tomé vêm contribuindo com a resistência, disputando a autonomia de plantar o mais útil para sustento e venda, num lugar de produção e trabalho onde o relógio é o do camponês, uma CRS, por

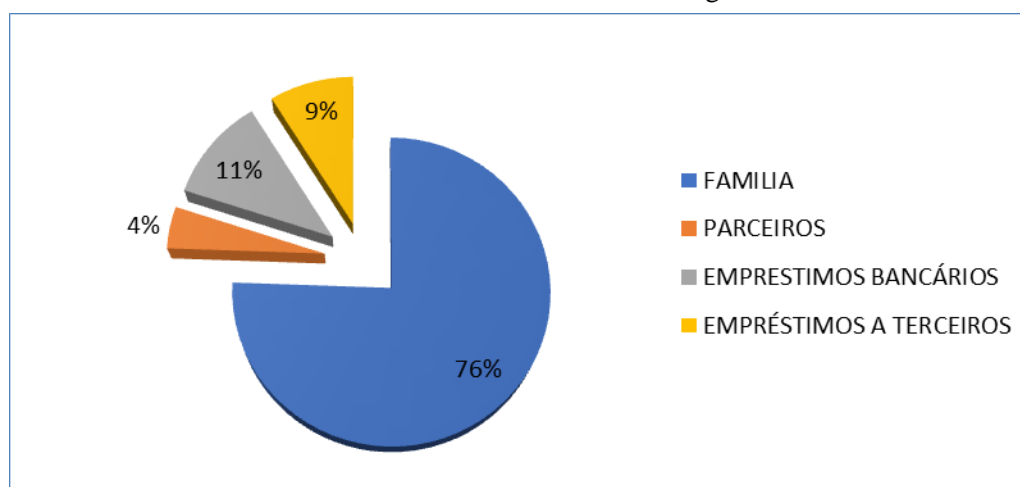
⁴² A referida expressão é fruto de diálogos entre Horácio Martins de Carvalho com técnicos e dirigentes do MPA e MST. O mesmo constrói o raciocínio a partir de três tendências relacionadas com a reprodução da pequena agricultura familiar. Sendo a primeira de natureza econômica que pode ser expressa na impotência desses produtores em conseguirem obter renda familiar suficiente para garantirem uma reprodução dos meios de vida que justificasse a permanência na terra; a segunda, de natureza política decorreu crescente constatação de que as lutas, como aquelas para a efetivação das políticas públicas compensatórias como o crédito rural subsidiado, ainda que sejam fundamentais para a unidade política de classe e para o acesso aos recursos públicos, eram e são insuficientes para viabilização econômica da unidade de produção familiar, a terceira, de natureza ideológica e como consequência das duas anteriores, pode ser resumida na perda da esperança na possibilidade da pequena agricultura familiar, mantido o atual modelo econômico social, constituir-se numa alternativa para as gerações atuais e futuras de pequenos agricultores familiares.

Horácio Martins:

Seria fundamental, então que a reafirmação da identidade social camponesa (e a do extrativista e a dos povos indígenas) fosse revivificada não pela volta à comunidade camponesa utópica pré-capitalista, mas segundo outros referenciais sociais capazes de constituírem uma ou várias identidades comunitárias de resistência ativa à exclusão social e de superação ao modelo econômico e social vigente (CARVALHO, 2002.p.9).

Para ampliar os horizontes na resistência contra o agronegócio e construir formas de reprodução do campesinato, as famílias se reúnem em núcleos, coordenações dos núcleos, setores, equipes e assembleias para estudarem e refletirem para chegar a definição coletiva e dialogada *de quem* produziria, *o que* teriam que produzir *e como*? Estas questões simples são parte da construção da comunidade, do Território Camponês Irrigado Zé Maria do Tomé, para plantar *sementes que gere novos frutos*. As famílias produzem em suas áreas de quintais e de plantio mais comercial e irrigado, com seus recursos ou procurando outras fontes, como se observa um breve resumo nas figuras seguintes.

Gráfico 5 - Análise das fontes de financiamentos agrícolas das famílias.



Fonte: Dados do pesquisador, 2018.

Os financiamentos específicos para a agricultura familiar ou não dão conta de atender as necessidades dos trabalhadores ou seus tempos de liberação não correspondem aos calendários agrícolas para os pequenos agricultores e na maioria das vezes não são liberados, como é o caso dos PRONAF's e outros, as famílias foram se organizando ao seu modo e buscando as diversas formas de reproduzir para que passassem a gerar rendas, garantir fixação e trabalho e, acima de tudo, territorializando seus espaços de produção e consumo. Além da produção agrícola, há uma diversidade de cultivos de plantas medicinais, recuperando saberes camponeses para não permanecer na dependência dos medicamentosos.

Nós aqui produzimos de tudo, porque a gente sabe que são das plantas que tiramos nossos remédios, temos que fazer chás, lambedores, cozinhados, sucos de folhas, sabonetes, entre outras formas de aproveitar né... Eu mesmo aqui tenho muita coisa viu quem vem me procurar eu sempre tenho mel, lambedor de aroeira, angico, cascas para lavagem de ferimentos, folhas para chás, compro pouco remédio porque tem muitas doenças que nós dar pra fazer chá, essas coisas de dor de barriga, dor de cabeça, essas daí num precisa de doutor não e nem gastar com transporte, consulta e com os remédios. Todos nós temos que ter essas coisas no quintal (Informação Verbal)⁴³

Figura 33 – Consórcio de culturas



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

Figura 34 – Cultivo diversificado



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

Figura 35 – Cultura da Banana



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

Figura 36 - Cultura do Mamão



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

A figura 33 mostra a diversidade do território camponês como diz, a acampada Alzenir ao mostrar e falar com orgulho do seu quintal produtivo, “*nós aqui não planta muitão não viu, mais de tudo tem um pouquinho porque a gente sempre precisa viu*”. Foram construídas várias hortas coletivas e familiares, garantindo a diversidade de culturas e no caso

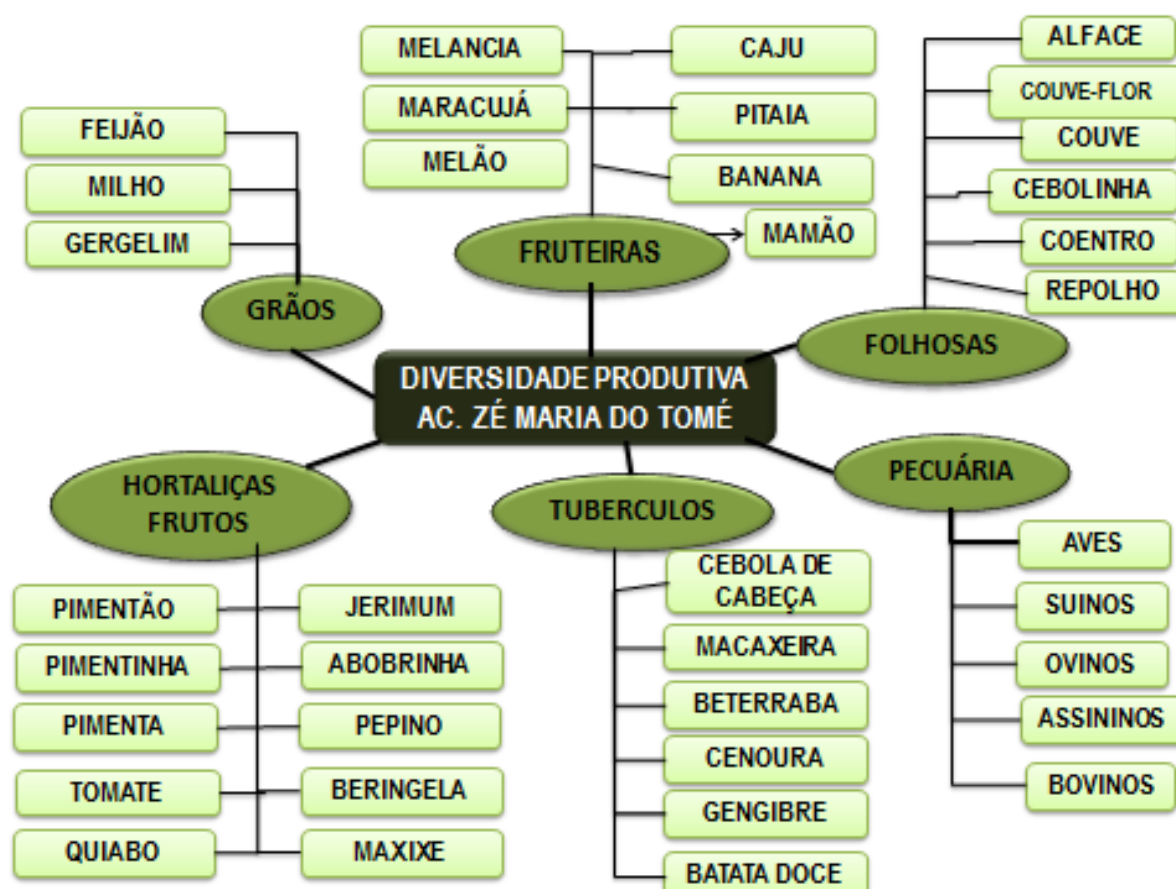
⁴³Dona Nilza Coordenadora de Núcleos de Família – Produtora de Medicamentos Caseiros em setembro de 2017.

das hortaliças encontra-se: pimentão, pimenta de cheiro, pimenta para molho, coentro, cebolinha (cheiro verde), alface, tomate, couve-flor, repolho.

Na parte dos tubérculos têm macaxeira, batata doce, cebola de cabeça, cenoura, beterraba, entre outras, além de diversas fruteiras como: banana, mamão, manga, acerola, coco, ata, caju, laranja, limão. Sapoti, maracujá, melancia, melão pepino, jerimum, abobrinha, maxixe, gergelim, milho, feijão.

Em um curto espaço de tempo de residência sobre os solos em disputa e em detrimento do pouco recurso disponível, os camponeses cultivam em filetes de terra fértil, margeando o canal de irrigação em ambos os lados, anunciando que há outras formas de vida sobre a Chapada. A produção no Acampamento vem se consolidando na contraordem aos monocultivos das empresas do agronegócio na Chapada do Apodi. Trata-se de uma área irrisória comparada as extensões empresarias do agronegócio, é uma semente fatural com o vigor da diversidade e da produção saudável.

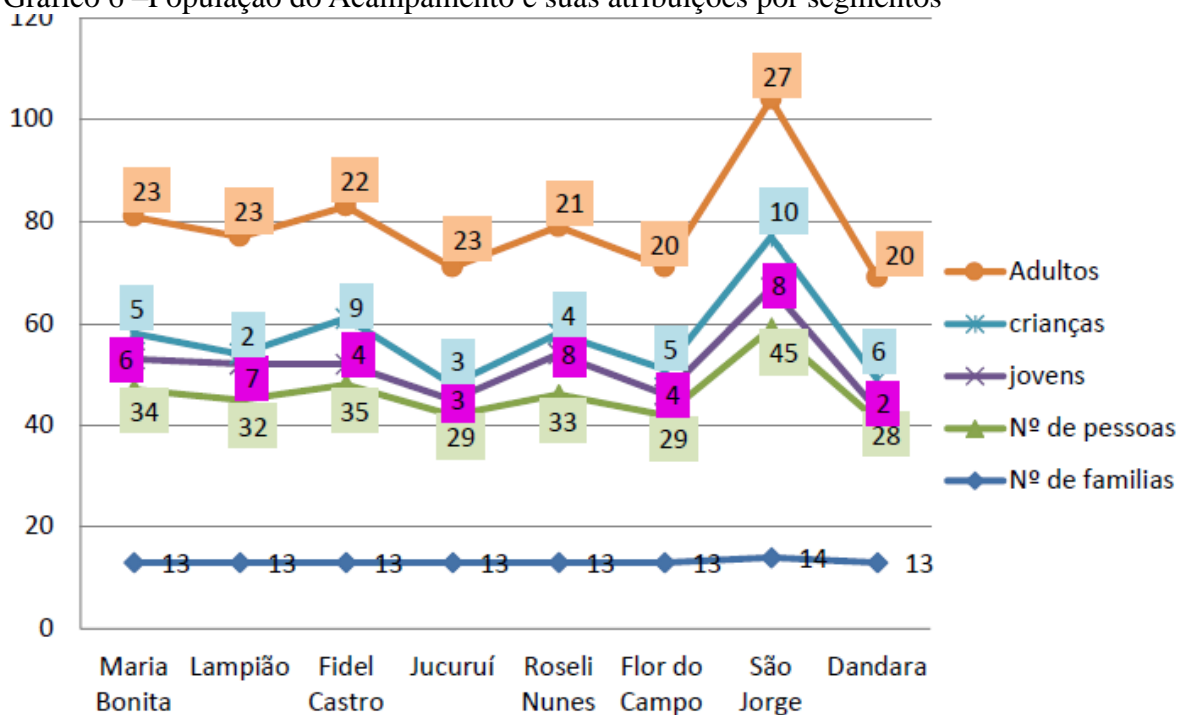
Figura 37 -Organograma da diversidade produtiva do Acampamento Zé Maria do Tomé, 2018



Fonte: Construção do autor a partir de dados coletados em campo, 2018.

Segundo os dados cadastrais do acampamento em 2017 haviam 104 famílias com 265 pessoas residentes no acampamento dentre eles 42 jovens, 44 crianças e 179 adultos, que se encontram organizados nos seus respectivos núcleos e possuem o direito à moradia e área de planta, ver gráfico 6.

Gráfico 6 –População do Acampamento e suas atribuições por segmentos



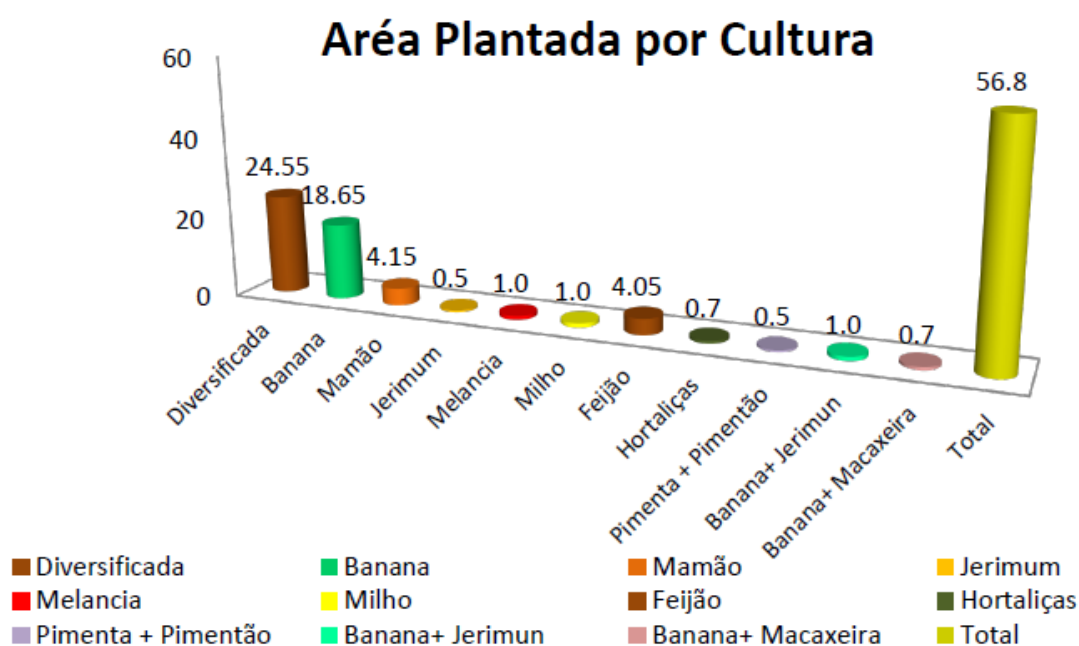
Fonte: Síntese de questionários aplicados pelo pesquisador, 2018.

A distribuição em núcleos de famílias facilita os processos internos de divisão de tarefas, as reuniões, mutirões entre outras. Os nomes dos núcleos são reflexos de análises entre as famílias que decidiram homenagear lutadoras e lutadores com suas contribuições e histórias como seguidores na luta e na resistência na terra, invocando seus exemplos nos coletivos. Este caráter multidimensional da luta relaciona o passado com o futuro na construção do presente, na produção de diversas culturas e criares como formas de sobrevivência e geração de renda baseadas no cultivo da terra ao seu modo camponês de se reproduzir e viver. As famílias cultivam áreas consideráveis de frutas, tubérculos e diversas hortaliças, como mostra o gráfico 7.

Considerando a área das culturas o referido gráfico apresenta um destaque para as culturas da banana e do mamão que por sua vez, tem sido o desafio maior do acampamento, no caso da banana por ser uma cultura de alto consumo de água, tem um ciclo longo e as famílias tem centrado esforços no referido plantio, o que tem contribuído para a grande

problemática com o DNOCS e a FAPIJA por afirmarem que temos um grande plantio de banana e de forma monocultora. No caso do mamão é uma cultura de ciclo curto também consome bastante água e tem um bom preço no mercado em alguns períodos e também tem sido considerado um monocultivo por alguns camponeses.

Gráfico 7 - Levantamento de culturas e áreas cultivadas



Fonte: Síntese de questionários aplicados pelo pesquisador, 2018.

Figura 38 - Utilização de restos vegetais (entre as fileiras de plantas).



Fonte: Arquivo do autor., 2017

No caso da planilha da área diversificada, este é para demonstrar ainda prevalece em sua maioria um plantio consorciado e diversificado em grande parte das áreas dos acampados. Além da diversidade de culturas, as experiências cumprem a tarefa de realizar a prática da coletividade e do aprendizado com relação à produção com base numa agricultura de base agroecológica e aperfeiçoando algumas técnicas de conservação de solo, reposição de nutrientes, retenção de umidade, utilização de restos vegetais durante a implantação de novos plantios (ver Figura 38), contenção de sedimentos para que não haja perda de solos pelos diversos processos erosivos.

Na figura 39, vemos que os camponeses realizam a instalação das fitas ou mangueiras de irrigação por gotejamento e entre elas empilham partes da vegetação seca existente na área para proteger o solo, realizar a reposição de nutrientes e acima de tudo ajuda na manutenção da umidade principalmente na região do sistema radicular das culturas.

Figura 39 - Sistema de Condução do Meloeiro e Tomateiro.



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Os agricultores usam materiais encontrados em suas propriedades, fazendo estacas da vegetação existente e constroem condutores de rama do meloeiro e do tomateiro, são práticas que diminuem a incidência de pragas quando enramadas, porque destroem o microclima entre as plantas e passa a ter ventilação. Nesse caso, o tomateiro muitas vezes adota o amarradio com cuidados para não estrangular o caule da planta, favorecendo colheitas, podas de ramos

entre outras vantagens. As famílias do acampamento estão passando por um processo de adaptação, experimentação e descobertas, existem outras práticas e técnicas que estão sendo realizadas, que dão conta do manejo e conservação e dos demais recursos naturais, como a realização de aceiramentos (ou empilhamento dos troncos e demais vegetação maior), utilizados como quebra ventos e cercas naturais além de fomentar uma boa cobertura do solo por meio de suas formas de revitalização, manutenção de umidade, parte dos restos servirão de lenha nos fogões das diversas barracões, entre outros.

O anseio das famílias de acessarem as águas dos canais de irrigação como algo jamais realizado constroem suas primeiras experiências de plantio no acampamento Zé Maria do Tomé. Desenvolveram algumas tecnologias alternativas como a “bomba d’água”, irrigações com pet, motores a gás, entre outras como nos mostram as figuras de 41 a 43.

Figura 40 – Sistema alternativo de irrigação com garrafa pet



Fonte: Arquivos do autor, 2015.

Figura 41 - Bomba d’água usada para irrigação



Fonte: Arquivos do autor, 2015.

Figura 42 - Irrigação com Motor a gás



Fonte: Arquivos do autor, 2015.

Figura 43 - Reservatório para armazenamento (bombeamento) e criatório de peixes.

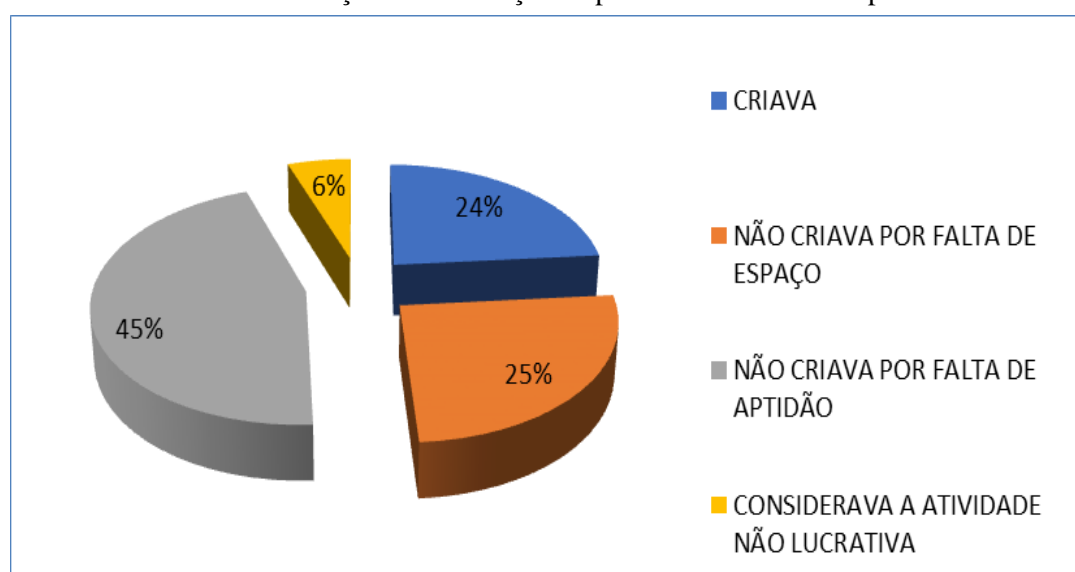


Fonte: Arquivos do autor, 2015.

Trata-se de uma forma menos danosa para garantir a captação de água que era bombeada por várias pessoas (inclusive jovens e crianças) por se tratar de um sistema em que não exige muita força e sim equilíbrio e frequência, para a realização de seus plantios os mesmos construíam um reservatório que alimenta as pequenas irrigações. Ainda nesta perspectiva reflete-se que os camponeses utilizavam motores a gás em revezamento por família e as cotizações são distribuídas nos núcleos. Para que todos os núcleos de famílias tenham suas hortas, desenvolvem seu sistema de captação, daí a bomba d'água, alternativa da irrigação utilizando garrafas pet, porque há um controle de vazão, temperatura e ainda possibilitava a fertirrigação.

Outra invenção foi o reservatório secundário, canalizado após a captação e serve de pequeno criatório de peixe, tendo em vista que a água não permanece parada, garantindo a vida dos alevinos de tilápia. As famílias conseguiram acesso à energia, possui irrigação de suas áreas, com normatizações quanto aos tempos de irrigação, horários de ligação das bombas e potência dos motores.

Gráfico 7 - Condições de realização da pecuária antes do acampamento

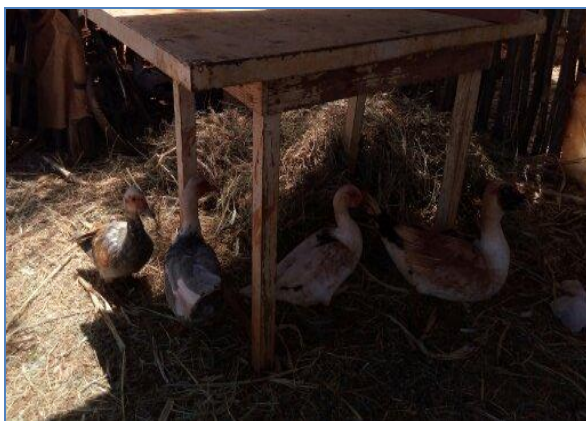


Fonte: Sistematização a partir do trabalho de campo, 2018.

No âmbito da produção animal, a criação como outra fonte da geração de renda é parte da cultura do campesinato, pois sempre em seus quintais organizam um espaço para a criação de aves (galinhas, patos e outros) e demais animais como ovinos, suínos, bovinos e alguns animais de serviço. Mesmo sabendo que há um fator limitante para as atividades pecuárias, mais como mostra o gráfico 7, as famílias desenvolviam atividades pecuárias.

No regimento interno do acampamento consta sobre como devem ser a criação de animais, desde a distância das moradias, sistemas de confinamento e semiconfinamento e as situações de invasão de áreas plantadas, todos os casos são discutidos na coordenação. Para escoar a produção agrícola e pecuária, a coordenação tem buscado alternativas de mercado tendo em vista que a comercialização dos produtos sempre foi um dos entraves da agricultura familiar.

Figura 44 - Criação de Patos (Avicultura)



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 45 - Criação de Porcos Confinados (Suinocultura)



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 46 - Criação de Porcos Semi-confinados (Suinocultura)



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

Figura 47 - Animais de Serviço (Asininos)



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

O MST teve a iniciativa de criar uma feira estadual das áreas de reforma agrária e o Acampamento Zé Maria do Tomé participa com sua produção, com o propósito de garantir a comercialização de seus produtos (ver figuras), como continuidade e fortalecimento da autonomia camponesa.

A feira conta com a produção dos assentamentos e acampamentos de áreas de reforma agrária do Estado do Ceará, como explica o militante do Setor de Produção do MST-CE:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza a Feira Cultural da Reforma Agrária no Centro de Formação Capacitação e Pesquisa Frei Humberto, localizado no bairro São João do Tauape, em Fortaleza. O evento reúne diversos produtos, como frutas, carnes, hortaliças, tubérculos, cereais, derivados do leite, doces, artesanato, livros e demais produtos originados em acampamentos e assentamentos de diversas regiões do Ceará. A feira tem objetiva também divulgar a produção da reforma agrária e a importância da agroecologia, da alimentação saudável. Já que na ocasião são servidas diversas comidas típicas e produzidas pelos assentados (as). Constrói um diálogo com a sociedade sobre a importância dos mais diversos temas que contribuem para a organização da classe trabalhadora e a reforma agrária popular, construindo sempre junto a feira os momentos de debates sobre a conjuntura atual”, Nossa feira é sempre um momento cultural com músicas da cultura camponesa, culinária e acima de tudo nossos feirantes que são nossos trabalhadores que se motivam para continuar dando vida, beleza ao campo em defesa da soberania dos povos (Informação Verbal).

As figuras 48 a 51 retratam a Feira da Reforma Agrária no Centro de Formação Frei Humberto com produtos do Acampamento Zé Maria.

Figura 48 –Comercialização nas feiras da Reforma Agrária



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 49 - Comercialização nas feiras da Reforma Agrária



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 50 – Comercialização nas feiras da Reforma Agrária



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

Figura 51 - Comercialização nas feiras da Reforma Agrária.



Fonte: Arquivo do autor., 2017.

Como agricultores familiares em áreas de reforma agrária, os acampados do Zé Maria do Tomé têm construído parcerias e participado junto com a Cáritas de Limoeiro do Norte de outros espaços de comercialização, dentre eles:

- Participam da feira promovida pelo STTR de Limoeiro do Norte-CE, nas quartas e sábados, onde discutem na organicidade do acampamento os camponeses feirantes e quem tem seus produtos enviam por estes e fazem suas devidas vendas;
- Feira da Economia Solidária no STTR de Russas, em alguns sábados;
- Os mesmos fazem parte da feira das Semanas de Agronomia e das Semanas de Agroecologia do IFCE do Campus de Limoeiro do Norte-CE;
- Participam da Feira Estadual da Agricultura Familiar – FECEAF nas diversas edições;
- Convidados para vender nossos produtos na EXPONOVA, que é promovida na cidade de Morada Nova pela Secretaria de Agricultura do município e conta com agricultores, criadores e expositores de toda a região do Vale do Jaguaribe e demais regiões do Ceará;
- Feira da Agricultura Familiar Camponesa em Transição Agroecológica da FAFIDAM, como parte dos projetos de extensão universitária da referida universidade;
- Além de diversas atividades junto a Cáritas Diocesanas de Limoeiro do Norte, Paróquias e sindicatos que abrem espaços para exposição e venda de seus produtos, como também a venda nos comércios locais;

Mesmo considerando o poder hegemônico do agronegócio, as sementes foram lançadas. A chapada do Apodi no estado do Ceará é campo de constantes disputas territoriais por vias da dominação empresarial das terras e das águas do subsolo cearense.

Quando nos referimos ao “lançamento das sementes”, como sendo uma mensagem de iniciativa concreta, referenciamos a materialização do Acampamento Zé Maria do Tomé como um território de resistência e em defesa da unidade camponesa na contraordem da lógica empresarial implantada sobre a Chapada do Apodi.

Ao falar da Estabelecendo mecanismos de divisão de tarefas que contemplam todos os membros da família e demais envolvidos, sem uma hierarquização dos afazeres, por meio de relações que se estabelecem no processo de produção organizam o território para a resistência. Buscando como princípio básico da condição de camponês, a participação da família na arte de produzir, como mostra a figura 52 sobre a importância da participação do homem e da mulher no processo produtivo, compartilhando o fruto da terra (batata doce) produzida sem o uso de venenos, reafirmando que *a terra é o meio de vida daqueles que nela trabalham, olha*

uma certeza que a gente tem é que a terra se for bem cuidada ela não nos negará o pão.
(Raimundo Caminha).

Figura 52: Produção do Quintal Produtivo dos camponeses Raimundo Caminha e Dona Leuzimar.



Fonte: Arquivo do autor, 2016.

A disputa territorial é recorrente, as possibilidades da permanência do campesinato, derivam também da cultura, dos fazeres e praticares desses sujeitos, mas há que considerar as contribuições advindas das tecnologias, das ações creditícias de subsídios, desde que haja uma valorização e respeito às questões específicas dos lugares, para só assim e construindo espaços sustentáveis e de sociabilidades familiares e culturais a serviço da humanidade. Como disse a camponesa roceira Dona Luana “olha bom mesmo é trabalhar pra gente e plantar no que é da gente viu”. Ela evidencia a diferença entre vender a força de trabalho e ter autonomia de plantar e direito de comer e partilhar:

É melhor a gente trabalhar para gente do que trabalhar de jornada porque eu estou ganhando aqueles R\$ 120,00 na semana, não é? E eu **trabalhando para mim**, eu vou prosperar, ganhar cada vez mais. Eu planto de quilos de feijão, cinco quilos de feijão, conforme seja, aí quando for para debulhar aquele meu feijão, eu debulho umas dez ou quinze sacas de feijão, meus sete ou oito sacas de milho, não é? Aquele lucro é meu! É diferente **eu tenho o direito de comer** minha pamonha, tenho o direito de comer minha canjica, eu tenho o direito de comer meu cozinhado de feijão maduro, eu posso apanhar meu feijão e **dá um cozinhado a você!** Chegar uma amiga da gente: mulher espere aí que eu vou lhe dá um punhado de feijão maduro. É meu! Eu **posso lhe dar a qualquer hora**, a qualquer pessoa. Aí eu planto meu maxixe, eu planto minha melancia, eu planto meu jerimum, **ali tudo é meu!** Ali eu planto minha batata, eu planto minha macaxeira, é meu! E sendo dos outros, como eu posso plantar, como eu faço isso aí para mim? Não! Vida de

pobre é vida sofrida, minha filha. Quem trabalha de jornada, quem trabalha para os outros, esse é que sofre, se reclamar: peia! (Informação Verbal⁴⁴).

Todos os processos (ou sementes lançadas), citados anteriormente foram fundamentos para a organicidade de um acampamento comprometido e com planejamento, estudo e compreensão das realidades para fortalecer as ações coletivas. A importância da criação dos diversos e permanentes espaços de socialização política, em todos os níveis, desde a infância sem-terra à condição de adulto na organização, como também as questões de gênero, garantindo a formação para homens, mulheres, jovens e sem terrinhas (ver figuras 53 a 56).

O acampamento tem forjado as consciências e suas continuidades na luta em defesa da reforma agrária popular e de um novo mundo possível.

Figura 53 – Espaços de Formação com os camponeses e camponesas



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 54 – Espaços de Formação com a Juventude



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 55 - Espaços de Formação com as mulheres camponesas



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 56 - Espaços de Formação com os sem terrinha.



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

⁴⁴ Trechos de conversa com Dona Luana camponesa da Chapada do Apodi

Na superação das dificuldades, há resistência dos camponeses quanto ao acesso a informação, ou seja, dizem com muita frequência: *“gente me botem pra arrancar toco, mais não me coloquem pra reunião ou estudar”*, outros após adquirir um certo grau de compreensão da coordenação após longas propostas e tentativas de solucionar um problema, *“olha gente aqui! A gente briga tanto que até de desune, mais se a gente reunir a gente se une”*.

Figura 57 - Identidade e Território



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 58 - Pertença e Território



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 59 - Companheiros na Cozinha Coletiva do Acampamento



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Figura 60 - Diálogo de saberes entre camponeses e camponesas.



Fonte: Arquivos do autor, 2017.

Os processos formativos e organizativos são difíceis, mas essenciais na construção coletiva, pois se faz necessário entender que resistências e enfrentamentos são processos de protagonismos e criação de novos espaços. Para tanto, cultivam a pertença da mística como valores essencialmente humanos, políticos e simbólicos da luta pela terra. Pois é a forma de cultivar hinos, poesias e músicas que embalam sonhos e constroem rebeldias na sintonia das almas e gritos (ver figuras 56 a 60). Por isso “lançam as sementes” com a consciência de que

na pluralidade do campesinato imbuídos das transformações no campo e costumes que se misturam com esse resgate junto ao novo campo, de novos camponeses. É nesse semear, que os camponeses, no auge da super exploração do trabalho pelo capital, fazem desta semente o espaço de vida e de comprometimento, onde enfrenta o monocultivo empresarial para dar lugar a produção do necessário, alimento/comida que sacia a fome e a sede de justiça e dignidade no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeras as questões que poderíamos elencar diante de uma pesquisa com o olhar da questão agrária em território de constantes conflitos e disputas por terra e água, como é o caso da Chapada do Apodi. Por sua vez, mesmo considerando esse território como um espaço de dominação capitalista pela hegemonia do agronegócio representado pelas multinacionais da fruticultura irrigada, afirmamos que camponeses (as) constrói resistências e reproduzem sua condição social camponesa frente aos desafios de sua coexistência e reexistência ao modelo de produção agrícola em curso na região.

Nesse sentido, vemos o quanto á resistência dos camponeses (as) em reapropriar-se desses espaços selecionados para as empresas a serviço da expansão do agronegócio, vem construindo as possibilidades de reprodução da agricultura camponesa, mesmo que em alguns casos tem ocorrido de forma subordinada pelas condições de acesso aos mercados convencionais. Pois é inegável que há um processo de desterritorialização em curso que tem evidenciado transformações irreparáveis nos modos de vida das comunidades camponesas da Chapada do Apodi, justificando a necessidade dessa reorganização camponesa do território em estudo.

Mesmo tendo que enfrentar governos que no âmbito rural abandonaram a possibilidade de realização da reforma agrária onde os investimentos nas políticas de desenvolvimento rural adotada não conseguiu alterar a estrutura fundiária existente, e ainda fortalecem as bases e o desenvolvimento das estratégias do agronegócio. Na ocasião, reafirmamos que a resolução do conflito na Chapada do Apodi passa pela garantia de políticas públicas que assegurem a reprodução dos camponeses do Acampamento Zé Maria do Tomé.

Nessas condições, percebemos que essas resoluções precisam de um maior empenho de governos e demais órgão envolvidos como no caso o DNOCS, que por anos tem causado problemas com o acesso a terra aos camponeses no Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi, pois se trata de uma dívida social irreparável aos camponeses uma vez que o modelo do agronegócio instalado no território incorporou mazelas e precariedades contínuas em seu modo de vida.

Destacamos que essa mudança de realidade é crucial para a permanência dos camponeses em seus territórios, pois desde a ocupação e mais forte ainda no decorrer da pesquisa percebemos que o DNOCS sempre tem escolhido o caminho inverso na medida em que dar prosseguimento à realização da reintegração de posse. É fato que consideramos que essas táticas são típicas da ofensiva capitalista no campo, que tem buscado limitar a

reforma agrária a uma política de assentamentos de forma distributiva e sem autonomia dos camponeses mantendo a estrutura fundiária conservada e concentrada.

Ao refletirmos quanto aos desafios dos “camponeses irrigantes” no território em estudo vemos que para além das condições impostas pela política nacional de irrigação, se olhar essas condições materializadas na implantação dos perímetros públicos de irrigação veem que ela se desenha com mais exclusão ainda junto ao campesinato. É fato que as contradições e antagonismos no campo são de grandes dimensões, por sua vez as configurações que se formaram em torno do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi trata-se de uma estrutura territorial que mantém a lógica latifundiária que concentra a terra, onde a distribuição junto aos camponeses ainda permanece sendo uma problemática recorrente.

No decorrer da pesquisa e das vivências junto aos camponeses (as) percebe-se que a luta contra o capital é uma forma de resistência dos camponeses, e esta por sua vez têm forçado o Estado a tratar a questão agrária como uma disputa com os inimigos, por ser território do capital, passando a criminalizar, perseguir e ameaçar trabalhadores. Tentando assim destruir as formas de luta dos sem-terra precisamente na dimensão política da luta pela terra e pela reforma agrária.

Na perspectiva da construção da autonomia camponesa, os acampados (as) do Zé Maria do Tomé, têm construído algumas experiências de produção mais ainda incipientes para os desafios que se avizinham, pois as empresas têm expandido suas áreas e produções inserindo as populações do entorno nos processos subordinados de trabalho e realizando as devidas transições das populações que culturalmente viviam em sociedades agrárias para adaptarem as produções das corporações agroindustriais.

Afirma-se que as ações do MST, MAB, Cáritas, Universidades e demais organizações tem sido de grande importância para diagnosticar os reais impactos das estratégias das corporações junto ao referido território, despertando no campesinato a necessidade da organização dos mesmos na construção de um modelo de desenvolvimento e condições de vida que rompam com as demandas empresarias quanto à subordinação do trabalho no sistema agrário capitalista.

Mesmo em meio às relações tensionadas, com disputas territoriais acirradas, discute-se a transição agroecológica com foco na busca pela construção de uma “nova ordem” na produção de alimentos, nas relações com a terra, com a água e com os demais recursos naturais. Torna-se necessário construir as possíveis alternativas para uma agricultura que contemple os desafios lançados pelos movimentos sociais do campo, e demais organizações envolvidas na tentativa de desenvolver suas estratégias, de reorganização da luta política,

da produção e do trabalho nos territórios camponeses, através dos princípios e práticas agroecológicas.

De modo geral os camponeses irrigantes travam uma histórica luta pelas suas condições de reprodução, pois as relações estabelecidas no cenário atual de resistência denotam uma interdependência entre as políticas nacionais de irrigação e reforma agrária, tendo em vista que suas condições de produção e sustento requerem o acesso a infraestrutura do perímetro em suas categorias de acesso e permanência.

Na contemporaneidade a história tem nos mostrado que onde houve o aprisionamento da terra e do direito à vida sobre a mesma, em busca da sobrevivência, existiram gritos de liberdade desde os indígenas, quilombolas, canudos, contestados, ligas camponesas e na atualidade os sem-terra do MST e demais organizações que não tem se rendido aos mandos dos latifundiários e seguem na construção de trincheiras de resistência em defesa de uma agricultura de base agroecológica.

Que em meio a realização dos diversos despejos violentos e assassinatos em suas ações de judicialização da reforma agrária, e sob a honra daqueles que foram assassinados em nome da ordem empresarial como exemplo o camponês Zé Maria do Tomé. Tenhamos como lições das gerações presentes a bravura de camponeses e camponesas que desbravam sobre todas as contradições e ausência de uma política de Reforma Agrária Popular, corajosas artes de resistência na luta pela terra e território sobre a Chapada do Apodi.

Por isso, se faz necessário pensar os espaços de produção camponesa que respeitem sua cultura seus modos de vida, onde terra e água sejam elementos fundamentais a serem considerados na condição do assentamento de famílias. Nesse caso, os “camponeses irrigantes” na Chapada do Apodi permanecem firmes como um exemplo de território de resistência, vida e sustento a ser seguido. Pois acreditamos ser possível viver no campo com dignidade, onde possamos produzir sem o uso de agrotóxicos, sem exploração, sem expulsão de camponeses dos seus espaços de vida, obtendo rendas justas e com garantia de acesso aos recursos essenciais a sua reprodução. Que continuemos ecoando mais forte “Tirem as mãos a Chapada é nosso chão”.

No exercício da referida pesquisa compartilho com todos (as) algumas lições de aprendizagens na vida, dentre eles a condição de pesquisador militante onde o exercício da práxis e as tensões diante dos tempos da academia, das leituras e pesquisas, a vida no cotidiano familiar e a inserção na política (espaços da direção no MST-CE), como garantir que isso seja possível de se retroalimentarem. Na condição política e social, vemos como é necessário fortalecer a problematização das experiências de resistência e reprodução dos

camponeses irrigantes na disputa por seus territórios, dando voz e vez aos sujeitos e garantindo visibilização como formas de encorajamentos e intervenções nos processos de conscientização das potencialidades camponesas.

Ciente do risco, de ter um trabalho contestado por aqueles (as), que ainda não entenderam que é preciso colocar a ciência a serviço da humanidade, no caso em questão da classe trabalhadora. Tendo consciência de que a luta dos “camponeses irrigantes” em defesa da agroecologia como ciência que deve ser apropriada e ressignificada é preciso sonhar, lutar e pesquisar. Sem dúvidas, concluo esse trabalho demonstrando que homens e mulheres do campo estão fazendo, passo a passo, um novo caminho, estes e estas movidos pela convicção de que não há empecilhos humanos, técnicos e científicos para a construção de novos horizontes na luta pela terra e pela vida. Permanecendo a certeza veemente de que “só a luta muda à vida”.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, G. P. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Mestrado (Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.
- ALENCAR, F. A. G. de, SAMPAIO, J. L. F., FELIX, F. K. L. [et al]. **O Pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos – Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.**
- _____, F. A. de; DINIZ, A.S. **MST – Ceará, 20 anos de marchas**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 20, 2010, p. 133-148.
- _____, F. A.de. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. 297p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
- ALENTEJANO, P. R. R; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os Geógrafos ou um instrumento banalizado? Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, Nº 84, P. 51-67, 2006.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed.rev. ampl. São Paulo – Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400p. ; il. graf. tabs.
- AMORIM, F. C. L. **A política de capitalização latifundiária da reforma agrária no Vale do Rio São Francisco: um estudo no projeto de assentamento Catalunha (PE, Brasil, 1980-1998)** Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.4, n.1, p. 83-97, jan./jun. 2015
- ANDRADE. M. C. de. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.
- BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder: Conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo de Cultura, 1992.
- BRAGA, A. L.; OLIVEIRA, J. C. **Identificação e quantificação de áreas irrigadas por pivô central utilizando imagens**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., 2005, Goiânia. Anais... São José dos Campos: INPE, 2005. p. 849-856.
- BURBACH, R.FLYNN, P. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro Zahar Editores S.A, 1980.
- BURSZTYN, M.. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: HUCITEC/SUDENE, 1987.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Boletim Data luta. Presidente Prudente. (2012).
- _____, H. M. **Ah! Jacques, Jacques ... liberte-se desse encantamento Milena**. Curitiba, Setembro de 2006.

_____, H. M. **O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CASSUNDÉ, J.R.O. **A precariedade da política de reforma agrária e suas implicações no Território Camponês de Resistências e Esperança do Bernardo Marin II – Russas-CE.** 76p. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, 2013.

CHAVES, M.L.J. e SANTOS, C.D. Agronegócio da fruticultura e da soja: a territorialização de empresas agrícolas nos cerrados e vales úmidos do nordeste brasileiro. **Revista GeoUECE** – Programa de Pós Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.2, nº3, p.118-141, jul./dez. 2013. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>.

_____, M.L.J. **Agronegócio e Urbanização: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura irrigada.** (Tese de Doutorado- Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza- 2016.

CHRISTOFIDIS, D. **Considerações sobre conflitos e uso sustentável em recursos hídricos.** In: THEODORO, S. H. (Org.). Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamont, 2002. p. 13-28.

COSME, C. M. **A expulsão de camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo da evasão nos assentamentos rurais do Ceará – 2015.** 292f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COSTA, Cleuton Almeida. **Marcas da ocupação do solo na dinâmica fluvial no Médio-Baixo Jaguaribe-CE.** 2009. 143f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

DELGADO, G.C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária: O MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo; Editora da UNESP 2010, p. 81 -112.

DIÁRIO DO NORDESTE, Fortaleza. **Banana dá frutos e rende divisas. 19/12/2005.** Disponível em: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/banana-da-frutos-e-rende-divisas-1.507319>

_____, Fortaleza. **Irlandesa Fyffes assume fruticultura no Apodi 13/04/2009.** Disponível em: <http://blogs.diarionordeste.com.br/egidio/economia/irlandesa-fyffes-assume-fruticultura-no-apodi>.

DINIZ, A. S. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará e m busca de sua libertação,** 240f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, B.M. WELCH, Clifford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica 2014.

_____, B.M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (Org.) **Cadernos Conflitos no Campo - Brasil**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

_____, B.M. Formação e Territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010, p. 161 - 198.

_____, B.M. WELCH, Clifford Andrew. **Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (p. 45-69).

_____, B.M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Conflitualidade e desenvolvimento territorial In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v.1, p. 173-224.

_____, B.M. (Coord.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2008. 424 p.

_____, B.M. **O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula**. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 11, 2003.

FERNANDES, B.M. **Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____, B.M. WELCH, Clifford Andrew and GONÇALVES, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **Journal of Peasant Studies**, v.37, n. 4, p.793-819, 2010.

FREITAS, B.M.C. **Campesinato, uso de agrotóxicos e sujeição da renda da terra ao capital no contexto da expansão da Política Nacional de Irrigação no Ceará**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana. São Paulo, 2018. 325 f

_____. B. M. C. **Marcas da Modernização Agrícola no Território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará** - Dissertação Mestrado em Geografia - UECE, 2010.

GIRALDO, Omar Felipe. **Agro-extratativismo e grilagem de terras na América Latina: uma leitura a partir da ecologia política** (traduzido). Revista Mexicana de Sociologia, núm. 4(Outubro – Dezembro, 2015): 637-662.

GODOI, E.P. de. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão de Piauí**. Campinas: Unicamp, 1999.

GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 96.

HEREDIA, B. M.A. de. **A Morada da Vida: Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACOSTE, Yves. Pesquisa e trabalho de campo. In: **Seleção de Textos: AGB**, nº 11, 1985, p. 1-23.

LANDAU, E. C.; GUIMARAES, D. P.; SOUZA, D. L. de. **Varição da área irrigada por pivôs centrais no Brasil entre 2013 e 2014**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2015. 29 p.

LEITÃO, TE M.F. de Sá. **Cartilha da Organicidade Interna: A experiência da Brigada Bernardo Marin- MST-CE**. Setor de Formação do MST-CE. Março de 2012. 48p.

LIMA, L. de O. **Na ribeira do rio Das Onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LOPES, J. E. **A Del Monte Fresh Produce e a territorialização do capital no meio rural do município de Ipanguaçu-RN**. Dissertação de Mestrado - UFPB. João Pessoa, 2014.

LÖWY, M.. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MAIA, R. P. **Planície Fluvial do rio Jaguaribe: evolução geomorfológica, ocupação e análise ambiental**. 2005. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, J.de S. **A chegada do estranho**. Volume 32 de Ciências Sociais. Editora Hucitec, 1993.

_____, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **A ideologia alemã**. 3ª edição. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In_ Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, Boitempo, 2002, p. 94-132.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Questão agrária e luta pela terra na Paraíba. Artigo DATALUTA**, Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2012. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 24 Set. 2012.

NETO, Agripino S. C. **As especificidades da produção dos espaços irrigados no Vale do São Francisco**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

- OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos socioterritoriais, conflitos e Reforma Agrária.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185 - 206, dez. 2001a.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês.** *AGRÁRIA*, São Paulo, No. 12, p. 03-113, 2010.
- OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará, Brasil.** 364p. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH – USP, 2005.
- OLIVEIRA, F.de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PETRAS, J. & VELTMEYER, H.. (2015) *Extrative Imperialism in the Americas: capitalism's new frontier.* Chicago, Haymarket Books.
- PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- RAMOS, F. R. L. **Juazeiro e Caldeirão: Espaços de Sagrado e Profano.** In: SOUZA, Simone de (Org.). **Um nova História do Ceará.** 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.
- RIGOTTO, R. M. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. *Revista Pegada Eletrônica* (Online), v. 12, p. 123/1-140, 2011.
- ROSSET, ROSSET, PM. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia.** Organização: Dionara Soares Ribeiro et al. São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- SANTOS, A. M., ADAMS, T. **Economia Solidária: um espaço peculiar de educação popular.** In: *Educação Popular: Lugar de construção social coletiva.* Petrópolis: Vozes, 2013, p. 1-408.
- SAUER, S. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. *Agriculturas*, n. 4, v. 8. dezembro, 2011.
- SILVA, S M. **O extrativismo artesanal frente ao extrativismo espoliador: as reservas extrativistas como instrumento de garantia dos territórios pesqueiros no Brasil.** *Revista de geografia (recife)* v. 33, no. 2, 2016.
- SCHMIDT, W.; COELHO, R. D.; JACOMAZZI, M. A.; ANTUNES, M. A. H. **Distribuição espacial de pivôs centrais no Brasil: I – Região Sudeste.** *Revista Brasileira de Engenharia*

Agrícola e Ambiental, Campina Grande, v. 8, n. 2/3, p. 330-333, 2004.

SOARES, H dos S. **Agricultura e reorganização do espaço**: A rizicultura irrigada em Limoeiro do Norte-Ceará. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SOSA, B.; JAIME, A.; LOZANO, D.; ROSSET, P. Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUZA, Marcos José Nogueira de.; OLIVEIRA Pinto Vidal de.; GRANGEIRO, Cláudia Maria Magalhães. Análise geoambiental. In: ELIAS, Denise (Orga.). **O novo espaço da produção globalizada**: o Baixo Jaguaribe. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOUZA, S.de (org). Uma nova história do Ceará. 3ª edição. Fortaleza/CE, Edições Demócrito Rocha, 2004.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. Revista del Observatorio Social de la América Latina, buenos Aires, ano XVIII, n. 32, p. 15-38, 2012.

_____, M.. Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración em América Latina. Nueva Sociedad. No 244, marzo-abril de 2013.

TÁVORA, F. L. A Política Agrícola e a Questão Agrária pós-Constituição Federal de 1988: sucessos, fracassos e digressões. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, out./2013 (Texto para Discussão nº 142).

VIA CAMPESINA DO BRASIL. Um referencial para o campesinato no Brasil. Curitiba, Maio de 2004. Disponível em: <http://principio.org/um-referencial-para-o-campesinato-no-brasil.html>.

VINHA, J. F.de S. C. Pereira, L. I. Estrangeirização de terras e a geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina – SP. CAMPO- TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. p. 257-284, jun., 2016

Acesso a Sites na Internet

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/05/brasil-registra-46-mil-trabalhadores-libertados-em-condicao-de-escravos.html>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1754395-governo-dilma-congela-reforma-agraria.shtml>

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2531814/ana-e-embrapa-fazem-mapa-da-agricultura-irrigada-no-brasil>

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/12990229/brasil-esta-entre-os-paises-com-maior-area-irrigada-do-mundo>

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1754395-governo-dilma-congela-reforma-agraria.shtml>, pesquisa realizada dia: 16/02/2016 às 16:16 hs

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/irrigacao-intensifica-setores-do-agronegocio-no-estado-1.253163>, Pesquisa realizada em 26/03/17 às 15h04min.

www.outraspalavras.net/posts/o-extratativismo-como-projeto-de-sociedad Pesquisa realizada em 03/05/2017 às 16:14hs.

<http://www.vermelho.org.br/noticia/180788-1> Acesso em 05/05/2017 às 16:18h.

<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina> Acesso em 12/05/2017 às 23:14h.

<http://delmontebrasil.com.br> Acesso em 16/05/2017 às 00h48minh.

<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/27/vandana-shiva-a-comida-e-o-maior-problema-de-saude-que-ha-no-mundo> Acesso em 15/04/2018 às 15h32min.

<https://www.bionaturesementes.bio.br/>

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> acesso em 29/06/2018.

<http://campesinatoeaquestaoagraria.blogspot.com/2009/09/grupo-de-estudo-o-campesinato-e-questao.html>

ADECE – Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. <http://www.adece.ce.gov.br> acesso em: 03/07/2018.

APENDICE A – ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

Grupo Focal: (Núcleo de Famílias)

NOME DO NÚCLEO: _____

Nº DE FAMÍLIAS: _____

01. Qual a origem das famílias acampadas?

	Campo	Cidade
Homens		
Mulheres		

02. Que atividades desenvolviam?

Agricultura	
Homens	Mulheres
Pecuária	
Homens	Mulheres
Indústria	
Homens	Mulheres
Artesanatos (costura, crochê, palha, pet, etc)	
Homens	Mulheres
Outros:	
Homens	Mulheres

Serviços Públicos	
Homens	Mulheres
Diaristas	
Homens	Mulheres
Caça e Pesca	
Homens	Mulheres
Comercio informal (comidas, artefatos, atravessador, etc)	
Homens	Mulheres
Comercio formal	
Homens	Mulheres

03. Quem das famílias já trabalhou nas empresas do agronegócio?

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	+ Q 10
HOMENS											
MULHERES											

Em quais empresas trabalharam?

DELMONT		BANESA		FLOR DA SERRA		FAEDO	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
LINDA		AGRICOLA		NOLEM		CAPRICO	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
FRUTACOR							

Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
CARBOMIL		Outras empresas				NÃO TRABALHARAM	
Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher

04 . Quanto ao trabalho ATUALMENTE nas empresas:

	Homens?	Mulher?
Sim	BANESA () FRUTACOR () DELMONT () AGRÍCOLA () () OUTRAS	BANESA () FRUTACOR () DELMONT () AGRÍCOLA () OUTRAS
Não		

05. Relativo ao desenvolvimento de atividade agrícola anterior a vinda para o acampamento:

a) Em que área desenvolvia a atividade?	Família	Própria	Arrendada	Outras condições
b) quanto ao cultivo?	Irigado	Sequeiro		
c) O que produzia?	Milho	Feijão	Banana	Mamão
	Melão	Hortaliças		
d) Os recursos utilizados para a compra e aquisição de insumos eram proveniente de quem?	Própria família	De parceiros	Empréstimos bancários	Empréstimos a juros (terceiros)
e) Relativo aos insumos que usavam?	Agrotóxicos	Adubos químicos	Defensivos naturais	Adubos orgânicos
Quanto a atividade pecuária:	Criava	Não criava por falta de espaço	Não criava por falta de aptidão	Não criava por não ser menos lucrativa

08. Relativo à produção no acampamento:

Relativo à diversidade produtiva	Hortaliças	Frutas	Tubérculos	Legumes	
	Aves	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos

9. Usam agrotóxicos? Em que condições?

SIM –

NÃO –

10. Qual sua área cultivada?

0,0

0,5

1,0

1,5

2,0

11. Quais as principais dificuldades?

Pragas e Doenças -

Água -

Insumos externos -

Cercas -

Mão de Obra -

Outras (ausência de técnicas, vocação agrícola, etc) –

12. Vocês acreditam que é possível produzir orgânico e/ou agroecológico?

SIM –

NÃO –

13. Vocês acham que o MST deve disputar mais áreas na Chapada e dentro do Perímetro Irrigado?

SIM -

NÃO –

14. Que propostas vocês dariam para melhorar a vida no Acampamento Zé Maria do Tomé?



APENDICE B - QUESTIONÁRIO SÓCIO ECONÔMICO E ORGANIZATIVO – ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ

ÁREA SOCIAL E ORGANIZATIVA

NB: _____

1. Identificação da Família

Nº	Nomes	Parentesco (Esposo (a), Filhos, Netos, sogra, etc	Sexo	Idade	Estuda ou trabalha	Escolaridade	Mora no Acampamento com a Família?		Já trabalhou nas Empresas do Agronegócio? Ou trabalha?
							Participação		

A família antes de vir morar no Acampamento já trabalhou de rendeiro? Em que condições (relatar)

Possui terras? _____ Que área: _____.

ÁREA PRODUTIVA

1. A família acampada já possui plantio ? _____ Qual a área que utiliza no momento? _____

2. Se já planta quais culturas? E tem alguma criação de animais? (citar tudo cultiva e cria no Quintal)

3. A família já tira renda de sua produção ? _____. O que a família comercializa ?

4. Onde é comercializada sua produção ? (citar locais de entrega e venda).

5. Tem usado defensivos naturais? Quais?

6. Quais as maiores dificuldades?

7. Que aprendizados a família tira dessa experiência junto ao MST?

Obs: Coordenador ou entrevistador conversar só com a família, para garantir mais liberdade e participação da família no preenchimento e no fornecimento das informações.

*“A organização é chave que permite agarrar as iniciativas do povo e transformá-las em ação”
Che Guevara !!*



APENDICE C - ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO

ENTREVISTADOS (A): _____

01. Qual a origem da família acampada?
02. Que atividades desenvolviam? Na agricultura e na pecuária?
03. De quem era a área em que plantava e em que condições? Na área vocês tinham irrigação? Ou plantavam somente em regime de sequeiro?
04. Que motivações o levaram a família a vir para o acampamento?
05. Que lições e aprendizados você tira da experiência da luta pela terra?
06. E o MST como um movimento de Luta pela terra e pela Reforma Agrária?
07. O que você já produz aqui no acampamento? Em que condições? Qual sua área cultivada? Quais as principais dificuldades?
08. É fato que as maiores dificuldades produtivas reside no direito à água para a produção. Quais as expectativas quanto as condições de uso e pagamento por esta água?
09. Na perspectiva da coletividade e cooperação agrícola entre as famílias quais as reais dificuldades enfrentadas?
11. Com ênfase na produção agroecológica quais os maiores entraves? Quais propostas para melhorar os cultivos?
12. O que sonhas para essa futura comunidade de camponeses (as)?